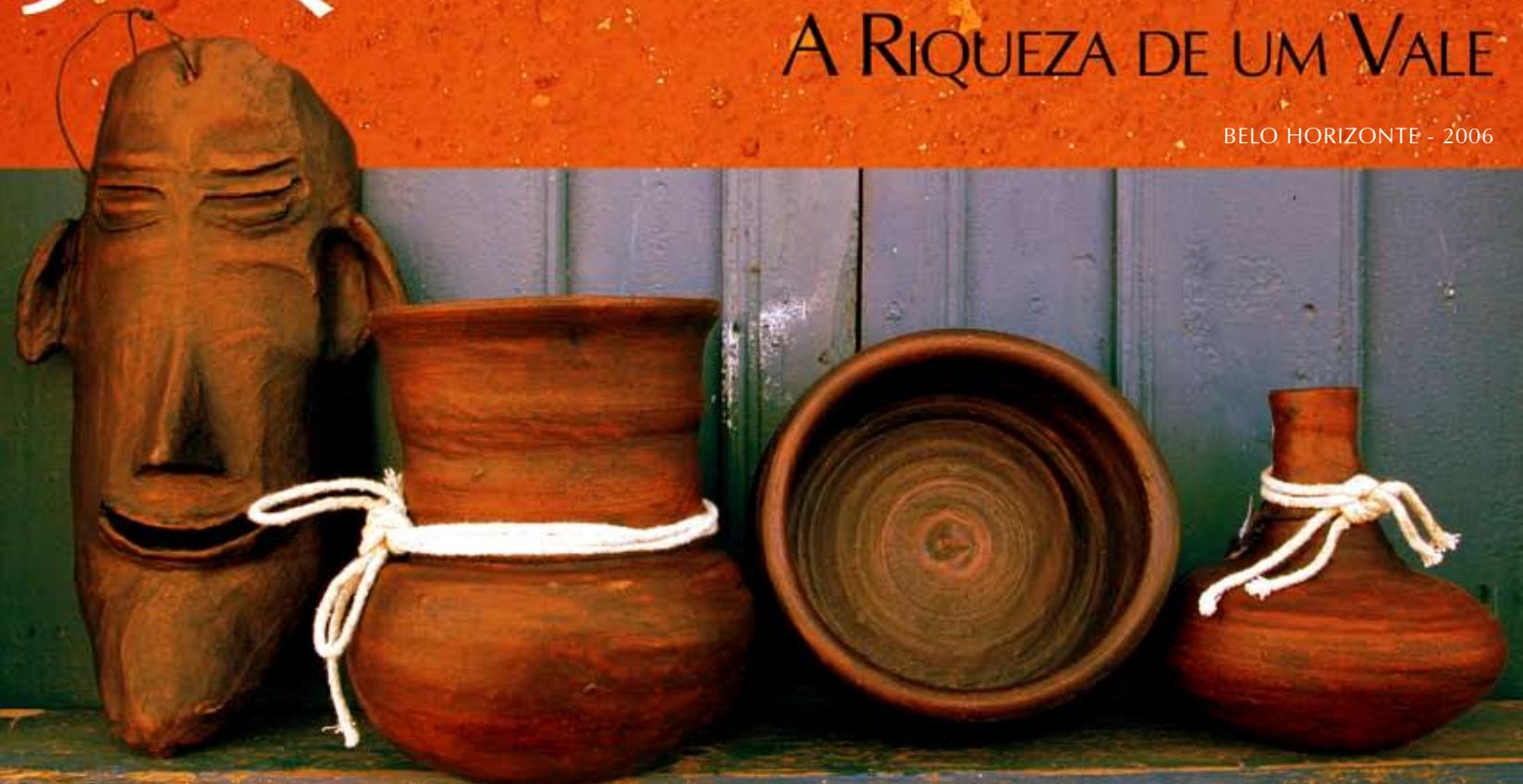


INSTITUTO TERRAZUL

# JEQUITINHONHA

A RIQUEZA DE UM VALE

BELO HORIZONTE - 2006





# JEQUITINHONHA

A RIQUEZA DE UM VALE



INSTITUTO  
**terrazul**  
CULTURA, COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

[www.terrazul.org.br](http://www.terrazul.org.br)



# JEQUITINHONHA

A RIQUEZA DE UM VALE

BELO HORIZONTE - 2006

**JEQUITINHONHA - A RIQUEZA DE UM VALE**  
**Uma publicação do Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente**  
Av. Raja Gabaglia, 1000 - sala 1006 - Belo Horizonte - MG - CEP 30380-090  
Telefone: 31 3292.1057 - www.terrazul.org.br - contato@terrazul.org.br

Produção: **Asa Comunicação**



Organização editorial: Denise Menezes  
Pesquisa e texto históricos: Márcio Santos  
Descrição dos acervos: Instituto Terrazul  
Diários de bordo: Marina Rattes e Pedro Ferreira  
Fotografias: Maurício de Souza e acervo Terrazul  
Revisão: Teresa Brandão  
Revisão bibliográfica: Helena Schirm  
Projeto gráfico e editoração: Pedro Miranda

I510j Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente  
Jequitinhonha: a riqueza de um vale./Instituto Terrazul. –  
Belo Horizonte. 2006.  
101 p.: il.

1. Meio ambiente - Vale do Jequitinhonha. 2. Patrimônio cultural - Vale do Jequitinhonha. 3. Rio Jequitinhonha. 4. Descrição de viagem - Vale do Jequitinhonha. I. Título

910.4 (815.1-0 - O Vale do Jequitinhonha)

## PREFÁCIO

Os registros históricos mais confiáveis sobre os primórdios da ocupação colonial do Vale do Jequitinhonha remontam à saga dos bandeirantes paulistas na virada do século XVII. Entretanto, relatos mais antigos levam a acreditar que algumas regiões do vale podem ter sido visitadas antes, no primeiro século do descobrimento. O mais antigo relato é de 1553, quando uma primeira expedição em busca de ouro e de pedras preciosas no interior da colônia, liderada pelo espanhol Francisco Brusa Espinhosa, partiu da Capitania de Porto Seguro em direção ao norte, encontrou a foz do Jequitinhonha - chamado então de Rio Grande - e teria acompanhado o leito do rio por cerca de 13 meses, percorrendo “350 léguas” ou 2,1 mil quilômetros.<sup>1</sup>

“Passamos por entre os índios que chamam tapuias, que é uma geração de índios bestial e feroz, porque andam pelos bosques como manadas de veados, nus, com os cabelos compridos como mulheres: a sua fala é mui bárbara e eles mui carneiros; trazem flechas ervadas e dão cabo de um homem num momento [...]”<sup>2</sup>, relatou em uma carta, datada de 1555, o padre jesuíta João de Aspilcueta Navarro, que foi o capelão da expedição de Brusa Espinhosa. Depois dessa primeira incursão, outros registros de viagem indicam que os exploradores Martim Carvalho, Sebastião Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adorno podem ter chegado também ao Vale do Jequitinhonha na segunda metade do 17. Mas essas expedições não encontraram ouro ou pedras preciosas, refluindo por quase cem anos a marcha da ocupação do vale.

Apenas no último quartel do século XVII, os sertões do Jequitinhonha seriam novamente percorridos pelos colonizadores, cabendo à grande bandeira de Fernão Dias Paes Leme a primazia pelo reconhecimento do território. Na sua jornada ao interior, que começou em São Paulo em 1674, o bandeirante paulista encontrou o Rio das Velhas e o acompanhou até a sua foz no São Francisco. Guiando-se pelas montanhas da cordilheira da Serra do Espinhaço, que dividem as bacias do Velho Chico e do Jequitinhonha, a sua bandeira teria chegado até o Pico do Itambé, próximo ao qual encontram-se as nascentes dos *Jequitinhonhas* do Campo e do Mato. Fernão Dias também não achou ouro e nem a lendária serra das esmeraldas – Sabarabuçu, mas em torno das roças que criou ao longo da rota, para o abastecimento da sua expedição, surgiram depois, com a descoberta das riquezas minerais, os primeiros núcleos urbanos.

Os registros sobre a descoberta de ouro, próximo às nascentes do Jequitinhonha, são do início do século XVIII, quando uma bandeira, liderada por outro paulista, Antônio Soares Ferreira, encontrou as minas do Ivituruí - em língua tupi montanhas frias, “[...] por ser batida de frigidíssimos ventos [...]” -, como registra José Joaquim da Rocha.<sup>3</sup> Acompanhando as serras divisoras das bacias hidrográficas do Rio Doce, São Francisco e Jequitinhonha e tendo como referência o Itambé, os aventureiros liderados pelo coronel Antônio Soares acabaram por desbravar a região, fundando diversos povoados, como Morro do Gaspar Soares, atual Morro do Pilar, Conceição, cidade de Conceição do Mato Dentro, Vila do Príncipe, Serro, seus distritos de Milho Verde e de São Gonçalo do Rio das Pedras, e o Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina.

No rastro do ouro, os aventureiros desceram o Rio Jequitinhonha e entraram pelos seus afluentes, vencendo e dizimando as resistências indígenas e ocupando o vale. Em 1727, o paulista Sebastião Lemes do Prado descobriu as Minas Novas do Araçuaí, cujo arraial - hoje Minas Novas - três anos depois era elevado a vila, porém subordinada à Capitania da Bahia até 1757, quando foi incorporada à de Minas Gerais. E foi minerando o ouro que os diamantes foram descobertos, cabendo a primazia do achado, oficializada à Coroa Portuguesa em 1729, a Bernardo de Fonseca Lobo. Porém, outros relatos antigos indicam que desde 1715 - portanto, 14 anos antes - as “pedrinhas brilhantes” já tinham sido encontradas por Francisco Machado da Silva na lavra de São Pedro.

<sup>1</sup> ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamentos do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

<sup>2</sup> *ibid.*

<sup>3</sup> ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.



A despeito da controvérsia quanto à data e o autor da descoberta, o certo é que os primeiros mineiros não sabiam que as tais pedras eram diamantes e as usavam apenas como tentos de jogos ou presentes, como conta Joaquim Felício dos Santos em “Memórias do Distrito Diamantino”.<sup>4</sup> E teria sido assim que dois comerciantes vindos da Bahia, frei Eloi Torres - um italiano que já residira no Oriente, onde conhecera regiões diamantíferas na Índia - e Francisco Santiago, reconheceram como diamantes os tentos de pedra. Torres e Santiago guardaram segredo sobre o fato, passando a adquirir no Tijuco grandes partidas de diamantes, que levavam para Salvador. Mas, a intensa movimentação acabou despertando a suspeita de Fonseca Lobo que, em 1726, encaminhou amostras das “pedrinhas” ao governador das Minas Gerais, Lourenço de Almeida. E finalmente, três anos depois, a notícia chegaria à Corte, em Lisboa.

Naturalmente, a descoberta causou grande furor em Portugal, pois se tratava do primeiro enclave diamantífero do Ocidente, cujas extraordinárias riquezas a Coroa procurou agir rápido para se apropriar. Assim, em 1734, a região foi demarcada, criando-se o Distrito Diamantino, diretamente subordinado a Lisboa. Na área demarcada, a exploração do diamante foi proibida aos mineiros, sendo adotado, primeiro, o sistema de contratos, arrematado por grandes senhores, como Felisberto Caldeira e João Fernandes de Oliveira, e depois, a partir de 1771, o monopólio real da extração. Mas, apesar de todas essas tentativas de controle, as lavras clandestinas – chamadas, então, de garimpos - se espalharam, expandindo a ocupação do vale até o médio Jequitinhonha.

Pela foz do rio, cerca de mil quilômetros do núcleo da mineração, o avanço da colonização ocorreu mais tarde, sobretudo a partir do primeiro quartel do século XIX, e teve como motor uma inusitada “Declaração de Guerra da Corte do Brasil aos Índios Botocudos” - como eram denominadas as tribos Aimoré, arredias aos colonizadores -, através de uma ordem régia de Dom João VI, de 1808. “Há muitos tempos que não leio um papel tão célebre; e o publicarei quando receber a resposta que Vossa Excelência, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Nação dos Botocudos, der a esta grande peça da diplomacia; porque é natural que este longo papel, que contém oito páginas, seja dirigido àquela Nação: é verdade que ela ainda não sabe ler, mas aprenderá, julgo eu, para responder a isso”, reportou com ironia o jornalista Hipólito da Costa na coluna Miscellanea, do Correio Braziliense, de outubro daquele ano.<sup>5</sup>

Assim, munidos da ordem régia para o extermínio dos “inimigos”, os militares - acompanhados pelos fazendeiros - desencadearam a ocupação do baixo e do médio Jequitinhonha. À medida que as resistências indígenas eram vencidas, em uma ofensiva que perdurou até o primeiro quartel do XIX, em torno dos antigos destacamentos militares foram surgindo os núcleos urbanos da região, como Salto Grande, atual Salto da Divisa, Vigia, cidade de Almenara, e São Miguel, atual Jequitinhonha, entre outros. E aos poucos, a paisagem densa de florestas tropicais, de mata atlântica exuberante, deu lugar às pastagens para o gado, trazido das fazendas baianas.

Embora em condições de integridade nem sempre satisfatórias, a memória da grande aventura da ocupação colonial dos sertões do Jequitinhonha está ainda em parte preservada em bens culturais e arquitetônicos e conjuntos paisagísticos, tombados tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) quanto pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). Embora sem contar com mecanismos legais de proteção ou apoio governamental, outros acervos e manifestações culturais históricas resistem, graças aos habitantes do vale, como documentou, em fevereiro e junho/julho de 2003, a Expedição Jequitinhonha em sua jornada pelo rio, desde as nascentes, no Serro, até a foz, em Belmonte.

O mesmo não se pode dizer da paisagem natural do vale ameaçada, 300 anos depois, pela continuidade de garimpos predatórios, pela expansão das grandes plantações de eucalipto e da pecuária, e pelas barragens contemporâneas. No entanto, há que se registrar, pelo menos, a existência de uma promessa de preservação da riqueza da biodiversidade sobrevivente, através das unidades de conservação ambiental e de parques ecológicos em implantação no Jequitinhonha sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG).

Fruto saboroso do trabalho de pesquisa da Expedição Jequitinhonha, o livro *Jequitinhonha. A Riqueza de um Vale* representa o ápice do esforço de resgate da História e dos patrimônios culturais e naturais do vale, empreendido pelo Instituto Terrazul. Enfim, uma contribuição para a preservação da memória de uma região que marca a História do Brasil desde o descobrimento.

AMÉRICO ANTUNES - PRESIDENTE DO INSTITUTO TERRAZUL

<sup>4</sup> SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>5</sup> COSTA, Hipólito da. Miscellanea. *Correio Braziliense*, Rio de Janeiro, out. 1808.



## PAISAGENS DO JEQUITINHONHA: TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA

INTRODUÇÃO 15

DILEMAS DE UMA REGIÃO MINERADORA 17

IRAPÉ: PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM TECNOLÓGICA 33

PECUÁRIA, COMÉRCIO E OCUPAÇÃO MILITAR NO MÉDIO JEQUITINHONHA 39

A FAIXA LITORÂNEA 47

FOTOGRAFIAS 51

DIÁRIO DE BORDO 83

REFERÊNCIAS 116



SERRA DO  
ESPINHAÇO

RIO  
ARAGUAIA

JEQUITINHONHA

**BAHIA**

**MINAS  
GERAIS**

**ESPÍRITO  
SANTO**

**SALINAS**

**PEDRA AZUL**

**SALTO DA  
DIVISA**

**BELMONTE**

**ALMENARA**

**ITAPEBI**

**GRÃO-MOGOL**

**JEQUITINHONHA**

**BERILO**

**ARAÇUAÍ**

**ITACAMBIRA**

**CHAPADA DO NORTE**

**MINAS NOVAS**

**TURMALINA**

**ITAMARANDIBA**

**SÃO GONÇALO DO RIO PRETO**

**COLTO DE MAGALHÃES DE MINAS**

**DIAMANTINA**

**SERRO**



# PAISAGENS DO JEQUITINHONHA: TRANSFORMAÇÃO E PERMANÊNCIA

## INTRODUÇÃO

Uma das impressões mais vívidas que permanecem em quem viaja pelo Jequitinhonha é a da marcante diversidade das paisagens culturais. Diferentes formas de ocupação humana, engendradas no longo processo adaptativo e transformativo pelo qual os homens vêm interagindo com os perfis naturais do vale, produziram realidades culturais singulares nas regiões cortadas pelo rio e seus afluentes.

As serranias do alto Jequitinhonha foram povoadas por mineradores, ocupados na faina exploratória de remexer o leito dos rios e revolver os morros próximos. No trecho médio, onde não havia o diamante ou o ouro, as planícies e encostas se tornaram pastagens para o gado bovino e áreas de cultivo. Na faixa litorânea, a jusante do Salto Grande, o cacau imperou por décadas, alcançando, a partir da costa, as regiões ribeirinhas do baixo Jequitinhonha.

Poucos sinais remanescem da ocupação pré-colonial do vale. Os aimorés, ou botocudos, e os demais grupos indígenas que o habitavam foram dizimados ou escravizados pelos conquistadores luso-brasileiros, que destruíram os elementos materiais e simbólicos produzidos por essas populações na sua existência nômade e seminômade nas matas da região.

Neste texto buscamos resgatar algo dessa diversidade, ensaiando uma abordagem baseada em recortes regionais, orientados pelos distintos perfis geográficos e pelas diferentes dinâmicas históricas de ocupação do vale. No interior de cada região, tentamos, por meio de um jogo diacrônico entre presente e passado, estabelecer os elementos de transformação e de permanência das sucessivas paisagens geo-históricas formadas.

A maior parte das informações e análises que coletamos sobre o passado do vale provém da literatura histórica disponível sobre o Jequitinhonha. Cronistas, memorialistas, naturalistas, viajantes e historiadores vêm tratando do vale desde o período colonial, produzindo material historiográfico valioso para o estudo das sociedades nele estabelecidas entre o início do século XVIII e as primeiras décadas do XX. A realidade cultural contemporânea do vale, por seu turno, foi buscada principalmente nas notas de campo tomadas durante a Expedição Jequitinhonha. O poderoso método da gravação sonora de entrevistas, informações, dados e impressões pessoais possibilitou-nos, ao final do trabalho de campo, dispor de um substancial acervo de pouco menos de 150 laudas de notas transcritas, que se tornaram a principal fonte para a abordagem do vale enquanto paisagem cultural contemporânea.

Ainda que a realidade socioeconômica das populações seja sempre um elemento preocupante para aqueles que se debruçam em estudos sobre o Jequitinhonha, buscamos manter tal preocupação em um nível que não se sobrepusesse ao objetivo central do projeto – ler a história do vale, a partir dos signos culturais deixados nos seus núcleos urbanos e nas suas áreas rurais.

Prescindimos, assim, de uma abordagem de cunho sociológico ou político, que realçasse os dilemas e as incompletudes sociais do vale, para que pudéssemos manter o foco nos elementos culturais de transformação e de permanência que formaram e formam a história do Jequitinhonha.

Muita coisa terá sido deixada de lado, seja por ignorância, seja por opção, seja, enfim, pelas restrições colocadas pelo próprio desenvolvimento da pesquisa. O período de pesquisa de campo, ainda que vivenciado intensamente, foi curto – apenas 21 dias. Esse condicionante constrangeu a abordagem a ser mais panorâmica e expositiva do que propriamente analítica – e o texto que segue sem dúvida reflete isso.

Deve-se fazer uma advertência. O registro das condições de preservação de edificações, monumentos e outros bens culturais documentados ao longo da pesquisa de campo foi realizado em

junho e julho de 2003; nos três anos que se passaram desde então, essas condições podem ter mudado, para melhor ou para pior. A atualização das informações fornecidas foi possível em alguns casos, como, por exemplo, quando tratamos dos bens culturais das populações ribeirinhas removidas para a construção da usina hidrelétrica de Irapé. Em outros casos, todavia, o registro que consta deste texto permanece o mesmo que foi feito em 2003.

Duas condições operacionais que nos pareciam negativas, no início da pesquisa de campo, revelaram-se posteriormente fatores estimuladores de uma percepção mais íntima e direta da realidade sociocultural do vale. A realização da viagem na estação mais seca do ano possibilitou-nos conhecer o rio no período em que ele mais se reduz com o desmatamento, o assoreamento e a extração mineral. Trata-se, inclusive, do período do ano em que o garimpo industrial tem a sua maior lucratividade e, portanto, pode mostrar-se na plenitude da sua ação predatória.

A precariedade dos locais de estadia, se nos privou de conforto, colocou-nos, por outro lado, mais próximos da realidade do vale. Hoje percebemos que nenhum lugar teria sido mais “pedagógico” quanto ao processo de ocupação do alto Jequitinhonha do que um acampamento improvisado numa antiga área de garimpo industrial, na margem do rio, que foi a nossa base na primeira fase da viagem. Ou um barracão num povoado também ribeirinho, nas vizinhanças da área de inundação da Usina Hidrelétrica de Irapé.

Se a diversidade é uma das marcas do vale, não o é menos o papel de eixo fluvial de povoamento e ocupação econômica que ele desempenha ao longo dos últimos três séculos. Nesse sentido, o vale recupera uma certa unidade, feita da multiplicidade de paisagens histórico-culturais e de perfis geográficos.

Esperamos que este texto espelhe algo dessa unidade de múltiplos matizes, fazendo jus à história e à cultura das populações do vale, consideradas como coletividades que forjaram um território singular no longo processo de ocupação do interior do Brasil.

\*

O Rio Jequitinhonha nasce na Serra do Espinhaço, no município de Diamantina, nas proximidades da localidade de Capivari, a uma altitude aproximada de 1200 metros, e percorre 920 quilômetros até chegar à foz, no Oceano Atlântico. A sua bacia, que totaliza uma área de 70315 quilômetros quadrados, limita-se ao norte com a bacia do Rio Pardo; ao sul com as bacias dos Rios Doce e Mucuri; a oeste com o maciço do Espinhaço, que a divide da bacia do São Francisco; e a leste com o Oceano Atlântico. Os principais afluentes do Jequitinhonha são, pela margem direita, os Rios Araçuaí, Piauí e São Miguel; e, pela margem esquerda, os Rios Itacambirucu, Salinas, São Pedro e São Francisco<sup>6</sup>.

A bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha abrange grande parte do nordeste de Minas Gerais e pequena porção do sudeste da Bahia. Da área total da bacia, cerca de 94% estão no primeiro estado e apenas 6% no segundo.

A porção ocidental da bacia situa-se nas áreas de domínio do cerrado e da caatinga, esta última com as variações denominadas *carrascos*, caracterizadas por Saint-Hilaire como espécies de florestas anãs, compostas de arbustos médios, aproximados uns dos outros.<sup>7</sup> Na porção oriental da bacia inicia-se, a caminho da faixa costeira, a zona da mata atlântica.

Para os fins deste estudo, seguiu-se a divisão mais comum do vale, considerando-se alto o trecho da nascente até a foz do Araçuaí, zona de serras e chapadas, onde se implantou a extração mineral; médio o trecho entre a foz do Araçuaí e o Salto Grande, região de topografia mais suave, que permite a navegação, com predominância da atividade pecuária; e baixo o trecho entre o Salto Grande e o litoral, formado por planícies propícias aos cultivos, entre os quais se destacou, por algum tempo, a cultura do cacau.

<sup>6</sup> IBGE. Diretoria de Geociências. 1ª Divisão de Geociências do Nordeste. Diagnóstico ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha: diretrizes gerais para a ordenação territorial. Salvador, 1997.

<sup>7</sup> Saint-Hilaire, August de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1817). Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.



A SINGULARIDADE DA ARTE DO VALE JÁ É EXPORTADA PARA A EUROPA

Depois de passar por Serro e Diamantina, a primeira base de nossa expedição foi um acampamento montado em frente à pequena povoação de Maria Nunes, com apenas 890 habitantes e situada a aproximadamente 50 quilômetros, por estrada, da sede do município de Diamantina. O povoado está na margem esquerda do Jequitinhonha e nós nos instalamos na margem direita, numa área de propriedade da Mineração Tejucana, empresa que explorou a região por cerca de 40 anos e encontrava-se, em 2003, desativada. Estávamos diante de uma paisagem bizarra. A empresa utilizava a área como depósito de equipamentos e as nossas barracas foram armadas em meio às máquinas e ferragens deixadas no local, a céu aberto, entremeadas com algumas poucas árvores que não foram arrancadas. Um galpão, onde ficava o único vigia da área, nos serviu de refeitório e instalação sanitária.

O rio corria a alguns metros do acampamento. Na estação seca, deixava à mostra, como definiu Américo Antunes, “as suas entranhas”. Parte do antigo leito arenoso estava exposta, permitindo a circulação de pessoas e animais. As margens tinham a forma de barrancos altos, nos quais o remeximento constante resultara em grandes buracos, alguns deles cheios de água parada e malsã. A calha do rio resumia-se a um canal estreito, facilmente transposto a pé, que cortava essa paisagem desoladora.

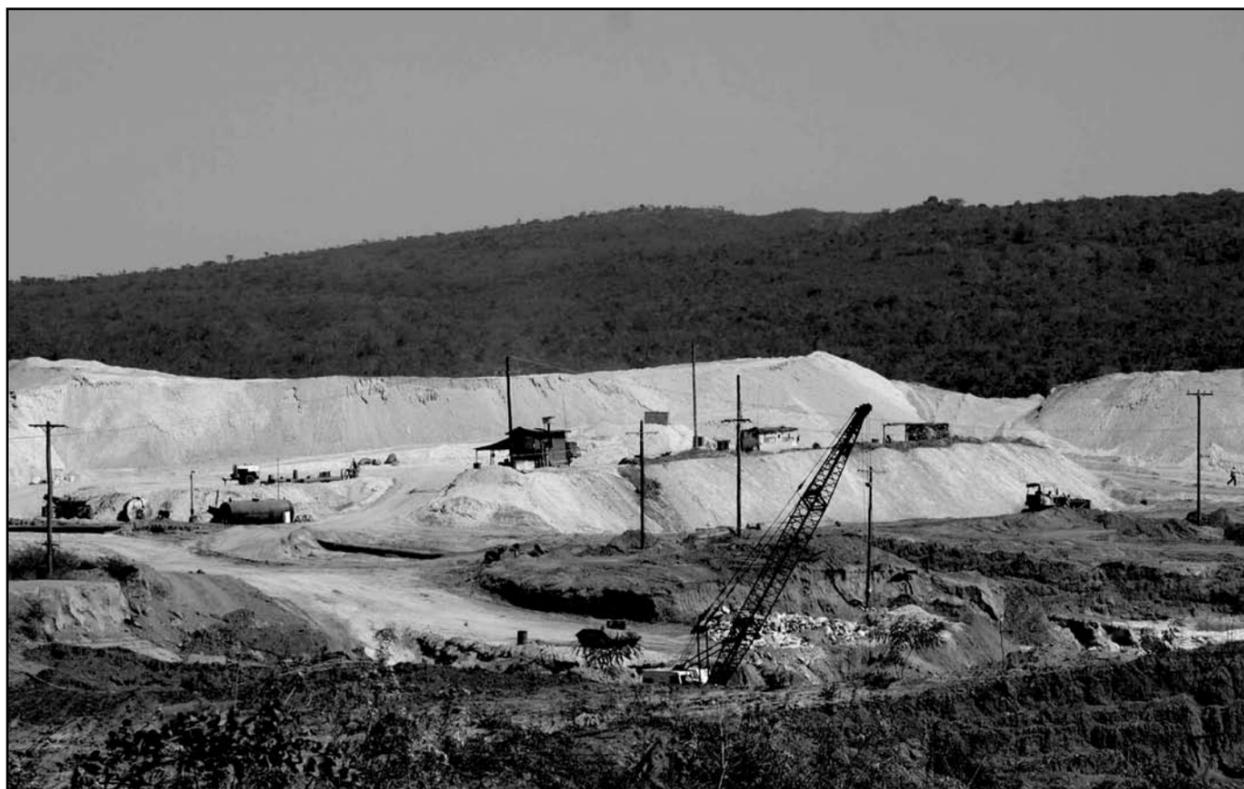
É evidente que a redução drástica do volume do rio não é um efeito somente natural; ao contrário, ela é resultado do estado de degradação em que o deixaram séculos de ação humana predatória. A área em que estávamos instalados, com máquinas pesadas deixadas no que outrora foi a mata ciliar do rio e o Jequitinhonha a descer timidamente entre o areal seco, onde bovinos procuravam escassas gramíneas, era um prenúncio do que veríamos em seguida.

Rio abaixo encontra-se a primeira draga de extração de diamantes que visitamos, também pertencente à antiga Mineração Tejucana. Com o fim das atividades da empresa, a draga foi desativada. Consiste numa grande estrutura metálica, de aproximadamente sete metros de altura e quatro níveis, formada por cabos, plataformas e equipamentos internos. Essa estrutura foi deixada num bolsão escavado no antigo leito do rio, que se encontra cheio de água espessa e suja.

Igualmente instrutiva foi a visita às dragas da Mineração Rio Novo, que estavam em atividade. A empresa, de acordo com informações de sua Gerência de Produção e Meio Ambiente, representada à época por Luiz Carlos da Silva Amorim, encontrava-se em operação desde 1998, empregando, em 2003, 230 pessoas.

Foi construída uma barragem, de forma a drenar parte da água para um bolsão lateral, onde ocorriam as operações. Como na primeira área visitada, o antigo leito e as margens do rio tinham sido escavados para formar o bolsão, que se encontrava cheio de água espessa e turbida, com alta concentração de areia e cascalho. Nessa área de dragagem, estavam instaladas três dragas, semelhantes à que vimos antes, apelidadas “Leopoldina”, “Chica da Silva” e “Maria Bonita”, cuja função era a de sugar material do leito e das margens do bolsão e peneirá-lo sucessivamente, avançando rumo aos depósitos mais profundos. Segundo as informações de Luiz Carlos, o objetivo era descer gradualmente a prospecção, até chegar ao fundo do bolsão, que estava localizado a cerca de 40 metros da superfície.

O material retirado da área, constituído de areia e cascalho, era direcionado para caçambas e dali para o interior da draga, onde seria peneirado mecanicamente em vários estágios. Como



A AÇÃO PREDATÓRIA DA ATIVIDADE MINERADORA TORNA BIZARRA A PAISAGEM DO ALTO JEQUITINHONHA

18 resultado, tinha-se um concentrado preto e pesado, levado por caminhões para centrais de apuração, localizadas fora da área de extração. Depois de novo refinamento, podiam-se finalmente encontrar os objetivos de toda a operação: os diamantes. Um subproduto da atividade era o ouro, que podia ser localizado na areia fina resultante do último estágio de peneiramento.

O gerente de Produção e Meio Ambiente da empresa se esforçou para atenuar, durante a nossa visita, os danos ambientais da operação, mas o impacto da atividade extrativa era evidente. Como comentou a geóloga Luciana Felício Pereira, o leito e as margens do rio já foram tão revirados que já não se sabia mais onde é a sua calha original.

O rio foi barrado e desviado em vários pontos, para formar os bolsões de operação das dragas. Essas avançavam tanto horizontalmente, aumentando a superfície de dragagem, quanto verticalmente, ampliando a profundidade da área revolvida. O grande volume de rejeitos resultante da atividade era deixado, como observamos na primeira área de dragagem visitada, nos bolsões desativados e também nas margens dos bolsões e do próprio rio, onde se acumulou grande quantidade de cascalho e areia revirados.

Formou-se, assim, uma grande área desertificada, ausente de vegetação, que não tinha como crescer novamente no terreno cheio de cascalho e areia. No líquido que permanecia na antiga área de dragagem, cheio de rejeitos minerais da atividade, tampouco a vida parecia possível. Medidas compensatórias, como o cultivo de mudas para replantio nos terrenos degradados, desenvolvido pela Mineração Rio Novo, eram visivelmente insuficientes para alterar o impacto ambiental da extração industrial de diamantes.

Como no passado, nas proximidades dos grandes empreendimentos extrativos encontram-se diversos pequenos garimpeiros, que vivem de procurar o diamante nas margens ou na calha pouco

profunda do rio. A bateia, onde cascalho e areia são colocados e revolvidos, continua a ser o “equipamento” principal desses pequenos extratores, que subsistem miseravelmente. Em alguns casos os recursos financeiros e técnicos são maiores e consegue-se construir canais de concreto, para onde parte do curso do rio é desviado. Torna-se, então, mais fácil represar a água corrente e peneirá-la artesanalmente. Um desses canais foi registrado pela equipe nas proximidades da povoação ribeirinha de Caçaratiba, no município de Turmalina.

A paisagem que, especialmente no período seco do ano, pode ser observada nas áreas de extração mineral do alto Jequitinhonha constitui, na realidade, um múltiplo resultado de séculos de atividade extrativa. Sucessivas camadas históricas de ação humana estão impressas nessa paisagem. A atividade começou com o remeximento do leito dos cursos de água, realizado artesanalmente, para passar às encostas das montanhas, em lavras a céu aberto. No caso do ouro, prosseguiu com a abertura de galerias nas montanhas, para areação e retirada da terra e, quanto ao diamante, com o aprofundamento da prospecção no leito e nas margens dos rios. O processo de desertificação, que se dá com a formação de barrancos, buracos e depósitos de cascalho, o desvio do curso do rio, a redução do volume de água corrente e o secamento e a exposição da antiga calha, é, portanto, um produto histórico hoje gravado indelevelmente na paisagem do alto Jequitinhonha.

O primeiro registro oficial da existência de pedras preciosas na região data de 1729, quando o governador da capitania das Minas Gerais enviava à Coroa portuguesa algumas amostras de “pedras brancas”, que opinava serem diamantes. A documentação histórica indica, no entanto, que a descoberta e a extração de diamantes na região pode ter se iniciado alguns anos antes, pois, na sua resposta ao governador, o rei estranha não ter sido comunicado antes por ele, já que pedras semelhantes circulavam entre a colônia e a

### CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DO SERRO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 65-T, Inscrição nº 25, Livro Belas Artes, fls. 6., 8 de abril de 1938

HISTÓRICO: O povoado nasceu nos terrenos fronteiros aos córregos do Quatro Vinténs e do Lucas, próximo às lavras de ouro. Habitada pelos índios Puris, que a chamavam de Iviturú - Serro Frio -, por ser batida por ventos frios, há indícios históricos de que na segunda metade do século XVI a região foi percorrida pelas expedições de Sebastião Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adorno. Entretanto, a ocupação colonial do território teve início apenas no primeiro quartel do 18, com a descoberta de jazidas de ouro pelo guarda-mor Antônio Ferreira Soares. Em 1714, o povoado tornou-se a Vila do Príncipe e, em 1720, sede da Comarca do Serro Frio – uma das quatro que formaram a Capitania de Minas Gerais – e que abrangia extensas áreas ao Norte, incluindo o então Distrito Diamantino. Em 1838, a Vila do Príncipe foi elevada à condição de cidade, recebendo o nome de Serro.

DESCRIÇÃO: A atual cidade do Serro conserva um traçado básico que remonta, presumivelmente, à metade do século XVIII, quando a vila já se encontraria urbanisticamente definida, com seus aglomerados de casas ocupando um espaço acidentado entre as margens dos ribeirões auríferos e as encostas de pequenos morros. A construção de vários templos ricamente ornamentados e de imponentes sobrados residenciais, no decorrer do século XVIII, mostra a fase de opulência econômica e social. Entretanto, ao iniciar-se a era republicana, vários fatores, dentre eles, o isolamento da cidade em referência aos novos centros de maior progresso em Minas Gerais, acentuaram a estagnação social e econômica do Serro, cuja imagem urbana e arquitetônica chegou até nossos dias quase intacta em relação à fisionomia característica dos séculos XVIII e XIX, revelando o apogeu de seu passado, bem como as linhas marcantes da arte e arquitetura do período colonial.

OUTROS ACERVOS HISTÓRICOS TOMBADOS:

#### CASA DOS OTTONI

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 425-T, Inscrição nº 270, Livro Histórico, fls. 46., 28 de abril de 1938

HISTÓRICO: Habitação semi-rural, em dois pavimentos, cuja construção remonta ao século XVIII. Seu valor histórico reside no fato de ter pertencido à família Ottoni, de origem ao mesmo tempo italiana e bandeirante. Nela, nasceram Teófilo Benedito e Cristiano Benedito Ottoni, ambos participantes ativos das lutas liberais em meados do século XIX, que marcaram a história mineira e do Brasil.

LOCALIZAÇÃO: Praça Cristiano Ottoni

PROPRIETÁRIO ATUAL: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan

FINALIDADE ATUAL: Museu Regional

#### IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 318-T, Inscrição nº 262, Livro Histórico, fls. 45, 24 de novembro de 1949

HISTÓRICO: A construção deste templo é em madeira e terra – adobe e taipa – e se deu por iniciativa da Ordem Terceira do Carmo local que, desmembrada da irmandade carmelita do Arraial do Tijuco, formou-se autonomamente na Vila do Príncipe. Em 1768, os Irmãos obtiveram do Senado da Câmara o terreno onde fizeram edificar a igreja. Em 1780, já se trabalhava nas fachadas do templo, e em junho daquele ano foi contratado do mestre José da Silva Ribeiro o trabalho de edificação das torres. A consagração do templo foi realizada em 1781.

LOCALIZAÇÃO: Praça João Pinheiro

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

#### IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 263-T, Inscrição nº 233, Livro Belas Artes, fls. 52, 22 de agosto de 1941

HISTÓRICO: Ao que indica, a antiga Vila do Príncipe teve duas matrizes anteriores à atual. A primeira delas era uma simples capelinha coberta de palha e dedicada a Santo Antônio. Provavelmente, por volta de 1713, já estava em construção a segunda igreja que serviria de matriz, fato que por certo justificou a elevação, através de carta régia datada de 26 de fevereiro de 1724, da paróquia à categoria de colativa. Desta segunda matriz, têm-se notícias, através de alguns documentos de 1725 e 1737, da existência de um adro agregado à sua planta. A atual matriz é, portanto, a terceira que ali se construiu posteriormente ao ano de 1776.

LOCALIZAÇÃO: Largo do Pelourinho

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

#### IGREJA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 319-T, Inscrição nº 229, Livro Histórico, fls. 38, 14 de janeiro de 1944

HISTÓRICO: Situada numa encosta na confluência das ruas General Pedra e Matozinhos, esta igreja foi construída no final do século XVIII. Ignora-se a data precisa do início de sua construção, bem como a autoria do projeto arquitetônico e dos trabalhos de ornamentação, sendo a primeira notícia desta igreja fornecida pelo historiador Cônego Raimundo Trindade, que informa ser o seu fundador o tenente José Ferreira de Vila Nova. Entretanto, julgam os historiadores que a data mais concreta sobre a história deste templo é a de 1797, que está inscrita em medalhão da pintura do forro da capela-mor.

LOCALIZAÇÃO: Praça Cristiano Ottoni

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DOS PRAZERES

TOMBAMENTO: Estadual, Decreto 20.581, 26 de junho de 1980.

HISTÓRICO: A construção do templo, do século XVIII, remonta aos primórdios do povoamento da região, na saga da descoberta do ouro e dos diamantes. A edificação, em adobe e madeira, tem planta composta de nave, capela-mor e duas sacristias laterais. A ausência de torres é compensada por curioso sistema de sineira anexa à fachada lateral esquerda, formando pequena varanda de madeira suspensa em pilares e com coberta de telhas para a proteção dos sinos.

Rota de acesso do Caminho dos Diamantes da Estrada Real ao Arraial do Tijuco, o povoado de Milho Verde abrigava um quartel e um posto fiscal – o Registro de Milho Verde – para coibir o contrabando de ouro e de diamantes. Na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, foi batizada a hoje lendária Chica da Silva.

LOCALIZAÇÃO: Distrito de Milho Verde, Serro

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### IGREJA MATRIZ DE SÃO GONÇALO

TOMBAMENTO: Estadual, Decreto 20.581, 26 de junho de 1980

HISTÓRICO: A igreja segue, em sua planta, o padrão tradicional das matrizes mineiras da primeira metade do século XVIII, sendo a construção do templo de São Gonçalo do Rio das Pedras resultado da expansão das atividades mineradoras. O povoado, inclusive, chegou a ter um Intendente dos Diamantes, mas, além de pólo minerador, foi também um importante entreposto comercial no período colonial, onde pernoitavam as tropas que abasteciam o mercado do Tijuco.

LOCALIZAÇÃO: Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### PARQUE ESTADUAL DO ITAMBÉ

TOMBAMENTO: Estadual, Decreto 39.398, 21 de janeiro de 1998

CARACTERÍSTICAS: Na cordilheira do Espinhaço, o parque abriga o Pico do Itambé, com seus 2.002 metros de altitude, e as nascentes dos Rios Doce e Jequitinhonha, cujas bacias hidrográficas estão protegidas como bens culturais do Estado de Minas Gerais, pela Constituição de 1989. Campos rupestres de altitude e cerrado compõem a cobertura natural nativa da área do parque, que protege espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção.

LOCALIZAÇÃO: Serro, Santo Antônio do Itambé e Serra Azul

PROPRIETÁRIO: Instituto Estadual de Florestas - IEF/MG. Entretanto, o parque ainda não está implantado.

ÁREA: 4.696 hectares

metrópole já há alguns anos.<sup>8</sup> De toda forma, é em 1730 que se institui o primeiro regimento da exploração de diamantes, no qual se fixava o imposto de cinco mil réis por cada escravo empregado na extração (imposto da capitação).

As novas terras diamantíferas integravam um território minerador que tinha pelo menos duas décadas de existência. As jazidas auríferas encontradas na região do Serro Frio haviam deslocado a fronteira da mineração para centenas de quilômetros ao norte dos núcleos iniciais de extração, colocando-a numa região de topografia acidentada, com altitudes de até 1600 metros, montanhas, vales e nascentes de rios e córregos. Em 1714, a primeira povoação do território fora elevada a vila, tornando-se Vila do Príncipe (Serro), que, juntamente com a Vila Nova da Rainha (Caeté), constituiu o quinto povoado a ascender a essa categoria nas Minas Gerais. Mesmo o arraial do Tijuco, onde teria sido encontrado o primeiro diamante, já era há algum tempo um dos núcleos de extração de ouro.

A descoberta do diamante provocou o deslocamento de grande parte dos antigos mineradores de ouro, que abandonaram as jazidas auríferas nucleadas na Vila do Príncipe, para acorrer à nova região diamantífera. A difusão da notícia em Portugal levou, igualmente, à migração de aventureiros reinóis, o que se fazia tanto pelo porto da cidade da Bahia (Salvador), quanto pelo porto do Rio de Janeiro, cuja importância econômica e estratégica vinha se intensificando desde o início daquele século.

O primeiro período da extração diamantífera foi de incerteza quanto à política metropolitana aplicada ao novo território. A Coroa e as autoridades coloniais tinham que lidar com múltiplos objetivos e interesses, concentrados numa nova região de riquezas minerais situada num dos territórios mineradores. Mas a partir de 1734, a opção pelo controle sobre a região diamantífera foi claramente assumida. Desse ano, data a criação da Intendência dos Diamantes, com a nomeação do primeiro intendente da nova administração e a definição dos limites do território diamantífero – a chamada Demarcação Diamantina.

Segundo Joaquim Felício dos Santos, a demarcação abrangia uma área elíptica, cujo diâmetro norte-sul era de 12 léguas, ou 79 quilômetros, e leste-oeste, de sete léguas, ou 46 quilômetros.<sup>9</sup> O território demarcado seria policiado por patrulhas de soldados e pelos postos militares – registros e guardas – instalados em locais estratégicos. A capitação, que vinha sendo sucessivamente aumentada, foi fixada no mesmo ano em 40 mil réis.

Em 1739, o primeiro contrato para a exploração dos diamantes foi assinado. O sistema consistia na arrematação, em leilão, do direito de exploração exclusiva das jazidas, por um período determinado. Era vedada a qualquer outra pessoa, que não o contratador, a prática de atividade extrativa ou mercantil que envolvesse os diamantes. À mais leve suspeita, da parte do contratador, de que alguém estivesse minerando ou comercializando diamantes, podia essa pessoa ser sumariamente expulsa do Distrito Diamantino. Ao contratador assistia, ainda, o direito de cobrar exaustivamente débitos do seu devedor, penhorando os seus bens ou, caso não os tivesse, prendendo-o na cadeia do arraial.

O sistema da contratação vigorou até 1772, quando a Coroa tomou a si, diretamente, a atividade da extração diamantífera, instituindo a chamada Real Extração. Um ano antes fora instituído o Regimento Diamantino, o célebre Livro da Capa Verde, que,

<sup>8</sup> DESCOBRIMENTO de Diamantes na Comarca do Serro Frio. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 6, fase 1, p. 141-142, jan./mar. 1901

<sup>9</sup> SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 81.



A COROA EXERCEU FORTE CONTROLE NAS ROTAS DE ACESSO AO DISTRITO DIAMANTINO

segundo Santos, pelos poderes discricionários conferidos às autoridades coloniais no território, difundia o terror na demarcação diamantina.<sup>10</sup>

O controle instaurado pela Coroa no Distrito Diamantino foi considerado por Spix e Martius único na história. Para os autores, não teria igual “[...]essa idéia de isolar uma região, na qual toda a vida civil foi subordinada à exploração de um bem exclusivo da Coroa.” Tratava-se mesmo de elevar a região diamantífera “[...]a um Estado isolado dentro do Estado”.<sup>11</sup>

A imposição de normas asfixiantes sobre o Distrito Diamantino tinha como um dos objetivos centrais deter a extração e o comércio ilícitos. Da extração ilegal de diamantes nasceu a figura do garimpeiro:

*Garimpo* era a mineração furtiva, clandestina do diamante, e o *garimpeiro*, o que a exercia.[...]

Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina, que julgava um direito seu, injustamente usurpado; era aquele que, condenado a degredo para o solo ardente africano, vendo sua família na miséria, por lhe terem sido confiscados todos os bens, por qualquer arte ou casualidade escapava à punição e ia homiziar-se nos profundos recônditos das nossas brenhas, e onde poderia talvez oferecer algum auxílio à família, que fora obrigado a abandonar, e ver ainda a pátria, filhos, parentes ou amigos, de quem já se despedira para sempre; era finalmente o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos e emoções.<sup>12</sup>

O sistema de extração consistia em o escravo trabalhar curvado, de frente para o feitor, de forma a peneirar o cascalho nas bateias, atirando-o para fora e recolhendo os diamantes. Todo o trabalho era executado dentro da água.

Inúmeros métodos foram desenvolvidos e eram aplicados para evitar um dos maiores problemas dos gestores da atividade: o furto dos diamantes pelos trabalhadores escravos. Correspondiam naturalmente a uma infinidade de estratégias usadas pelos escravos para se apossarem das pedras encontradas. Entre os mais bizarros, estavam as práticas de engolir os diamantes, de conservá-los nos dedos dos pés horas a fio para depois levá-los para as senzalas e de aspirá-los ocultos junto com rapé, deixando-os entrar por uma

narina e recolhendo-os na boca.

Outra forma de evasão das pedras preciosas era através dos comboieiros de escravos, muitos dos quais se dedicavam secretamente ao contrabando. A pretexto de venderem escravos, obtinham licença para entrar no Distrito Diamantino; aí trocavam a sua mercadoria por diamantes, retirados facilmente da área da demarcação.

O número de trabalhadores escravos empregados na extração variou entre 500, na estação seca, e 4400, na estação chuvosa. Os trabalhadores indiretos – feitores e outros – eram cerca de 350.<sup>13</sup> Eram, portanto, grandes empreendimentos extrativos, com vultoso investimento em mão-de-obra escrava e expectativa de alto lucro.

Durante a vigência da Real Extração, o período mais produtivo se deu entre 1772 e 1784. Um ano após a instituição do sistema, em 1773, foram encontrados quatro grandes diamantes, cada um deles com mais de 17 quilates; no melhor ano de todo o período da Real Extração, em 1782, a produção total remontou a 51850 quilates. Em contrapartida, nos anos de 1817 e 1818, o volume de diamantes extraídos decaiu sensivelmente, para 9889 e 9396 quilates, respectivamente.<sup>14</sup>

O impacto da extração diamantífera sobre o meio natural é tão antigo quanto a própria atividade. Eram comuns, já no século XVIII, o desvio dos cursos de água, o barramento da corrente e a exposição do leito do rio. O cascalho revolvido era amontoado nas margens, para passar por novas lavagens em períodos posteriores. Segundo Spix e Martius, a crença popular era de que novos diamantes se formavam nos montões de cascalho já lavado, mas, observaram os naturalistas, a explicação não era essa. No auge da produção, no período dos contratadores e da Real Extração, a pujança da extração permitia que fossem explorados somente os lugares mais ricos, trabalhados com pressa e descuido. Os rejeitos produzidos podiam conter, assim, riquezas que haviam passado despercebidas durante a primeira lavagem. As técnicas do represamento, do desvio e da lavagem do leito dos rios eram comuns também na extração aurífera: Saint-Hilaire, por exemplo, reporta a construção de diques no Rio Araçuaí, que impediam a passagem da água, expondo o seu leito arenoso à lavagem para a busca do ouro.

Gradualmente, a partir do final do século XVIII, as técnicas foram aprimoradas, passando-se à utilização de explosivos para o desvio dos cursos de água, à construção de barragens maiores e mais fortes e à retirada de grandes blocos maciços de pedra. Spix e Martius relatam que o intendente Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, responsável pela extração em 1818, quando visitaram a região, conseguira organizar a remoção de uma camada de quarenta pés, ou 13 metros, de profundidade de areia e blocos de pedra. Esse material bruto produziu cinco mil quilates de diamantes.<sup>15</sup>

A sociedade produzida pela mineração de ouro e diamante reproduziu os dilemas e as contradições da atividade econômica. O primeiro núcleo de ocupação da região, a Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro do Frio, é hoje a cidade do Serro, com 22059

<sup>10</sup> SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memória do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 190.

<sup>11</sup> SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. v. 2. p. 30.

<sup>12</sup> SANTOS, op. cit., v.2, p. 108.

<sup>13</sup> MEMÓRIAS históricas da província de Minas Gerais [entre 1838 e 1851]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v.13, p. 523-639,1909.

<sup>14</sup> Os dados são de SPIX, op. cit., v.2, p. 49.

<sup>15</sup> *ibid.*, v.2, p.38

habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De crescimento modesto depois do período colonial, a cidade conservou parte do seu patrimônio cultural, contando com dois bens tombados pelo poder público federal, a Igreja do Bom Jesus do Matozinhos e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ambas na sede do município, e dois bens tombados na esfera estadual, a Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, no Distrito de Milho Verde, e a Igreja Matriz de São Gonçalo, no Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras.

O antigo arraial do Tijuco, sede da Demarcação Diamantina, cresceu e se tornou a cidade de Diamantina, hoje com 44234 habitantes. A mineração continua a ser economicamente importante, especialmente fora do distrito-sede, mas o município diversificou as suas atividades, que incluem a agricultura, a pecuária e o turismo.

Pólo cultural importante do centro-norte mineiro, Diamantina é um dos 17 bens brasileiros incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, condição declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com base na singularidade e autenticidade do patrimônio cultural da cidade, que reproduz, no seu traçado e nas suas edificações históricas, o núcleo urbano consolidado no século XVIII. Foi uma das primeiras cidades brasileiras tombadas como monumento histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o que ocorreu em 1938.<sup>16</sup>

Entre os acervos mais relevantes de Diamantina está a Igreja do Rosário, a mais antiga da cidade, construída em 1731 pelos escravos. O templo possui capela-mor pintada pelo artista José Soares de Araújo e uma rica imaginária, composta na sua maior parte por santos negros. Outras igrejas do antigo arraial do Tijuco mantêm-se preservadas, como a Basílica do Sagrado Coração de Jesus, erguida no final do século XIX, que possui estilo neogótico, e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída pelo famoso contratador João Fernandes, com pinturas que datam do século XVIII. As capelas de Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora da Luz e do Amparo Imperial completam o cenário de devoção da cidade.

O solar de número 266, na Praça Lobo de Mesquita, preserva a memória de Chica da Silva. Conhecido como Casa da Chica, o imóvel pertenceu ao amante da escrava, o contratador João Fernandes, provavelmente entre 1763 e 1771, período que esteve à frente dos negócios de exploração diamantífera.

O conjunto da Glória talvez seja a edificação mais singular de Diamantina. A edificação é formada por duas casas, uma do século XVIII e a outra do século XIX, localizadas em lados opostos da Rua da Glória e ligadas por um passadiço – uma espécie de “ponte”, projetada pelo construtor John Rose. No imóvel funcionou por muitos anos o colégio para meninas das irmãs vicentinas, e o passadiço tinha o objetivo de permitir a circulação das alunas entre as duas casas, sem que elas fossem observadas por quem passasse pela rua. Hoje no local está instalado o Instituto de Geologia Eschwege, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Outro monumento importante de Diamantina é o Mercado Municipal, conhecido na cidade como Mercado Velho. A edificação, erguida em 1835 com elementos mouros, serviu de pouso aos tropeiros, que ali descansavam e comercializavam as mercadorias trazidas das regiões de Vila Rica, Minas Novas e São Romão. Hoje o prédio é sede do Centro Cultural David Ribeiro e aos sábados abriga uma feira de produtos típicos locais.

Fora da sede do município, núcleos urbanos setecentistas padecem com a decadência econômica e a descaracterização cultural. A vila de Inhaí, nascida de uma das guardas instaladas em torno

do Distrito Diamantino, abriga um bem cultural de grande valor histórico, a Igreja de Santana. Trata-se de edificação do século XVIII, com fachada, teto, piso e imagens originais. O teto apresenta afrescos finamente pintados. Mas o empenho da população em preservá-la não impediu o roubo da imagem original da padroeira. Além disso, os altares e o forro da igreja encontravam-se em estado precário de conservação, à época de nossa visita ao lugarejo. Na ocasião, os moradores relataram ainda a destruição de vários casarões coloniais, entre eles, o da antiga Casa Paroquial, demolido para se construir um prédio de menor tamanho.

A vila de Mendanha, situada na margem esquerda do Jequitinhonha, separada do distrito-sede do município pela Serra dos Cristais, sofre a descaracterização cultural provocada pela proximidade da rodovia BR-367, que corta a região. Vê, ainda, o rio ter drasticamente reduzidos o volume de água e a quantidade de peixes. Subindo a serra, um antigo caminho de pedra, construído pelo Intendente Câmara, possibilita a chegada a pé, em algumas horas, a Diamantina.

Do outro lado do rio, a nove quilômetros da margem direita, nas margens do afluente Rio Manso, está Couto de Magalhães de Minas. A cidade, antiga guarda do Distrito Diamantino, possui bens culturais importantes, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, edificações da primeira metade do século XIX tombadas pelo poder público estadual. A primeira encontrava-se em reforma quando da visita da equipe. Segundo relatou a zeladora, Geralda Gomes, cinco imagens originais, de Santana, Nossa Senhora do Parto, São Sebastião, São Joaquim e Santa Rita, foram roubadas. Seis pinturas representando o nascimento de Jesus Cristo, em madeira, foram envernizadas há anos e encontravam-se bastante esmaecidas. É provável que essa igreja oitocentista tenha substituído a antiga capela, que José Joaquim da Rocha constou existir no arraial de Rio Manso, nos seus mapas de 1778.<sup>17</sup> A Igreja do Senhor Bom Jesus do Matozinhos encontrava-se em bom estado de conservação, com imagens originais de Nossa Senhora do Rosário, Santa Rita de Cássia, São Sebastião, Santana e Nossa Senhora do Livramento, todas em madeira.

Nas margens do Rio Preto cresceu São Gonçalo do Rio Preto. A capela original figura nos mapas de José Joaquim da Rocha e em outros mapas setecentistas, tendo sido erigida por provisão passada em 1769. A capela hoje existente no centro da cidade, com invocação ao Senhor Bom Jesus, é, provavelmente, uma segunda edificação, erguida em substituição à primeira, que teria sido demolida.<sup>18</sup> A edificação encontrava-se em bom estado de conservação, em 2003. Na Rua Direita, em posição lateral à capela, alinhavam-se algumas casas antigas, a maioria reformada.

São Gonçalo do Rio Preto é também o ponto de acesso ao Parque Estadual do Rio Preto, mantido pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG). A unidade de conservação foi criada para proteger as nascentes desse afluente do Araçuaí e, portanto, subafluente do Jequitinhonha. Num flagrante contraponto ao estado de degradação do maior rio da região, o seu subafluente encontra-se numa área de exuberante vegetação original recom-

<sup>16</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Banco de dados: bens tombados, sítios urbanos, sítios arqueológicos. Brasília, [200-].

<sup>17</sup> ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

<sup>18</sup> BARBOSA, Waldemar. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 132.

## CONJUNTO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA CIDADE DE DIAMANTINA

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 64-T-38, Inscrição nº 66, Livro Belas Artes, fls. 12., 16 de junho de 1938 Internacional, 1º de dezembro de 1999

HISTÓRICO: O antigo Arraial do Tijuco cresceu nos terrenos fronteiros aos córregos Grande e Pururuca, próximo às lavras de ouro descobertas por Jerônimo Gouvêa, em 1713. Um ano depois, os diamantes teriam sido encontrados pelo faiscador Francisco Machado da Silva na Serra da Lapa, no córrego do Pinheiro, mas apenas 15 anos depois, em 1929, a descoberta – atribuída a Bernardo da Fonseca Lobo – foi oficializada ao Rei de Portugal, Dom João V, pelo Governador da Capitania de Minas Gerais, Dom Lourenço de Almeida. Com a oficialização da descoberta a Coroa instituiu, em 1730, o quinto sobre os diamantes e, em 1734, criou a Intendência dos Diamantes, estabelecendo um regime especial e isolado de administração, submetido diretamente a Lisboa – o Distrito Diamantino -, cujo acesso era controlado pelos seguintes Registros: Milho Verde, Paraúna, Bandeirinha, Gouvêa, Rio Pardo, Andaial, Inhaí, Inhacica, Rio Manso e Itaibaba.

Em 1740, Portugal estabeleceu o sistema de contrato para a exploração dos diamantes e, a partir de 1771, instituiu o monopólio real sobre a extração. Em 1831, o Tijuco foi elevado à condição de vila e, em 1938, a cidade de Diamantina.

DESCRIÇÃO: A cidade conservou significativas referências culturais do período colonial, mantendo um rico acervo, principalmente arquitetônico e urbanístico. O centro histórico, que integra a Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, apresenta uma configuração característica das cidades do período colonial, com um padrão irregular de arruamentos transversais à encosta, marcados, sobretudo, por ruas paralelas com pequenas variações de abertura ou desvio de alguns becos e ruas estreitas. O alargamento das vias e largos determina espaços mais abertos, dando maior destaque às edificações históricas. Na verdade, essa configuração urbana foi-se formando aproximadamente entre os anos de 1720 e 1750, verificando-se a sua consolidação até meados dos XIX. O arruamento principal e o seu conjunto arquitetônico ainda hoje permanecem preservados, como também as vias principais.



A CIDADE DE DIAMANTINA, PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE

OUTROS ACERVOS HISTÓRICOS TOMBADOS:

### PRÉDIO DO FÓRUM

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 413-T, Inscrição nº 345, Livro Belas Artes, fls. 71., 9 de janeiro de 1950

HISTÓRICO: A edificação, de dois andares, é uma das mais significativas do período colonial do antigo arraial e reflete o elevado nível de vida dos primeiros habitantes do Tijuco. Originalmente destinada a residência particular, em meados do século XIX já servia à Câmara Municipal de Diamantina.

LOCALIZAÇÃO: Praça Juscelino Kubitschek

FINALIDADE ATUAL: Fórum

### CASA DO MUXARABI

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 429-T, Inscrição nº 382, Livro Belas Artes, fls. 75., 28 de junho de 1950

HISTÓRICO: Sobrado construído em taipa e madeira, cuja característica mais marcante é a influência árabe, sendo a única edificação do período colonial mineiro que conserva um muxarabi. Este tipo de balcão, de procedência mourisca, fechado em treliça de madeira, permite a quem está no interior da casa ver a rua sem ser visto. Sua construção é da segunda metade do 18.

LOCALIZAÇÃO: Rua da Quitanda

PROPRIETÁRIO: Iphan

FINALIDADE ATUAL: Biblioteca Antônio Torres

### CASA DO FORRO PINTADO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 429-T, Inscrição nº 451, Livro Belas Artes, fls. 84., 2 de novembro de 1959

HISTÓRICO: Conta a tradição que o sobrado teria sido construído por iniciativa do Intendente de Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá. A harmoniosa beleza da fachada, aliada ao requinte ornamental do interior, inclui o sobrado entre as edificações mais representativas de Diamantina. A edificação é composta por partido retangular, com planta desenvolvida em sentido longitudinal, apresentando grande terreno aos fundos. É constituída por estrutura em pau-a-pique, sendo algumas paredes já restauradas e substituídas por alvenaria de tijolos. A exemplo das principais construções de Diamantina, a cobertura é guarnecida por beirais em cimalha e cachorros, os vãos são em vergas alteadas com enquadramento em madeira, assim como os cunhais, que delimitam a fachada. A fachada frontal apresenta no pavimento inferior quatro portas, com cômodos correspondentes à maneira de lojas.

Internamente, chamam a atenção os tetos em gamela dos dois salões do segundo pavimento, sendo um deles todo pintado em policromia, com motivos profanos. A pintura, de autoria desconhecida, e provavelmente executada em fins do século XVIII ou princípios do XIX, é constituída por cinco painéis que retratam cenas idílicas, todas apresentando, em primeiro, a figura de um casal enquadrado pela paisagem ao fundo. Trata-se de pintura de apurada técnica.

LOCALIZAÇÃO: Rua Direita

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Museu de arte sacra

### CASA DE CHICA DA SILVA

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 412-T, Inscrição nº 355, Livro Belas Artes, fls. 72., 4 de abril de 1950

HISTÓRICO: Casa pertencente ao contratador João Fernandes de Oliveira, que nela viveu em companhia de Chica da Silva, provavelmente entre os anos de 1763 e 1771. É um dos exemplos mais expressivos da arquitetura residencial mineira do século XVIII. Construída em estrutura autônoma de madeira, com vedações em adobe e pau-a-pique, tudo indica que inicialmente era composta por partido retangular compacto. As modificações ocorridas ao longo do tempo implicaram acréscimos maiores na lateral direita, através de ligações à parte posterior do prédio. Implantada no alinhamento da rua, o sobrado cerca-se lateralmente e nos fundos por áreas livres que compõem, no lado esquerdo, um pátio ajardinado, onde parece ter sido a antiga capela, da qual ainda resta a empena com a porta de acesso e frontão.

LOCALIZAÇÃO: Praça Lobo Mesquita

PROPRIETÁRIO: Iphan

FINALIDADE ATUAL: Sede do Iphan

### CASA DO INCONFIDENTE PADRE ROLIM

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 429-T, Inscrição nº 278, Livro Belas Artes, fls. 47., 28 de junho de 1950

HISTÓRICO: Construída no século XVIII, a importância histórica da casa, que é parcialmente assobradada, reside no fato de ter sido residência do inconfidente padre José de Oliveira e Silva Rolim, natural do antigo Arraial do Tijuco e um dos principais personagens da Conjuração Mineira, de 1789. Em princípios do século XIX, de volta ao Brasil, o inconfidente foi reembolsado da quantia relativa à arrematação de sua casa, através de decisão do governo imperial, datada de 21 de maio de 1823.

LOCALIZAÇÃO: Rua Direita

PROPRIETÁRIO: Iphan

FINALIDADE ATUAL: Museu do Diamante

### MERCADO VELHO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 409-T, Inscrição nº 387, Livro Belas Artes, fls. 76., 31 de agosto de 1950

HISTÓRICO: O local onde hoje se encontra o antigo mercado pertenceu originalmente ao tenente Joaquim Cassimiro Lages, que, em 1835, ali construiu um prédio de moradia e comércio e um rancho de tropeiros ou "intendência", nome dado aos locais destinados ao descarregamento e à comercialização de mercadorias vinda de outros lugares. Coube à Câmara Municipal de Diamantina, através de manifestação de apoio popular, a iniciativa da construção de um mercado que centralizasse a distribuição de mercadorias, de modo a evitar o monopólio de algumas "intendências" da cidade. Dessa forma, em atendimento ao pedido feito em 1889, a municipalidade adquiriu dos herdeiros do tenente Lages o prédio e o rancho, iniciando a construção do mercado, cujas arcadas

de madeira teriam inspirado o arquiteto Oscar Niemeyer na construção de Brasília.

LOCALIZAÇÃO: Praça Barão de Guaicuí

PROPRIETÁRIO: Prefeitura

FINALIDADE ATUAL: Centro Cultural David Ribeiro

### IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 409-T-49, Inscrição nº 331, Livro Belas Artes, fls. 69, 6 de dezembro de 1949

HISTÓRICO: Construída na segunda metade do século XVIII, a Capela de Nossa Senhora do Amparo apresenta partido arquitetônico que a difere das outras igrejas diamantinas: torre única e em posição central, ausência de anexos laterais, tendência à verticalização que se desenvolve no sentido longitudinal, distribuída em três pavimentos. No prosseguimento da nave e da capela-mor situa-se ainda uma série de outros cômodos. Já a sacristia está à direita da capela-mor, incorporada ao espaço interno desta pela abertura de arcadas.

LOCALIZAÇÃO: Rua do Rosário

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 409-T, Inscrição nº 331, Livro Belas Artes, fls. 69., 6 de novembro de 1949

HISTÓRICO: Construída em fins do século XVIII, a nave e a capela-mor da igreja apresentam ambientes com características diversificadas, em função de sua nave ter sido reformada na terceira década do século XIX. Na fachada principal está implantada uma torre única, em telhado de quatro águas, em posição central. No interior, o interesse maior reside na capela-mor, com seu retábulo de colunas retas pintadas em marmorizados e coroamento composto de volutas laterais, vasos e medalhão central, representando Nossa Senhora das Mercês cercada de querubins e intercedendo pelos cativos ajoelhados a seus pés.

LOCALIZAÇÃO: Rua das Mercês

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 220-T, Inscrição nº 283, Livro Belas Artes, fls. 49., 19 de junho de 1949

HISTÓRICO: Construída pelo contratador João Fernandes de Oliveira no terceiro quartel do século XVIII, a igreja é uma das mais significativas da região diamantina e alia à arquitetura graciosa, ao mesmo tempo imponente, o vigor da decoração pictórica e de talha. A torre, única, apresenta uma solução absolutamente original e inusitada, pois se encontra no lado de trás da edificação. Conta-se que ela foi erguida nesta posição para que o batido dos sinos não atrapalhasse o sono de Chica da Silva, que morava nas proximidades.

O frontispício obedece ao sistema construtivo tradicional da arquitetura religiosa da região, em madeira e adobe. Quanto à ornamentação, destaca-se o forro da capela-mor representando

a Virgem entregando os escapulários a São Simão Stock. O forro da nave (1778/1784) tem como tema o episódio do arrebatamento ao céu do profeta Elias em um carro de fogo. Exuberante em sua concepção, esse forro é considerado a obra-prima do guarda-mor José Soares de Araújo.

LOCALIZAÇÃO: Rua do Carmo

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 409-T, Inscrição nº 334, Livro Belas Artes, fls. 70., 6 de dezembro de 1949

HISTÓRICO: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é um dos templos mais antigos de Diamantina. Nos anos de 1771/1772, os Irmãos do Rosário decidiram realizar obras de vulto e, para tanto, contrataram o mestre Manuel Gonçalves. Ao que tudo indica as obras visavam uma construção inteiramente nova ou, pelo menos, modificações substanciais na nave, frontispício, coro e acréscimo da sacristia. A capela-mor, entretanto, parece não ter sofrido nenhuma intervenção, mantendo intacta sua estrutura original.

A igreja foi construída no centro de uma ampla praça e dotada de um espaçoso adro revestido de pedra. Na parte dianteira, nasceu uma gameleira que cresceu confundindo-se com o cruzeiro ali existente. O sistema construtivo empregado é o da alvenaria de adobes recoberta por reboco e caiação branca. Entre as colunas e o arco, está a cimalha. Este retábulo, a pintura do arco-cruzeiro e a pintura do forro formam um conjunto extremamente harmônico, conseguido a partir da intervenção de José Soares de Araújo, autor da pintura e do douramento destas áreas. A pintura do forro, especialmente, constitui-se em um marco exponencial na carreira do guarda-mor, que era tesoureiro da Irmandade entre os anos de 1778 e 1782. Decoram o interior do templo as pinturas e imagens de santos negros e imagens folheadas a ouro, como a da Pietá.

LOCALIZAÇÃO: Largo do Rosário

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### IGREJA DE NOSSO SENHOR DO BONFIM

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 409-T, Inscrição nº 332, Livro Belas Artes, fls. 70., 6 de dezembro de 1949

HISTÓRICO: A edificação pode ser anterior a 1771 porque, segundo o escritor Aires da Mata Machado Filho, esta capela foi referenciada em um termo da Irmandade do Rosário, uma vez que serviu por algum tempo negros rosarianos dissidentes, agrupados na Irmandade das Mercês. Apesar de pequena, a capela do Senhor do Bonfim é uma das mais harmoniosas construções do conjunto de igrejas setecentistas de Diamantina. Construída em madeira e barro, ela apresenta um partido muito simples, reduzindo-se à disposição de três cômodos: nave, capela-mor e sacristia do lado esquerdo, além de uma única torre da fachada, posicionada lateralmente à esquerda. Tem-se acesso ao coro através de escadaria existente internamente na torre e por uma escada externa ao púlpito, localizado também no lado

esquerdo. Na capela-mor, concentra-se o principal interesse ornamental do templo. Nela está situado o único retábulo, que se integra harmoniosamente com a pintura do forro.

LOCALIZAÇÃO: Rua do Bonfim

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### IGREJA DE SÃO FRANCISCO

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 409-T, Inscrição nº 335, Livro Belas Artes, fls. 70., 6 de dezembro de 1949

HISTÓRICO: Data de 1762 o início da construção da Igreja de São Francisco de Assis, por iniciativa de sua Ordem Terceira.

A fachada apresenta a mesma compartimentação vertical observada nas igrejas do Carmo e do Rosário, que se traduz pela presença de quatro áreas principais e uma secundária, delimitadas por esteios e cunhais de madeira, pintados em cores vivas. O brasão da Ordem, composto por duas cartelas, rematadas pela coroa de espinhos e dois braços com as chagas, dispõe-se entre os ornatos de madeira pintada da sobreporta.

Quanto à ornamentação interna, o destaque maior é a pintura do forro da capela-mor, executado entre 1782 e 1783 pela guarda-mor José Soares de Araújo. Esta obra difere de suas execuções anteriores (Carmo e Rosário), caracterizando-se por um despojamento da trama de perspectivas arquitetônicas, resumindo-se, efetivamente, aos quatro maciços pilares unidos por dois arcos centrais, acompanhando a curvatura da abóbada junto ao arco-cruzeiro e altar-mor, interligados por duas balaustradas decoradas com vasos de flores nas extremidades laterais. Ao centro, está a Virgem da Conceição num medalhão emoldurado por conchóides, guirlandas e outros temas ornamentais, inaugurando a influência do rococó.

LOCALIZAÇÃO: Rua São Francisco

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### SERRA DOS CRISTAIS

TOMBAMENTO: Estadual, tombamento provisório como bem natural aprovado pelo lepha, em 14 de dezembro de 2000

CARACTERÍSTICAS: A serra, localizada acima do Rio Grande, em frente à cidade, é um conjunto paisagístico de rara beleza. À esquerda, ela é cortada pelo antigo Caminho dos Escravos, cujo calçamento em pedras foi construído pelo Intendente Câmara no primeiro quartel do século XIX. O caminho ligava o Arraial do Tijuco ao hoje distrito de Mendanha, às margens do Jequitinhonha, e a outros núcleos urbanos coloniais do vale do rio.

LOCALIZAÇÃO: Diamantina

PROPRIETÁRIO: Prefeitura

### IGREJA DE SANT'ANA

TOMBAMENTO: Federal, processo nº 468-T, Inscrição nº 298, Livro Histórico, fls. 50. e Inscrição nº 408, Livro de Belas Artes, fls. 78, de 16 de novembro de 1952

HISTÓRICO: Sant'Ana de Inhaí foi um dos primeiros povoados surgidos em consequência da exploração do diamante na região. Erguido à margem do Rio Caeté-Mirim, a sua fundação remonta à segunda década do século XVIII, mas já na metade daquele século apresentava sinais de decadência em virtude do declínio da produção diamantífera. No início do século XIX, o povoado sobrevivia graças ao cultivo de cereais e à atividade pecuária.

As pinturas dos forros, tanto na capela-mor quanto na nave, são atribuídas ao guarda-mor José Soares de Araújo, supondo-se que tenham sido executadas no final do século XVIII, época em que o artista trabalhou em Diamantina. Situada no centro de espaçosa praça, a igreja é cercada por um muro baixo de alvenaria que delimita pequeno cemitério ajardinado. Apresenta planta composta de nave, capela-mor, duas sacristias laterais anexas às paredes da capela-mor e uma pequena capela abrindo-se para a nave, do lado direito, ao que tudo indica de construção mais recente. A pintura do forro da capela-mor segue o padrão adotado pelo guarda-mor, composta por densas perspectivas arquitetônicas.

LOCALIZAÇÃO: Distrito de Inhaí, Diamantina

PROPRIETÁRIO: Cúria Arquidiocesana de Diamantina

FINALIDADE: Culto religioso

### CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO BIRIBIRI

TOMBAMENTO: Estadual, tombamento homologado pelo lepha, em 11 de novembro de 1998

HISTÓRICO: O povoado de Biribiri nasceu em função da construção, em 1876, de uma então moderna fábrica de tecidos de propriedade da Cúria de Diamantina, sob o bispado de Dom João Antônio dos Santos. A fábrica foi desativada nos anos de 1970, e a vila têxtil foi abandonada, mas o belo conjunto urbano e arquitetônico, cercado por montanhas, encontra-se preservado, revelando uma fase importante do desenvolvimento da economia mineira com base na expansão da indústria têxtil na segunda metade dos XIX.

LOCALIZAÇÃO: Distrito de Biribiri, Diamantina

PROPRIETÁRIO: Cia. Industrial de Estamparia

FINALIDADE: Turística

### PARQUE ESTADUAL DO BIRIBIRI

TOMBAMENTO: Estadual, Decreto 39.909, 22 de setembro de 1998

CARACTERÍSTICAS: Também situado na cordilheira do Espinhaço, o parque reúne cerrados, campos rupestres e matas de galeria, que abraçam a antiga vila têxtil. A fauna inclui espécies que correm o risco de extinção, tais como a onça-parda, o lobo-guará e o tamanduá-bandeira.

Entre os seus atrativos naturais, destacam-se as cachoeiras dos Cristais e da Sentinela.

LOCALIZAÇÃO: Diamantina

PROPRIETÁRIO: O parque do IEF/MG ainda não está implantado, mas pode ser visitado.

ÁREA: 16.000 hectares



posta, com paus-do-óleo, sucupiras, ipês, cedros, jatobás, ingás, sempre-vivas, canelas-de-ema, canelas de espinhaço, candeias e diversas outras espécies vegetais nativas. A fauna inclui o lobo-guará, a jaguatirica, a onça-pintada, a suçuarana, o tatu-canastra, o tamanduá-bandeira, a anta. Belas cachoeiras, como a do Crioulo e a Sempre-Viva, adornam o curso do rio. Quando da visita da equipe, uma brigada de incêndio fazia um treinamento na área do parque.

Uma outra paisagem natural preservada é a do vale do Rio Inhacica. Afluente pela margem esquerda do Jequitinhonha, esse rio encontra-se em meio à mata ciliar preservada, na área delimitada pelo governo federal para a implantação do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Dunas de areia branca, tufo de capim selvagem, campinas e árvores típicas do cerrado lajeiam o pequeno rio, que corre numa área de afloramentos rochosos. No século XVIII, pelo menos entre 1765 e 1795, existiu na foz do rio um registro, de nome Inhacica, instalado no caminho que levava do Tijuco a São Romão, no vale do São Francisco.

### O VALE DO ARAÇUAÍ

A chegada a Minas Novas se anuncia quando cruzamos o famoso Rio Fanado, base da formação da cidade. Algumas horas antes, havíamos passado sobre o Rio Araçuaí, eixo fluvial dessa região, do qual o Fanado é afluente pela margem direita. O Araçuaí nos pareceu belo a partir da ponte alta sobre um trecho encachoeirado do rio, com mata exuberante nas margens.

Cruzamos o Fanado e paramos para conversar com algumas mulheres que lavavam roupa no rio, sentadas nas pedras, pouco antes da ponte. Elas afirmaram que ouro ainda hoje é encontrado no leito do Fanado, em forma de fálscia, por pequenos falcadores. O núcleo da cidade, que em pouco atingimos, apareceu ao longe, espalhado sobre uma colina.

Por sorte, logo encontramos Lindocélio Vieira, que se apresentou como chefe do Departamento de Turismo e Cultura da Prefeitura de Minas Novas. Tendo viajado muito pela região, Lindocélio é uma fonte preciosa de informações sobre o vale do Jequitinhonha. Guiados por ele, percorremos o centro histórico da cidade, constituído por edificações, ruas e monumentos do período colonial.

O Sobradão, edificado em 1821, é formado por um único bloco de construção, em quatro pavimentos, com estrutura de

### PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS

TOMBAMENTO: Federal, Decreto de 13 de dezembro de 2002  
CARACTERÍSTICAS: O parque é cortado pelo Rio Jequitinhonha, próximo ao distrito de Inhaí, e tem como atrativo a foz do Rio Inhacica, que forma uma bela cachoeira e um provável berçário de peixes. Cerrados, matas e campos de altitude formam a vegetação nativa do parque, destacando-se as inúmeras espécies de sempre-vivas que são endêmicas na Serra do Espinhaço e deram nome à unidade de conservação. A implantação do parque está sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama.

LOCALIZAÇÃO: Municípios de Diamantina, Buenópolis, Olhos D'Água e Bocaiúva, com acesso pelo distrito de Inhaí

PROPRIETÁRIO: O parque ainda não possui infra-estrutura

ÁREA: 121.000 hectares

madeira e taipa e amarração em couro cru. O prédio possui 59 janelas e oito portas. Segundo Lindocélio, trata-se do primeiro “arranha-céu de pau-a-pique do Brasil”. O estado geral de conservação era bom, mas o forro estava apodrecendo. O prédio passou por uma restauração nos anos 80 do século XX e é tombado pelo poder público federal.

A Capela de São José localiza-se na rua de mesmo nome, que constitui a via pública historicamente mais importante de Minas Novas. O corpo central da capela é constituído pela nave de forma octogonal, coberta por uma pequena cúpula. Uma espécie de alpendre antecede a entrada principal do templo. Trata-se da única igreja de traçado octogonal do período colonial, razão pela qual é considerada uma das edificações mais interessantes da antiga capitania das Minas Gerais. Não se conhece o período de construção da capela. O sino é datado de 1828. A edificação é tombada pelo poder público federal.

A Igreja Matriz de São Francisco de Assis, construída no século XVIII, encontra-se em bom estado de conservação, mas reformas recentes descaracterizaram parte do estilo original da edificação. Abriga objetos historicamente valiosos, como os paramentos usados nas exéquias de D. Maria I e missais dos séculos XVIII e XIX. A imaginária inclui santos de roca, entre eles São Ivo, São Francisco das Chagas, São Francisco de Assis, Santa Rosa, Santa Irene, Nossa Senhora das Dores, Nosso Senhor dos Passos, Nosso Senhor Morto e Papa Clemente IV. Há lápides antigas, uma delas datada de 1832. A igreja é tombada pelo poder público estadual.

Também edificada no século XVIII, a Capela de São Gonçalo foi construída em madeira e barro, tendo sido o segundo templo erguido na povoação. Tombada no plano estadual, encontra-se em estado precário de conservação, havendo risco de desabamento, deterioração do madeirame e avarias nas paredes.

Além dessas edificações principais, todas elas tombadas em alguma esfera do poder público, visitamos ainda a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, do século XVIII; a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, do século XIX; um casarão setecentista onde teria residido o inconfiante Domingos de Abreu Vieira; e dois outros casarões, que estão entre os mais antigos da cidade. Um deles, o chamado Solar da Tia Alta, localizado na rua São José, foi construído em madeira e taipa. O segundo, localizado na Praça do Amparo, possui diversos exemplares de mobiliário antigo.

Deixando o núcleo central da cidade, seguimos para um dos lugares históricos mais importantes de Minas Novas, formado pelo encontro do Rio Fanado com o seu afluente Bom Sucesso. Nessa confluência, foram encontradas as primeiras jazidas auríferas. O nome “Fanado” alude às fendas, ou falhas, existentes nas primeiras amostras de ouro extraídas. O seu afluente recebeu o nome em razão do sucesso da pesquisa mineral realizada no seu leito. Durante a visita da equipe, pudemos notar a degradação provocada nos dois rios pela ação humana. O Fanado recebia todo o esgoto da cidade, que por ele corria a céu aberto. O Bom Sucesso, por sua vez, permanece seco na maior parte do ano, como resultado do desmatamento e do plantio de eucaliptos na região.

A rua que leva à foz do Bom Sucesso, por isso denominada Barra, é historicamente importante por ter ligado o primeiro foco da mineração de ouro, no encontro dos dois rios, à parte mais alta, onde surgiu a cidade. No final da rua, encontra-se edificada a Capela de São Gonçalo, o segundo templo construído em Minas Novas.

O primeiro templo edificado em Minas Novas foi a Igreja Matriz de São Pedro, construída em 1728, em madeira, num plano entre o Fanado e o Bom Sucesso.<sup>19</sup> Essa edificação foi demolida em ano indeterminado.

O movimento de ocupação da região de Minas Novas data de 1727, quando bandeirantes paulistas chegaram ao vale do Araçuaí ao seguir o Rio Manso, que é um de seus afluentes. Com a descoberta de reservas auríferas nos leitos dos rios Bom Sucesso e Fanado, em pouco se estabeleceu uma povoação no local, formada pela população de mineradores que se deslocou para a região. Desde o início, o novo território minerador esteve sob a jurisdição da capitania da Bahia.

Em 1730, foi estabelecida em São Pedro dos Fanados, primeiro nome da povoação, uma casa de fundição. Esse estabelecimento funcionou até 1735, quando o imposto sobre a extração do ouro passou a ser cobrado pelo sistema da capitação. No mesmo ano de 1730, foi a povoação elevada à categoria de vila, sob a denominação de Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí. A partir desse período, iniciou-se a trasladação da população local das margens do Bom Sucesso e do Fanado para o outeiro entre os dois rios, onde acabou por ficar estabelecida definitivamente a vila.

Em 1757, a região foi desanexada da capitania da Bahia, passando à jurisdição político-administrativa da capitania das Mi-

nas Gerais. Tornou-se então parte da Comarca do Serro Frio e do Distrito Diamantino, ficando sob a autoridade do Intendente dos Diamantes. Dez postos militares, entre registros e guardas, foram estabelecidos no território das Minas Novas e nos seus vizinhos, para reprimir o contrabando de ouro.

Até a terceira década do século XIX, o termo de Minas Novas incluía boa parte do norte e nordeste de Minas Gerais, bem como o sul da Bahia. Os seus limites eram a povoação de Urubu (Paratinga/BA) e o Rio de Contas, ao norte; a mata geral, território indígena ainda não conquistado, a leste; a Vila do Príncipe, ao sul; e a foz do Rio das Velhas, a oeste. Nesse vasto território, estavam incluídos o Vale do Araçuaí, com os seus arraiais de Piedade (Turmalina), Chapada (Chapada do Norte), Água Suja (Berilo), Sucuriú (Francisco Badaró) e São Domingos (Virgem da Lapa); parte do médio São Francisco, entre a foz do Rio das Velhas e a foz do Verde Grande, com os seus arraiais de Barra do Rio das Velhas e Morrinhos (Matias Cardoso); o Vale do Gorotuba; o Vale do Itacambiruçu, com o seu arraial de Itacambira; e o vale do Rio Pardo, com o seu arraial homônimo. Haveria, nesse período, 27 mil habitantes no termo.<sup>20</sup>

João Valdir Alves de Souza identifica as quatro grandes divisões do antigo termo de Minas Novas ocorridas ao longo do século XIX, com sucessivas criações de municípios, que reduziram o território em todas as direções: em 1831, Montes Claros e Rio Pardo de Minas; em 1857, Araçuaí; em 1862, São João Batista (Itamarandiba); e em 1878, Teófilo Otoni.<sup>21</sup>

A produção aurífera de Minas Novas, que parece ter conhecido um pico até 1729, não foi especialmente elevada. Segundo Rocha, até a criação da casa de fundição no lugar (1730), foram levadas à Casa da Moeda da Bahia 215 arrobas de ouro.<sup>22</sup> Em 1778, Minas Novas participou com apenas 2,2% do rendimento total das câmaras das Minas Gerais. Depreende-se daí duas causas para o baixo rendimento das jazidas auríferas da região: o impedimento da extração de ouro, em razão das normas restritivas impostas ao

<sup>19</sup> MEMÓRIAS..., op. cit., p. 598. Em documentos oficiais da década de 30 do século XVIII, a povoação é referida como “São Pedro dos Fanados, Minas do Araçuaí”.

<sup>20</sup> MEMÓRIAS..., op. cit., p. 597.

<sup>21</sup> SOUZA, João Valdir Alves de. História social da região do termo de Minas Novas. In: \_\_\_\_\_. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*, 2000. p. 27.

<sup>22</sup> ROCHA, op. cit., p. 145.

### IGREJA DE BOM JESUS DO MATOZINHOS

*TOMBAMENTO: Estadual, Decreto nº 18.531, de 02 de junho de 1977*

*Histórico: A construção da igreja, no século XVIII, remonta às origens do povoado, que surgiu na esteira da descoberta do ouro e do diamante. A atual cidade de Couto de Magalhães foi sede de um dos registros do Distrito Diamantino, às margens do rio Manso, onde era controlado do acesso ao Tijuco.*

*O templo foi construído em estrutura de madeira, com paredes em adobe. A ornamentação do forro da capela-mor é atribuída, por suas características de estilo, ao guarda-mor José Soares de Araújo.*

*Proprietário: Cúria Arquidiocesana de Diamantina*

*Finalidade: Culto religioso*

### IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

*Tombamento: Estadual, Decreto nº 18.531, de 02 de junho de 1977*

*Histórico: Embora não haja dados precisos sobre a sua construção, o templo é do final do século XVIII e tem um estilo muito usual em Minas no período colonial. A fachada é simples, sendo o corpo da igreja coberto por telhado de duas águas.*

*Proprietário: Cúria Arquidiocesana de Diamantina*

*Finalidade: Culto religioso*

### PARQUE ESTADUAL DO RIO PRETO

*TOMBAMENTO: Estadual, Decreto 35.611, de 1º de junho de 1994*

*CARACTERÍSTICAS: Na área do parque, que integra o complexo do Espinhaço, predominam espécies nativas, como pau d'óleo, sucupira, ipê, e a fauna reúne algumas espécies ameaçadas de extinção, entre elas, o lobo-guará, o tatu-bola e o tamanduá-bandeira. Entre os atrativos naturais, destacam-se as cachoeiras do Crioulo e da Sempre-viva, as pinturas rupestres e os mirantes naturais que permitem aos visitantes a contemplação de todo o entorno do parque. A infra-estrutura conta com sede administrativa, centro de informação e educação ambiental, alojamentos e refeitório, além de quiosques, vestiários e churrasqueiras.*

*LOCALIZAÇÃO: São Gonçalo do Rio Preto*

*PROPRIETÁRIO: Sob responsabilidade do IEF/MG, o parque é o único no Jequitinhonha que já se encontra implantado.*

*ÁREA: 10.755 hectares*

Distrito Diamantino, e a baixa altitude das nascentes, que dificultava o acesso aos topos dos montes e aos espigões, onde estariam os veios mais ricos.<sup>23</sup>

Não obstante, enaltece-se a qualidade do ouro extraído no Vale do Araçuaí, que “[...]excede no toque a todo ouro das Minas Gerais”.<sup>24</sup> Saint-Hilaire achou o ouro extraído no Araçuaí de “[...]cor belíssima e, geralmente, do título de 24 quilates.”<sup>25</sup> Além do ouro, o Rio Araçuaí e especialmente o seu afluente Piauí eram fontes de outras pedras de valor, como as crisólitas, as safiras, os cristais e os pingos d'água.

Apesar da decadência da produção mineral, em 1837, segundo os dados estatísticos de Cunha Matos, o termo de Minas Novas ocupava o segundo lugar em população em todo o norte mineiro, com 44054 habitantes, superado apenas pelo termo da Vila do Príncipe, com 44801 pessoas, entre as quais estavam incluídos os moradores do antigo Distrito do Tijuco. Minas Novas era a povoação mais populosa do norte de Minas Gerais, com 5.465 habitantes, contra 5309 do Tijuco e 4089 da Vila do Príncipe.<sup>26</sup>

A explicação está na emergência da segunda grande atividade econômica do termo de Minas Novas: o cultivo do algodão. Saint-Hilaire ressalta características do solo das caatingas que favoreciam a cultura algodoeira e detalha os métodos de cultivo empregados no início do século XIX. Parte da safra era manufaturada na própria região, produzindo-se tecidos e cobertas para consumo local e para exportação. O restante das colheitas era expedido em ramos para a Bahia, o Rio de Janeiro e outras partes de Minas Gerais. As cobertas e as ramos de algodão eram acondicionados em bruacas de couro cru, depois de prensadas para reduzir o seu volume, e carregadas em lombos de burros. Chegadas à Bahia, essas bruacas eram úteis não só por conterem o precioso algodão, mas também por serem reutilizadas para a embalagem de tabaco e sal.<sup>27</sup> O autor não comenta o fato, mas o sistema de acondicionamento e transporte do algodão mostrava uma relação de complementaridade entre o comércio da planta e a criação de gado bovino.

Segundo Spix e Martius, a maior parte do algodão produzido em Minas Novas ia para o Rio de Janeiro, que dependia quase inteiramente da produção da região. Para os autores, depois do algodão de Pernambuco, seria o de Minas Novas o mais apreciado no Brasil, o que garantia alta lucratividade para os comerciantes envolvidos com a venda da planta. A arroba do produto chegara a custar, no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1819 e 1820, entre 7000 e 7300 réis.<sup>28</sup>

Além do algodão, a região de Minas Novas enviava para o litoral toucinho, couro cru, carne salgada, gado bovino e cavalos. Pedras de valor comercial, como os topázios, as granadas, os espinélios, os crisoberilos, os cristais de rocha, as ametistas, o quartzo vermelho e as turmalinas, eram também vendidas em estado bruto

no Rio de Janeiro e na Bahia.

Nas primeiras décadas do século XIX, era já importante a lavoura de subsistência ou a cultura para comércio local de produtos como o milho, feijão, batata, banana e mandioca. A cultura da cana-de-açúcar, para a produção de açúcar e de rapadura, era também comum. E a criação de gado bovino, segundo a maioria das fontes, espalhou-se por toda a região.

Apesar de sofrer rápida decadência, a exploração do ouro foi o fator impulsor do crescimento dos principais núcleos urbanos do vale do Araçuaí. Ao norte de Minas Novas, como área de expansão do movimento que levou à primeira nucleação na vila, formaram-se as povoações de Chapada, Sucuriú, Água Suja e São Domingos.

A povoação de Chapada é resultado da descoberta de ouro numa chapada sobre o Rio Capivari, afluente do Araçuaí pela margem direita. Em 1818, Spix e Martius encontraram um lugar próspero, que consideraram “o mais florescente de todo o termo”, situado entre “montanhas cobertas de vegetação espessa, cortadas por estreitos vales”, cuja freguesia era habitada por 4600 pessoas.<sup>29</sup> Chapada era o lugar de residência da maioria dos lapidários da região, que trabalhavam topázios, crisoberilos, águas-marinhas, pingos d'água e turmalinas.

Um ano antes, Saint-Hilaire passara pela povoação, anotara 600 habitantes e fora bem menos entusiasmado em relação a Chapada. Em seus registros, no entanto, destacou que o povoado se beneficiava do fato de estar situado na margem da estrada por onde passavam as caravanas de algodão com destino ao Rio de Janeiro e anotou uma das características mais marcantes da povoação: a sua população era, na sua grande maioria, composta por mulatos.<sup>29</sup>

Essa forte presença negra traduziu-se, como ressaltou para a equipe de pesquisa, em 2003, o então chefe da Divisão de Cultura do município de Chapada do Norte, Magno Wagner, numa expressão cultural grandiosa, materializada nos rituais da fé católica e nas várias igrejas existentes na cidade. Em Chapada do Norte, há quatro templos tombados pelo poder público estadual, três deles do século XVIII.

A Igreja Matriz de Santa Cruz, segundo Magno, foi construída em 1728, e sofreu, desde então, várias modificações, que cau-

<sup>23</sup> MEMÓRIAS..., op. cit., p. 597.

<sup>24</sup> *ibid.*, p. 553.

<sup>25</sup> SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 194.

<sup>26</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais: 1837*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. v. 1. Cunha Matos não anota que a partir de 1831 o Tijuco já era vila, com a denominação de Diamantina.

<sup>27</sup> SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 234-236.

<sup>28</sup> SPIX, op. cit., p. 60.

<sup>29</sup> SPIX, *ibid.*, p. 45.

<sup>30</sup> SAINT-HILAIRE, *op.cit.*

saram a descaracterização geral da edificação. Foram trocados as pilastras de sustentação, o teto com os afrescos originais e o piso. Durante a visita da Expedição Jequitinhonha, os altares estavam apodrecendo e nove imagens originais em madeira e objetos de ouro e prata tinham sido roubados. A capela interna do Senhor dos Passos mantinha as suas características originais, com quatro sinos também remanescentes da época de construção do templo. Na entrada da igreja, havia lápides de 1890 e 1891.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário foi construída, de acordo com Magno, na segunda metade do século XVIII. Mantinha boa parte das suas características originais, com altares, afrescos e imagens da época. Uma dessas imagens, de São José de Botas, é rara. Não obstante o estado de conservação satisfatório, era preocupante a condição da imaginária, bastante danificada pelo apodrecimento, e dos afrescos, cuja pintura estava desaparecendo. Essa edificação, tombada em 1980, possui grande importância histórica, artística e cultural.

A Capela de Nossa Senhora da Saúde, também do século XVIII, apresenta curioso formato hexagonal. A imagem de Nossa Senhora da Saúde é original. Magno afirmou à equipe que a capela era anexa a um convento, onde funcionou o que ele considera ser a primeira casa de recolhimento da América do Sul. A existência desse estabelecimento religioso, denominado Casa da Oração do Vale de Lágrimas, é mencionada por Rocha em 1778. Segundo o memorialista, foi fundado em 1750, abrigando devotas que viviam de esmolas.<sup>31</sup> O templo mais novo do município é a Capela do Bom Jesus da Lapa, construída na segunda metade do século XIX.

Ao norte de Chapada, na margem direita do Araçuaí, resultante do mesmo fluxo de ocupação, foi fundada a povoação de Água Suja, atual cidade de Berilo. O arraial foi criado em 1728 e a capela erguida no local elevada a paróquia no ano seguinte.<sup>32</sup> A igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição foi presumivelmente construída no final do século XVIII ou início do seguinte. Tombada pelo poder público federal, a edificação passou por reforma recente e encontra-se em bom estado de conservação. As imagens originais em madeira estavam em processo de restauração durante a visita da equipe de pesquisa. Há no templo uma pia batismal, também em madeira, e um sino com uma inscrição do ano de 1752.

O sobrado de propriedade do inconfidente Domingos de Abreu Vieira foi construído na segunda metade do século XVIII. A edificação, tombada pelo poder público estadual, encontrava-se, na passagem da Expedição Jequitinhonha, em ruínas – interior depredado, portas avariadas, fechaduras retiradas e piso destruído. Um dos quartos da antiga residência havia caído. Tanto a igreja matriz quanto esse casarão localizam-se em local agradável, na

margem direita do Rio Araçuaí. Apesar do tombamento federal, efetivado em 1974, a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi demolida. Supõe-se que o templo era o mais antigo da região.<sup>33</sup>

Outra localidade histórica do vale situa-se na beira do Ribeirão Sucuriú, também afluente do Rio Araçuaí. O povoado, hoje cidade de Francisco Badaró, recebeu o nome do ribeirão e a sua formação resultou do mesmo movimento de expansão de 1728.<sup>34</sup>

Já nas margens do Rio Itamarandiba, afluente pela margem esquerda do Araçuaí, formou-se o povoado de São João Batista, atual Itamarandiba. A povoação originou-se do avanço das lavouras até as cabeceiras do rio, em razão da exaustão das terras agrícolas. Em 1765, um lavrador ergueu uma capela dedicada a São João Batista, em torno da qual cresceria o arraial.<sup>35</sup>

Cruzando o Araçuaí, na porção ocidental do vale do rio, encontra-se São Domingos, também presumivelmente criada em 1728 pela expansão a partir de Minas Novas para o norte. Saint-Hilaire relatou a pujança da cultura de algodão, que propiciara o desenvolvimento do povoado, depois do esgotamento do ouro originalmente encontrado na região.<sup>36</sup> Spix e Martius consideraram-no o principal entreposto do comércio de algodão com a Bahia, em razão de estar próximo da estrada que seguia para o Recôncavo, via Conquista (Vitória da Conquista/BA), e da povoação ribeirinha de Tocoios (Coronel Murta), onde se fazia o embarque de mercadorias no Rio Jequitinhonha.<sup>37</sup>

Em suas pesquisas no Vale do Araçuaí, os naturalistas do século XIX viajaram pelo caminho terrestre que acompanhava o rio pelo seu lado oriental. Essa via, que ligava Minas Novas, no trecho alto, a Boa Vista da Barra do Calhau, lugar que se tornaria a cidade de Araçuaí, na foz do rio, adquirira importância pelo contato que possibilitava entre as povoações descritas acima. No Vale do Araçuaí, nutrido pelos diversos rios, ribeirões e córregos, a mineração fez florescer povoações que, com a decadência da atividade, tiveram no cultivo do algodão e na criação de gado alternativas viáveis de sustentação econômica. A viagem pela estrada de terra que hoje liga esses lugares, provavelmente no mesmo curso do antigo caminho das tropas e viajantes, propiciou à equipe de pesquisa uma percepção da importância do Araçuaí e dos seus tributários no processo de ocupação do Vale do Jequitinhonha.

<sup>31</sup> ROCHA, op. cit., p. 144-145.

<sup>32</sup> MEMÓRIAS..., op. cit., p. 599.

<sup>33</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, op. cit.

<sup>34</sup> MEMÓRIAS..., op. cit., p. 607.

<sup>35</sup> *ibid.*

<sup>36</sup> SAINT-HILAIRE, op. cit.

<sup>37</sup> Spix, op. cit.

IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO E SEU ACERVO

*TOMBAMENTO: Estadual, em 31 de julho de 1998*

*HISTÓRICO: O povoado de Santo Antônio do Gorotuba tem suas origens na expedição do bandeirante paulista Fernão Dias no último quartel do 18. No local, o velho sertanista teria fundado um posto avançado, celeiro e guarnição de apoio para os seus deslocamentos em busca da lendária Serra das Esmeraldas. Em 1698, o capitão paulista Miguel Domingues chegou à região, encontrando lavras de ouro em atividade, provavelmente por bandeirantes baianos.*

*A Matriz de Santo Antônio foi construída no século XVIII e possui peças originais, como o altar e o piso, além da pia batismal, do parlatório e de algumas imagens.*

*FINALIDADE: Culto religioso*

PARQUE ESTADUAL DA SERRA NEGRA

*TOMBAMENTO: Estadual, Decreto 39.907, de 22 de setembro de 1998*

*CARACTERÍSTICAS: A unidade de conservação integra a Cadeia do Espinhaço e domina a paisagem local com o seu relevo montanhoso e aparência escura, quando vista contra o sol, característica que lhe deu o nome. Em sua área, ainda podem ser observados resquícios da mata atlântica, como cedros, braunas, ipês, perobas, jacarandás e canelas-de-ema. Diversas nascentes de riachos e córregos, vertentes do Rio Araçuaí e de outros afluentes do Rio Jequitinhonha e de alguns tributários do Rio Doce, nascem na serra.*

*LOCALIZAÇÃO: Itamarandiba*

*PROPRIETÁRIO: O parque é de responsabilidade do IEF/MG, mais ainda não está implantado.*

*ÁREA: 10.000 hectares*

O VALE DO ITACAMBIRUÇU

A nossa segunda base foi instalada em um barracão em Caçaritaba, vila pertencente ao município de Turmalina. Dormimos em colchonetes espalhados pela sala e quarto, enquanto na cozinha foi improvisado um rústico refeitório.

Caçaritaba foi, não obstante a precariedade das acomodações, um ponto estratégico para as atividades de pesquisa. Localizada na margem direita do Jequitinhonha, estava bem próxima da área que, mais de dois anos depois da passagem da Expedição Jequitinhonha, seria inundada pela represa da Usina Hidrelétrica de Irapé, cuja visitação estava incluída na nossa programação.

Cruzando o rio em rústicas pontes de madeira, para passar à região ocidental do vale, chega-se ao afluente Itacambiruçu, em cujas margens foram formados os núcleos mineradores de Itacambira e de Grão Mogol.

A origem de Itacambira é controversa. Alguns historiadores, como Diogo de Vasconcelos, supõem que o arraial possa ter sido fundado pela bandeira de Fernão Dias, de 1674-81, como base de provimento para a sua jornada pela região.<sup>38</sup> Para Waldemar de Almeida Barbosa, todavia, o pouso criado pelo bandeirante não coincide com a atual Itacambira, ainda que a cidade esteja na zona percorrida pela bandeira.<sup>39</sup>

As minas de ouro que deram origem à povoação de Santo Antônio de Itacambira foram descobertas por bandeirantes paulistas em 1698. No ano seguinte, uma segunda expedição, de indivíduos chamados “papudos” (uma provável alusão ao bócio), teria chegado à região e passado a concorrer com os primeiros na exploração das jazidas. Alguns anos depois, os papudos conseguiram expulsar os primeiros ocupantes e se tornaram senhores da região. As minas foram reveladas oficialmente em 1707, após o que os mineradores, dispersos pelas margens dos córregos, resolveram assentar o arraial, erigindo uma capela no alto de um espigão. A descoberta das reservas auríferas de Minas Novas deslocou temporariamente a maior parte dos habitantes do arraial para o novo núcleo minerador. Em alguns anos, no entanto, estavam os antigos moradores de volta, com o que se repovoou a região.<sup>40</sup>

O povoamento luso-brasileiro de Itacambira figura, portanto, entre os mais antigos do Vale do Jequitinhonha. Distinguiu-se do fluxo povoador que gerou a região mineradora da Vila do Príncipe e, posteriormente, o Distrito Diamantino e os núcleos de extração do Vale do Araçuaí. Em 1778, havia na povoação, além da capela e um registro integrante da Comandância de Minas Novas. Itacambira situava-se então, estrategicamente, no cruzamento de dois importantes caminhos: o que ligava o Tijuco à Bahia, no sentido

sul-norte; e o que conectava o Vale do Jequitinhonha ao Vale do São Francisco, no sentido leste-oeste.

Não há registros disponíveis sobre a produção mineral da região, mas a imponente Igreja Matriz de Santo Antônio, tombada pelo poder público estadual, é um claro sinal da pujança da atividade mineradora que Itacambira conheceu no século XVIII. A edificação, que hoje ocupa a praça central da cidade, foi originalmente construída em pau-a-pique, com varas trançadas, amarradas com couro cru, entre as quais foi colocado o enchimento de barro. Essa estrutura foi depois substituída por paredes de blocos e o madeiramento original mantido. Boa parte do acervo da igreja, também tombado pelo estado, é original, aí se incluindo o altar-mor, a imaginária, o telhado, a pia batismal em madeira, o parlatório e o coro. As imagens mais antigas são de Santo Antônio, em argila, com cerca de 25 centímetros de altura, de Nossa Senhora e de São Sebastião. Segundo o zelador do templo Geraldo Crisóstomo Ferreira Leão relatou à equipe de pesquisa, havia ossos enterrados na sacristia, dos quais não se sabia a procedência. Esses ossos teriam sido levados para Montes Claros, na década de 40 do século XX, pelo historiador Simeão Ribeiro Pires. Durante a visita da Expedição Jequitinhonha, ainda era possível encontrar caveiras e ossos atrás do altar-mor.

Ao norte de Itacambira, já no trecho médio do Itacambiruçu, está Grão Mogol. O povoamento luso-brasileiro da região é resultante da descoberta de diamantes na Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu e envolveu contínuos choques entre as tropas reais encarregadas do policiamento da região e os garimpeiros que atuavam na área.

Segundo Santos, por muitos anos, apesar de saber da existência de pedras preciosas na localidade, a Real Extração não se animou a iniciar a exploração dos terrenos. Tal postura atendia às recomendações da Coroa, que não queria correr o risco de iniciar novas explorações, de resultado incerto, enquanto existissem empreendimentos seguros no Tijuco e adjacências.<sup>41</sup> Mas, em 1781, os garimpeiros que há tempos atuavam na área passaram a extrair quantidades maiores de diamantes, o que logo chamou a atenção da Junta da Real Extração. A mineração autônoma foi proibida e o empreendimento oficial implantado, para o qual foram enviados inicialmente 150 trabalhadores.

Nesse íterim, os garimpeiros se organizaram e passaram a confrontar as forças reais, ocupando as jazidas e desafiando a proibição do garimpo. Em um embate decisivo, as tropas do co-

<sup>38</sup> VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais (1904)*. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1974. v. I, p. 87.

<sup>39</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, (1978). v. 1, p. 44.

<sup>40</sup> MEMÓRIAS..., op. cit., p. 603-604.

<sup>41</sup> SANTOS, op. cit. p. 206.

mandante Antônio José de Araújo, apesar de estarem em número superior, foram fragorosamente batidas. Os garimpeiros combatiam furtivamente, dividindo-se em pequenos grupos que atacavam e se escondiam, fugindo ao embate direto.

Diante desses fatos, o governador da capitania, dom Rodrigo José de Meneses, resolveu comandar pessoalmente a repressão aos garimpeiros. Para isso, organizou uma companhia de cavalaria de mais de 200 soldados e pesada artilharia, que incluía dois canhões de grosso calibre.<sup>42</sup> Esse pequeno exército chegou em 1782 e, após alguns combates, conseguiu expulsar os garimpeiros. Os cavaleiros encontraram, todavia, muitas dificuldades para combater no terreno acidentado, formado por serras escarpadas e vales arenosos.

Dois anos depois, os garimpeiros se reorganizaram e, após novos combates, retomaram a área das jazidas, derrotando as forças reais. Por alguns anos, instalou-se, então, a livre exploração das riquezas diamantíferas, sem que as autoridades coloniais conseguissem impor o controle sobre a região. Mas em 1787, as forças reais conseguiram prender o líder dos garimpeiros, João Costa Pereira, e rechaçar os mineradores, estabelecendo definitivamente o controle sobre o território.

Grão Mogol surgiu, assim, como um arraial minerador assentado por garimpeiros na zona diamantífera da Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu. Parte dessa história está gravada no traçado urbano e nas edificações históricas da cidade, que ainda conservam muitas das características que tinham no século XVIII.

A Igreja Matriz de Santo Antônio, da qual não se conhece o ano de construção, toda em pedra, tinha sido recuperada pouco antes da visita da nossa equipe. Na entrada do templo, encontra-se uma lápide datada de 1866. A edificação foi o primeiro bem cultural tombado pelo poder público municipal e, segundo avaliação de técnicos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), o imóvel é o acervo de maior valor cultural e religioso do município.

Na Rua Dr. Cristiano Rêlo, a via urbana historicamente mais importante da cidade, podem ser encontradas algumas edificações coloniais. Destaca-se um belo sobrado setecentista, localizado na esquina com o Beco da Quitanda. O prédio teria sediado a administração da região no período colonial. Durante a passagem da Expedição Jequitinhonha ao município de Grão Mogol, o imóvel encontrava-se preservado e nele funcionava um açougue. Como no passado, a rua continuava a centralizar o movimento comercial da cidade.

Fora do núcleo central de Grão Mogol, encontra-se a chamada

Trilha do Barão, um caminho de extensão entre 22 e 25 quilômetros, que teria sido construído por escravos no século XVIII. A trilha corta uma área de afloramentos rochosos da Serra do Barão, parte da Serra Geral, aproveitando a topografia dos terrenos.

A cidade apresenta ainda outras edificações e sítios de interesse histórico, a maior parte tombada pelo poder público municipal. No entanto, não houve, ainda, iniciativa de proteção legal ensejada pelo Estado ou pela União.

A ocupação luso-brasileira do Vale do Itacambiruçu parece ter se restringido, do ponto de vista da formação de núcleos urbanos, a Itacambira e Grão Mogol. Os registros históricos não apontam a existência de outras povoações ao longo do rio. No seu mapa de 1778, José Joaquim da Rocha incluiu um lugar denominado "São Gonçalo", com capela, ao norte de Itacambira. Mas esse lugar não parece ter prosperado, pois não identificou-se nenhuma localidade contemporânea que a ele corresponda.

Os mapas setecentistas apontam a existência, no vale do rio, da Guarda do Itacambiruçu. Esse posto militar parece ter se situado nas proximidades de Grão Mogol, se não na própria povoação. José Joaquim da Rocha afirma que os quatro militares que nele serviam patrulhavam continuamente toda a extensão do Itacambiruçu, o que, de certa forma, comprova o escasso povoamento do vale do rio.

A história de Itacambira e de Grão Mogol retrata o processo de instabilidade social que marcou a ocupação luso-brasileira das reservas auríferas e diamantíferas do vale do Jequitinhonha. Os conflitos entre grupos mineradores rivais, a exploração mineral clandestina e a confrontação das forças reais com os garimpeiros mostram a dificuldade de se impor o controle régio sobre essas regiões, que se mantinham à margem do sistema colonial de exploração da riqueza mineral. Permanecendo nas franjas desse sistema, regiões como o Vale do Itacambiruçu configuravam uma condição de extraterritorialidade, no sentido de que se recusavam a integrar o território colonial e a se submeter à ordem econômica e política implantada nas regiões centrais. A distância dos centros econômicos e administrativos do vale – a Vila do Príncipe, o Tijuco, a Vila de Minas Novas – e as dificuldades de acesso possibilitaram, assim, que nos núcleos mineradores do Itacambiruçu, como em outras áreas remotas do Jequitinhonha, se constituísse uma espécie de *sociedade garimpeira*, formada por aventureiros que desafiavam o sistema colonial e as suas representações políticas.

<sup>42</sup> SANTOS. op. cit. p. 206.

Após nossa passagem por regiões formadas diretamente a partir da extração mineral, iniciamos a segunda fase do projeto, voltada para as áreas ribeirinhas inundadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Irapé. A viagem pela região ocorreu num período privilegiado do ponto de vista da pesquisa, pois se deu mais de dois anos antes da remoção das famílias residentes na área inundável e do início do enchimento do reservatório. Foi possível, assim, registrar a realidade sociocultural de povoados ribeirinhos que, com o alagamento da área, desapareceriam para sempre.

Em 2002, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) deu início, mediante a formação de um consórcio de construtoras, às obras civis para a construção da barragem de Irapé. Em 2003 houve o desvio do rio e o início da construção efetiva da represa, que tem 208 metros de altura, cifra que a coloca como a barragem mais alta do Brasil. O início do enchimento do reservatório, que se daria em novembro de 2004, foi atrasado até dezembro de 2005, devido a impasses no processo de remoção e reassentamento das famílias de moradores que residiam na área inundável. Em junho de 2006, Irapé foi finalmente inaugurada, com investimentos totais de um bilhão de reais e uma capacidade instalada para gerar 360 megawatts de energia.

O alagamento resultante atinge áreas urbanas e rurais numa extensão de 115 quilômetros do Rio Jequitinhonha e de 50 quilômetros do afluente Itacambiruçu. Essa área corresponde a um longo trecho do alto Jequitinhonha, que se inicia pouco abaixo

## IRAPÉ: PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM TECNOLÓGICA



OBRAS DA USINA DE IRAPÉ, UM INVESTIMENTO DE R\$ 1 BILHÃO

### ACERVOS

### GRÃO MOGOL - MG

#### PARQUE ESTADUAL DE GRÃO MOGOL

**TOMBAMENTO:** Estadual, Decreto 39.906, de 22 de setembro de 1998

**CARACTERÍSTICAS:** O parque é constituído, em sua maior extensão, pela Serra Geral, que na região é conhecida como Serra da Bocaina; pelo Vale do Rio do Bosque e outros menores. A paisagem é formada por terrenos planos de elevada altitude, as chapadas. São elas as chapadas do Bosque, do Bosquinho e do Cardoso. A altitude máxima é de 1,3 mil metros.

A região possui formações de cerrado, mas no alto das serras encontram-se campos rupestres descontínuos, com razoável ocorrência de sempre-vivas. São várias as espécies endêmicas, com destaque para o cacto *Discocactus horstii*, de ocorrência única no planeta. Embora inserido em uma região extremamente seca, os rios que cortam o parque são perenes.

**LOCALIZAÇÃO:** Grão Mogol

**PROPRIETÁRIO:** Como as demais unidades do Vale do Jequitinhonha, o parque também não está implantado.

**ÁREA:** 33.324 hectares

de Caçaratiba e termina abaixo da foz do Itacambiruçu. Mil e cem famílias, residentes em 47 comunidades ribeirinhas, em áreas dos municípios mineiros de Berilo, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Turmalina, Grão Mogol, Cristália e Botumirim, foram transferidas dos seus lugares originais de moradia, submersos pelas águas do reservatório, para áreas rurais da região.

O empreendimento é controverso. O governo do estado de Minas Gerais, prefeitos dos municípios afetados e representantes políticos da região têm qualificado Irapé como “a redenção do Vale do Jequitinhonha”. Assim percebeu o empreendimento, em 2003, um dos tradicionais políticos mineiros, o ex-senador Murilo Badaró:

Quero aconselhar os que me lêem a não deixarem de visitar as obras de construção de Irapé. Seus olhos jamais verão cenas iguais. Elas serão incorporadas para sempre em sua retina e fixadas em sua lembrança. Para quem como eu tanto pelejou em favor dessa realização, enfrentando incompreensões e doestos malevolamente atirados contra mim, ir ao canteiro de obras foi um bálsamo para meu coração de homem do Jequitinhonha. A todo tempo da visita ocorria em meu espírito o famoso apólogo. Estava certo de que todos tinham perfeita consciência e orgulho de estar participando da construção de uma grande catedral.<sup>43</sup>

Muitos dos moradores atingidos pela barragem e dos seus representantes, no entanto, têm opinião frontalmente contrária ao empreendimento. É o caso de Dulciney de Fátima Santos, residente em Posses, no município de Leme do Prado, integrante da comissão dos atingidos pela barragem de Irapé. Em entrevista informal para a equipe, Dulciney fez as seguintes considerações:

Os exemplos que nós temos de construção de barragens no Brasil e no mundo não são dos mais justos. [...] Nós temos duas faces nessa história. De um lado estão os atingidos, todos eles ribeirinhos pobres. E do outro estão as empresas fortes. A história do sistema elétrico do Brasil sempre foi essa. Empresas fortes interessadas em produção de energia passam por cima de pessoas atingidas. Passam por cima de uma história que as pessoas têm, de uma cultura. E de todo aquele apego que a pessoa tem àquela terra, onde ela nasceu e viveu. A empresa chega e acha que o dinheiro compra. A empresa pensa que trazendo dinheiro a pessoa entrega facilmente a sua propriedade. Mas não é fácil, uma pessoa que sempre viveu ali, entregar aquilo ali. Outro problema que nós temos é o seguinte. A barragem vai inundar as melhores terras cultiváveis de sete municípios dessa região, que estão na beira do rio. As pessoas estarão saindo do melhor local para se viver por aqui.

O reservatório de Irapé ocupou uma região formada por comunidades tradicionais, dedicadas majoritariamente às atividades agropecuárias. São lavradores, roceiros, vaqueiros e cortadores de cana. Em segundo lugar, numa posição quantitativamente distante das atividades rurais, aparecem os pequenos comerciantes; garimpeiros de diamante, ouro e cristal; os empregados domésticos; e os que trabalham em estabelecimentos industriais ligados aos recursos naturais da região, tais como, fábricas de farinha, de cachaça, de rapadura, de doces e de telhas. Pouco menos de dois terços das famílias afetadas

pelo empreendimento residiam na área rural; o restante se distribuía pelos povoados da região, nenhum dos quais chegava a ter duas centenas de habitantes.

O acentuado ruralismo da paisagem foi, desde o período colonial, uma das marcas da ocupação humana dessa região. No século XVIII e em parte do seguinte, o território integrava o termo de Minas Novas, sediado na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí. O influxo urbanizador que gerou os núcleos mineradores do Vale do Araçuaí não chegou a atingir a área onde estará o reservatório de Irapé. No seu mapa da capitania das Minas Gerais, de 1778, José Joaquim da Rocha não registra nenhum núcleo urbano nessa área específica.<sup>44</sup> A ocupação luso-brasileira de maior expressão parece ter se restringido, no século XVIII, a dois registros, o da Conceição e o de Simão Vieira, ambos situados na margem direita do Jequitinhonha, o primeiro no caminho que, cruzando o rio, ligava Minas Novas a Itacambira, conectando as regiões mineradoras do Vale do Araçuaí e do Vale do Itacambiruçu.

Pouco se sabe sobre as populações indígenas que ocuparam a região antes da sua colonização. Entre os 61 sítios arqueológicos pré-históricos registrados na área diretamente afetada pelo reservatório, pelo menos sete são seguramente anteriores à chegada dos povoadores luso-brasileiros. Os demais, já do período colonial, incluem, entre outros, abrigos sob rocha, vestígios de fazendas, vestígios de atividade mineradora e um cemitério.

Localizada num espaço distante dos centros econômicos coloniais, num território fronteiriço cuja jurisdição político-administrativa oscilou entre as capitanias das Minas Gerais e da Bahia, a região serviu também de zona de fuga para quilombolas e índios pressionados pelo avanço da fronteira colonizadora. A comunidade de Porto dos Coris, que antes do enchimento do lago de Irapé era um lugarejo de 86 habitantes, tinha se formado a partir do estabelecimento de negros cativos fugidos, liderados pela família do escravo Germano. Foi ele o responsável pela aquisição das terras, com recursos oriundos do pagamento recebido nos dias de trabalho livre, que conseguia mesclar com os dias de trabalho compulsório. Inicialmente, o lugarejo era conhecido como Boa Sorte. Em razão dessa origem, em 1998, a comunidade de Porto dos Coris foi titulada pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, como remanescente de quilombo.

Com a decadência da mineração de diamantes, a região transitou para o perfil econômico agropecuário. Quer seja na atividade garimpeira, quer seja no plantio e na criação, a ocupação humana tem aproveitado e interagido com a fisionomia natural do alto Jequitinhonha. Topograficamente, a região pode ser caracterizada como uma combinação de serras, chapadas e vales de rios. As chapadas se destacam no meio das serras como grandes extensões de terrenos planos e elevados, pouco férteis e com escassas fontes de água. Spix e Martius identificaram a maior dessas chapadas, que ocupa, segundo os naturalistas, “todo o espaço do território, entre dois rios diamantíferos, o Jequitinhonha, a oeste, e o Araçuaí, a leste”.<sup>45</sup> Nas serranias e chapadas, que estão inseridas no domínio geológico da Serra do Espinhaço, há pouca atividade humana, reservando-se para esses espaços apenas a extração mineral ou a pastagem comunitária.

<sup>43</sup> BADARÓ. Sonho e realidade. *Estado de Minas*, 19 ago. 2003, p. 9.

<sup>44</sup> ROCHA, op. cit.

<sup>45</sup> SPIX, op. cit., p. 53.

### SOBRADÃO

**TOMBAMENTO:** Federal, Inscrição nº 028 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no dia 25 de setembro de 1959  
**HISTÓRICO:** O antigo termo de Minas Novas formava um extenso território, estendendo-se a partir de seus limites com o Distrito Diamantino até o norte, com o Rio de Contas, na Bahia. A leste, o termo tinha limitava-se com a então Capitania de Porto Seguro e a oeste o termo chegava até o Rio Verde que é afluente do Rio São Francisco. O ouro foi descoberto no ribeirão do Fanado, que deu o nome à primeira vila, no início do século XVIII e até 1757 a região estava subordinada administrativamente à Capitania da Bahia. Construída em 1821, a imponente edificação, de quatro andares, em estrutura de madeira e adobe, foi cogitada na Assembléia Geral do Império, em 1856, para ser a sede do pretense governo da Província de Minas Novas, que abrangeria os territórios do sul da Bahia e do norte-nordeste de Minas Gerais. Interessante exemplar da arquitetura popular, o sobradão possui 59 janelas e oito portas.  
**PROPRIETÁRIO:** Prefeitura Municipal  
**FINALIDADE:** Cultural



O IMponente CENTRO CULTURAL

### CAPELA DE SÃO GONÇALO

**TOMBAMENTO:** Estadual, Decreto 20.557, de 13 de maio de 1980  
**HISTÓRICO:** Segundo a tradição, a Capela de São Gonçalo é o templo mais antigo de Minas Novas e a sua construção deve-se aos primeiros bandeirantes que fundaram a vila do Fanado no início do 18. Estes a teriam edificado com a fachada principal voltada para o Morro da Contagem, onde se localizava a Casa de Fundição e cuja proteção estaria a cargo do santo padroeiro da capela. A arquitetura do templo apresenta grande simplicidade, compondo-se da nave, da capela-mor e de duas sacristias laterais. Toda a estrutura da construção é em taipa e madeira.  
**PROPRIETÁRIO:** Arquidiocese de Araçuaí  
**FINALIDADE:** Culto religioso

### CAPELA DE SÃO JOSÉ

**TOMBAMENTO:** Federal, Processo nº 720, Insc. nº 396, Livro histórico, fls. 64, de 2 de junho de 1967  
**HISTÓRICO:** Nada se sabe sobre a época exata da construção desta singular capelinha. Em fins do século XVIII, verificou-se, em Minas, uma dinamização dos partidos arquitetônicos das capelinhas, com o aparecimento das fachadas chanfradas. Na de São José, o corpo central do edifício é constituído pela nave de forma octogonal, coberta por uma pequena cúpula em oito panos, acompanhando as secções das paredes. Esta nave é precedida por alpendre, desprovido de forro e tendo os vãos fechados por grades de madeira. A capela-mor, com

curiosa planta hexagonal, liga-se à nave por um arco-cruzeiro de madeira, sendo coberta por um teto apainelado e abobadado. A sacristia situa-se lateralmente à capela-mor.  
**PROPRIETÁRIO:** Arquidiocese de Araçuaí  
**FINALIDADE:** Culto religioso

### IGREJA MATRIZ DE SÃO FRANCISCO

**TOMBAMENTO –** Estadual, Decreto 20.557, de 13 de junho de 1980  
**HISTÓRICO:** A freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado foi criada em 1728, tendo sido construído o seu primeiro templo naquele ano, o qual tomou a invocação de São Pedro. Esta igreja sobreviveu até 1923, quando foi demolida e as funções de matriz foram transferidas para a Igreja de São Francisco. A atual matriz foi erigida na segunda metade do 18, como revela a talha do seu altar-mor, em estilo rococó tardio. O edifício, estruturado em taipa e madeira originalmente, obedece à planta composta de nave, capela-mor e largos corredores-sacristias ao longo da capela.  
**PROPRIETÁRIO:** Arquidiocese de Araçuaí  
**FINALIDADE:** Culto religioso

Os vales dos rios e córregos formam as grotas, compostas por áreas úmidas e frescas próximas dos cursos hídricos. Nesses espaços, aponta Flávia Maria Galizoni, os agricultores assentam boa parte das suas unidades de produção – casas e quintais, roças e mangas (pastagens cercadas e plantadas).<sup>46</sup>

No Plano de Controle Ambiental elaborado sob a coordenação da Cemig, a fisionomia natural da área de influência de Irapé é assim descrita: “A área de influência da UHE Irapé localiza-se, principalmente, no domínio do cerrado *sensu lato* [sic], enquanto seu limite leste faz contato com área de transição para caatinga [...]. É dotada de cadeias montanhosas e afloramentos rochosos quartzíticos (que atingem até 1400 m de altitude), além de chapadas de exuberante beleza cênica, as quais confrontam com o encaixado Vale do Rio Jequitinhonha. As íngremes drenagens e encostas das chapadas exibem reduzido uso e ocupação humana, possibilitando uma extensa e contínua cobertura vegetal nativa, diferenciada em: formações florestais [...], arbustivas [...] e campestres”.<sup>47</sup> Quanto ao clima, a região do empreendimento localiza-se em área de transição entre os regimes quente semi-árido de influência continental e quente subúmido de influência marítima, ambos de regime tropical.

Galizoni observou a intensa relação de continuidade entre o meio e a ocupação humana, com a qual os lavradores do alto Jequitinhonha aprenderam a perceber “o espaço a partir de categorias resultantes de experiências de várias gerações, estabelecendo uma divisão espacial e, concomitantemente, distinguindo os usos possíveis”.<sup>48</sup> O uso da terra forjou regionalmente uma tipologia, por meio da qual são classificados os terrenos da região. As terras identificadas como *de culturas* são as mais propícias ao plantio por estarem próximas dos cursos hídricos; nas *caatingas*, localizadas nas cabeceiras dos córregos, são plantadas espécies rústicas, como a mandioca, o abacaxi e, algumas vezes, o café; nos *campos* ou

*carrascos*, impróprios para a lavoura, predominam capins, arbustos e árvores nativas. Vê-se que a classificação tradicional conota cada tipo de terreno com o valor que tem a partir da prática agrícola; assim, as formações florestais são as *terras de culturas*, as áreas arbustivas formam as *caatingas* e as formações campestres, pela impropriedade para a lavoura, são os *campos* ou *carrascos*.

Esse padrão cultural de interação com o meio, que inclui, ao longo dos séculos de ocupação humana da região, mecanismos lentos de adaptação e de transformação da fisionomia natural, permite colocar as populações ribeirinhas do alto Jequitinhonha entre as sociedades tradicionais. Segundo Giddens, nessas sociedades, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.<sup>49</sup>

Um dos mecanismos culturais mais ricos na lida com o tempo e o espaço no alto Jequitinhonha é a religiosidade popular. No povoado de Canabrava, que se localizava na área hoje inundada pelo reservatório, acompanhamos uma missa, celebrada num rústico galpão, e a procissão e a festa religiosa que se seguiram, realizadas na margem do Rio Jequitinhonha. No povoado de Peixe Cru, encontrava-se uma edificação de significativo valor cultural, a Capela do Senhor Bom Jesus do Peixe Cru. Construída em posição dominante, isolada sobre

<sup>46</sup> GALIZONI, Flávia Maria. *A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no alto Jequitinhonha*, Minas Gerais, 2000.

<sup>47</sup> COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. *Usina Hidrelétrica de Irapé: plano de controle ambiental*. (Belo Horizonte), 2001.

<sup>48</sup> GALIZONI, op. cit.

<sup>49</sup> GIDDENS. *Consecuencias de la modernidad*. Madrid: Alianza, 1990.



AO TODO 1.100 FAMÍLIAS FORAM TRANSFERIDAS DA ÁREA INUNDADA PELO RESERVATÓRIO

### IGREJA MATRIZ DE SANTA CRUZ

**TOMBAMENTO:** Estadual, Decreto 20.689, do dia 23 de dezembro de 1980

**HISTÓRICO:** A localidade surgiu em decorrência da descoberta de ouro, no primeiro quartel do 18, no Capivari, afluente do Rio Araçuaí, recebendo em 1728 o nome de Arraial de Santa Cruz de Chapada. Do período de apogeu da mineração aurífera, que atravessou aquele século, a atual cidade conservou rico patrimônio cultural, como a Igreja Matriz de Santa Cruz, cuja talha de seus retábulos tem linhas características da primeira e segunda fase do barroco – 1730/1760.

A igreja obedece à original planta em cruz, resultante da inserção de duas capelas, e compõe-se de nave, capela-mor e corredores-sacristia, além das duas capelas.

**PROPRIETÁRIO:** Arquidiocese de Araçuaí

**FINALIDADE:** Culto religioso

### CAPELA DO SENHOR BOM JESUS DA LAPA

**TOMBAMENTO:** Estadual, Decreto 21.217, do dia 20 de novembro de 1981

**HISTÓRICO:** A construção do templo data da segunda metade do 18 e possui um curioso partido arquitetônico, em que aos compartimentos tradicionais – a nave e a capela-mor – foi anexado um longo corredor lateral à esquerda, cuja parte posterior, paralelo à capela-mor, forma a sacristia. A estrutura da capela observa o mesmo processo construtivo das antigas edificações religiosas da cidade, em taipa.

**PROPRIETÁRIO:** Arquidiocese de Araçuaí

**FINALIDADE:** Culto religioso

### IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

**TOMBAMENTO:** Estadual, Decreto 20.689, do dia 23 de dezembro de 1980

**HISTÓRICO:** Construída em meados do 18 também em madeira e taipa, a simplicidade da arquitetura do templo contrasta com a riqueza da ornamentação interna, com talha e pintura decorativa excepcionais. A planta é composta de nave, capela-mor e uma única sacristia.

**PROPRIETÁRIO:** Arquidiocese de Araçuaí

**FINALIDADE:** Culto religioso

### CAPELA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE

**TOMBAMENTO:** Estadual, tombamento provisório, de 21 de dezembro de 1998

**HISTÓRICO:** A capela se destaca no conjunto das construções religiosas da região pela singularidade de sua arquitetura, que apresenta corpo central em planta hexagonal, no que lembra a Capela de São José, da vizinha Minas Novas.

**PROPRIETÁRIO:** Arquidiocese de Araçuaí

**FINALIDADE:** Culto religioso

uma elevação ao fundo do largo que constituía o lugarejo, a capela era um exemplar típico da arquitetura mineira tradicional de cunho popular.

O conjunto desses elementos – mecanismos de adaptação e transformação do meio, técnicas de plantio e de extração mineral, formas de vivência comunitária, formas de expressão religiosa, artística e simbólica – forma o patrimônio cultural das pequenas comunidades do alto Jequitinhonha. Os elementos materiais e imateriais de expressão dessa sociedade tradicional ganham, assim, a qualidade de bens culturais.

Essas formas culturais foram engendradas e modificadas na lida do homem com o meio. Num ritmo lento, novas técnicas econômicas e novas formas de expressão simbólica foram introduzidas, reunindo elementos trazidos pelos diversos grupos étnicos e sociais que formaram a população local – grupos indígenas jê; quilombolas; exploradores, entradistas e bandeirantes nordestinos, paulistas e reinóis; pequenos garimpeiros; agricultores.

Os traços tradicionais dessas sociedades permitem caracterizar o seu território como uma sucessão de paisagens, que retratam os distintos momentos da história da ocupação humana do espaço. Ao contrário dos territórios ocupados por sociedades modernas, em que os elementos de paisagens passadas são rapidamente suprimidos, atualizados ou ressignificados, o território das comunidades ribeirinhas do alto Jequitinhonha mantém vivos e atuantes muitos dos elementos que contribuíram para a sua formação histórica.

O garimpo manual, em que se empregam as alavancas, as pás, as cavadeiras, as enxadas, os garfos, as peneiras e as bateias; o sistema tradicional de plantio e criação, que utiliza a coivara, o rodízio de terras, a pastagem comunitária; a localização das unidades produtivas nas margens dos cursos hídricos; e as expressões materiais e imateriais da religiosidade são elementos da paisagem colonial e pós-colonial do território, assim como os padrões construtivos das edificações, com paredes de pau-a-pique ou adobe, forros de palha, telhas de cerâmica e utensílios de barro. A essa paisagem se sobrepõem outras, em que aparecem elementos contemporâneos, tais como, equipamentos, máquinas, artefatos mecânicos, veículos motorizados.

Como pano de fundo, permanece a paisagem primordial de populações humanas que aprenderam a habitar os vales e as encostas úmidas, abaixo das serranias e chapadas. Num ritmo lento, essas sucessivas paisagens se sobrepõem e se intercambiam, formando o território que conhecemos hoje.

O alagamento de parte dessa região impõe, de maneira súbita, o que se pode chamar de supressão da paisagem. O território habitado, tanto nos seus elementos mais antigos, quanto nas suas formas contemporâneas, foi, de maneira irreversível e total, ocupado pelas águas do reservatório - ação que desfez a dinâmica histórica das paisagens e instaurou uma nova e ainda desconhecida configuração territorial.

Samuel Branco e Aristides Rocha assim descreveram alguns dos impactos dos reservatórios sobre a paisagem: “Os lagos artificiais dão uma imagem nova e diferente à paisagem. Mesmo quando o desmatamento é feito com cuidado, no local abrangido pela faixa de oscilação do nível do reservatório, sempre permanece o aspecto de natureza morta. Às vezes, as novas margens se tornam pantanosas, podendo se constituir em focos de vetores de doenças endêmicas. [...] Aliado à presença da represa e da nova paisagem criada, em certas regiões, é implantado o turismo [...]. Surgem clubes náuticos, que se estabelecem em suas margens, bem como

casas de veraneio. Às vezes, criam-se animais aquáticos e semi-aquáticos, e pratica-se a pesca recreativa".<sup>50</sup>

Em alguns casos, pode-se completar, a diminuição do nível das águas do reservatório provoca um efeito inusitado: reaparecem vestígios dos elementos naturais e das estruturas humanas do passado. Essa paisagem emersa pode ser observada, por exemplo, na área ocupada pela antiga cidade de Remanso, onde hoje está o lago de Sobradinho, no médio São Francisco. Lá se destacam os restos das árvores que adornavam o que teria sido a rua principal do lugar e uma das paredes de sustentação do altar da igreja; elementos que, voltando à tona, ganham forte expressividade simbólica.

Uma característica a ser sublinhada é a de que a supressão da paisagem se dá de maneira abrupta, rompendo a dinâmica lenta da sucessão de paisagens. Populações são removidas, laços socio-culturais são rompidos, bens culturais materiais e imateriais são desfeitos. A superfície plácida de um lago artificial, que, no caso de Irapé, inundou tudo o que estava abaixo de 550 metros de altitude,<sup>51</sup> passa a ocupar o espaço que antes era de rios, córregos, nascentes, chapadas, formações vegetais, lavouras, povoados, casas, sítios e igrejas. Em alguns meses, prazo de enchimento do reservatório, ocorre a supressão de uma paisagem que se vinha construindo ao longo de séculos de ocupação humana. Os efeitos dessa supressão, pode-se dizer, iniciam-se antes mesmo do enchi-

mento, já que a remoção dos lavradores interrompe os cultivos meses antes do reassentamento das famílias.

Por exigência legal, um minucioso plano de salvamento do patrimônio cultural foi elaborado e desenvolvido pela Cemig para a construção de Irapé.<sup>52</sup> Sítios arqueológicos foram identificados e documentados; a capela de Peixe Cru foi reconstruída no novo local ocupado pela comunidade; um centro de memória abrigará, ao lado da represa, bens e registros culturais das populações atingidas. Essas iniciativas, no entanto, não recriarão os elementos basilares da paisagem da região inundada, construídos a partir de uma íntima relação do homem com o meio no alto Jequitinhonha.

Do ponto de vista dos antigos moradores da área inundada, a construção da barragem de Irapé representou a criação de uma paisagem tecnológica, sob a qual submergiram os liames culturais que produziram, na região, um determinado modo de vida e de expressão simbólica das populações que sucessivamente a habitaram.

<sup>50</sup> BRANCO, Samuel M.; ROCHA Aristides A. *Poliuição, proteção e usos múltiplos de represas*. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, 1983 apud ANDRADE, Soraia Maria. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem*. 2002

<sup>51</sup> COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS, op. cit.

<sup>52</sup> ibid.



UM CENTRO CULTURAL VAI ABRIGAR A MEMÓRIA DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS, COMO A DE PEIXE CRU



RIO ARAÇUAÍ

Deixamos Caçaratiba e seguimos para a terceira base da viagem, que foi instalada num antigo parque de exposições agropecuárias, já desativado, em Araçuaí. Ocupamos uma das grandes baías, onde foram armadas as barracas e improvisada a cozinha. Apesar de ser um local estranho como acomodação, estava limpo e completamente vazio. Demandava, no entanto, uma vigilância constante, pois era aberto e exposto.

A cidade de Araçuaí é um dos pontos-chave do Vale do Jequitinhonha. A cidade e a foz do rio de mesmo nome representam, tanto do ponto de vista da configuração natural, quanto da dinâmica histórica, a fronteira entre duas grandes regiões geostóricas. Ao sul e a leste, no alto Jequitinhonha e nos seus afluentes – o Araçuaí, pela margem direita; e o Itacambiruçu, pela margem esquerda –, desenvolveu-se um conjunto complexo e diversificado de regiões mineradoras. A Vila do Príncipe, o Tijuco e a Vila de Minas Novas eram os pólos da territorialização colonial desse vasto espaço, administrativamente definido como a Comarca do Serro do Frio.

A partir da foz do Rio Araçuaí, descendo o Jequitinhonha rumo às matas do leste, inicia-se uma zona bastante distinta. As serranias do alto Jequitinhonha, nas quais o rio e os seus afluentes correm encaixados entre barrancas e penhascos, com muitos trechos encachoirados, cedem lugar a terrenos de topografia mais suave. Ali, o rio adquire um curso mais homogêneo, elevando-se as margens em declives brandos, para formar, mais adiante, colinas e montanhas baixas. Tais características geofísicas propiciaram a formação de uma ampla rede mercantil, que utilizava o rio como canal de circulação.

A produção mineral, da qual resultou a primeira onda de ocupação luso-brasileira do alto Jequitinhonha, deixa no seu trecho médio de ser relevante, emergindo a pecuária e o comércio como as atividades mais importantes. Os marcos temporais da colonização, que no alto Jequitinhonha se distribuía ao longo das primeiras décadas do Setecentos, avançarão, aqui, pelo menos um século.

É esse o caso de um dos grandes pólos do médio Jequitinhonha, a cidade de Araçuaí. Segundo Leopoldo Pereira, as terras entre a confluência dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí foram inicialmente doadas, pela Coroa, ao português Antônio Pereira dos Santos, que se estabeleceu na região com fazenda de lavoura e criação de gado.<sup>53</sup> No entanto, a efetiva colonização da área só se

<sup>53</sup> Pereira não indica a data em que teria se dado essa concessão. PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*, apud SOUZA, op. cit., p. 19. Como ressalta Souza, o historiador baiano Urbino Vianna dá uma versão diferente. Para ele, a primeira sesmaria da região teria sido concedida a Antônio Lobato Mendes, em 1728. VIANNA, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 145-146.

## PECUÁRIA, COMÉRCIO E OCUPAÇÃO MILITAR NO MÉDIO JEQUITINHONHA

iniciou entre 1830 e 1840, quando o padre Carlos Pereira Freire de Moura fundou, no encontro dos dois rios, o aldeamento do Pontal.

Ponto de contato entre dois eixos fluviais, o lugar logo se tornou um porto ideal para a chegada das canoas que navegavam pelos dois rios. O fluxo de canoieiros atraiu para o local meretrizes, que ali se instalaram. Mas em pouco tempo, foram expulsas pelo padre e acolhidas pela proprietária Luciana Teixeira, que permitiu que se mudassem para a sua fazenda, situada nas proximidades, denominada Boa Vista da Barra do Calhau. A mudança das meretrizes atraiu os canoieiros, que passaram a utilizar o novo porto, situado na foz do Ribeirão Calhau, que deságua no Rio Araçuaí. Ali cresceu a cidade de Araçuaí, por longo tempo conhecida como Calhau, uma alusão aos pequenos seixos rolados que podem ser encontrados nas terras locais. O povoado de Pontal entrou em decadência.

Na sua viagem pela região, Saint-Hilaire hospedou-se na casa de Luciana Teixeira, quando não nascera ainda a povoação de Araçuaí. Dali, rumou para o Jequitinhonha, que descreveu, após uma viagem fatigante e monótona, como

[...]um belo rio, cujas águas limpas correm com lentidão e majestade. Suas margens, cobertas da mais fresca vegetação, contrastavam com as matas vizinhas despojadas de folhagem, e o que talvez não tivesse acontecido em nenhuma outra parte do mundo, tinha ao mesmo tempo sob os olhos a imagem do inverno e a dos dias mais deliciosos da primavera. No decurso desta jornada, vi ainda uma vez o Jequitinhonha, e talvez me tenha ele dado maior prazer do que da primeira vez, porque já havia mais tempo que caminhava e estava mais enfasiado. Ali, no entanto, o rio era menos belo, e suas águas, muito baixas, deixavam ver parte do leito; as margens, porém, estavam ainda ornadas com a mais bela verdura, e uma piroga, que vogava com rapidez, animava agradavelmente a paisagem.<sup>54</sup>

Por pelo menos quatro décadas, Araçuaí foi um entreposto comercial importante. Centralizava, segundo Souza, a distribuição de produtos de toda a região. Para o litoral, exportava o algodão, o toucinho, a carne e a rapadura. De lá recebia, em contrapartida, o sal, o querosene e os tecidos finos.<sup>55</sup> Para o mesmo autor, a partir da década de 80 do século XIX, a cidade perdeu a primazia de centro mercantil da região, cujo movimento comercial deixou as vias fluviais e passou a ocupar as ferrovias e, posteriormente, as rodovias.

Em 1857, a paróquia do Calhau foi elevada a vila, recebendo o nome de Araçuaí. Em 1871, tornou-se cidade. Pelo menos até 1911, segundo Pereira, o município ocupava uma vasta área territorial, que ia da confluência dos Rios Araçuaí e Jequitinhonha, onde está o distrito sede, até o Salto Grande (Salto da Divisa), na fronteira com a Bahia.<sup>56</sup>

A extinção do papel de pólo fluvial não parece, todavia, ter retirado de Araçuaí as marcas de centro urbano de uma região de pecuária e comércio. A permanência de uma tradição profundamente ligada ao cavalo como meio de transporte e ao couro como matéria-prima é patente até hoje no chamado Beco da Sola, na Travessa do Calhau, situada no centro histórico da cidade.

Ali, durante visita da equipe de pesquisa, constatamos a fabricação de uma infinidade de peças e objetos de uso pessoal, todos em couro, para serem utilizados por cavaleiros e vaqueiros. Nas tendas de couro, os artesãos produziam arreios, selas, cabrestos, suadouros, cangalhas, arreatas, alforjes, alpercatas, chapéus, cin-

tos e bainhas de faca. Além das tendas de couro, a travessa tinha oficinas de artesanato em argila, madeira, palha, tecidos e pedras (calhaus). Segundo o então presidente da Associação dos Artesãos de Araçuaí, Aderbal Alexandrino Pinheiro, o mercado para o artesanato local cresceu nas últimas décadas, mas a produção vinha se ressentindo do alto custo da matéria-prima e do desinteresse das novas gerações em aprender o antigo ofício.

O centro histórico da cidade compreende um perímetro de oito ruas e seis becos, que no passado abrigaram o centro comercial e a zona boêmia. Localizado na margem do Rio Araçuaí, o centro incluía o porto fluvial, aonde chegavam as canoas, principalmente nos sábados, quando uma feira era montada no lugar. Os sinais mais importantes desse movimento comercial, como o antigo mercado, construído em 1910, e o próprio porto, foram destruídos. Mas foram preservados pelo menos 144 imóveis que, segundo José Pereira dos Santos, à época da passagem da Expedição Jequitinhonha secretário de Cultura de Araçuaí, estão tombados pelo poder público municipal. A maior parte deles era ocupada por residências e foi construída na primeira metade do século XX. Entre eles havia edificações de maior porte, como a sede do antigo Clube Iguazu. Algumas ruas conservam o calçamento feito com calhaus.

Alterações importantes na configuração urbanística da cidade ocorreram em 1979, quando uma grande enchente provocou a mudança dos moradores do centro histórico para a parte alta da cidade. Algumas casas foram simplesmente abandonadas. As meretrizes que residiam no local foram deslocadas para um bairro distante, por pressão de fiéis católicos – um eco flagrante dos eventos que deram origem, na primeira metade do século XIX, à futura cidade. Foi preservada a Rua Gentil de Castro, que se salvou porque os seus moradores, por afeição à via mais antiga da localidade, nela resolveram permanecer.

A antiga Pontal, na confluência do Araçuaí e do Jequitinhonha, é hoje uma pequena vila, chamada Itira. Nela está edificada a Igreja do Nosso Senhor da Boa Vida, que se presume seja a construção mais antiga de Araçuaí. A igreja, quando da visita da equipe de pesquisa, em 2003, tinha passado por restauração recente, supervisionada pelo Iepha-MG, e possuía imagens originais em madeira, entre elas, a do Senhor da Boa Vida, a de Nossa Senhora do Parto e a do Senhor da Misericórdia. Segundo Dostoievski Americano do Brasil e Ângela Gomes Freire, funcionários da Secretaria de Cultura que nos receberam à época, a invocação ao Senhor da Boa Vida constitui uma característica singular do templo, não encontrada em outras regiões do país.

Na foz do Araçuaí trabalhava, em 2003, o canoieiro José Aparecido Siqueira, que transportava pessoas, mercadorias e gado. O gado era atravessado a pé, o que é possível em razão da baixa profundidade dos dois rios no local. Existiam ainda balsas para o transporte de automóveis. E a redução do volume de água faz com que o Araçuaí tenha, na sua foz, no período seco do ano, menos de dois palmos de profundidade. A travessia de pessoas na canoa é justificada, assim, apenas pela necessidade de manter os pés secos; o canoieiro limitava-se a caminhar pelo leito, puxando, por meio de uma corrente, a pequena embarcação, que levava no seu interior o passageiro.

<sup>54</sup> SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 194. Em outra etapa da viagem, o naturalista passou por uma povoação então denominada Araçuaí, situada oito léguas ao sul de São João (Itamarandiba), que evidentemente não é a atual Araçuaí e tampouco está na região estudada nesta seção. *ibid.*, p. 299-300.

<sup>55</sup> SOUZA, op. cit., p. 21.

<sup>56</sup> PEREIRA apud. Souza, op. cit., p. 18.

Depois de Araçuaí, inicia-se, rio abaixo, o longo trecho do Jequitinhonha cuja colonização originou-se da ocupação militar e da guerra contra povos indígenas. Esse trecho inclui as atuais cidades de Itinga, Jequitinhonha, Joaíma, Almenara e Salto da Divisa, estendendo-se, portanto, da foz do Rio Itinga, afluente pela margem esquerda do Jequitinhonha, à fronteira com a Bahia.

Essa região estava incluída no vasto território ocupado pelos aimoré, cujos limites prováveis seriam o Vale do Salitre, na Bahia, e o Rio Doce, no Espírito Santo, compreendendo largas faixas da mata atlântica. Não se sabe se essa ocupação indígena se deu num só movimento ou se, por outra, resultou de processos migratórios ocorridos em momentos históricos diferentes, provocados inclusive pela pressão do avanço luso-brasileiro.<sup>57</sup>

Os aimoré pertenciam ao tronco lingüístico macro-jê, constituindo-se de caçadores, pescadores e coletores seminômades que viviam em pequenos grupos. Habitavam moradias formadas por estacas fincadas em círculo, cobertas com folhas e galhos, ou, quando em deslocamento, dormiam sob espécies de arcadas formadas por galhos de palmeira enterrados no chão e amarrados em cima. Manejavam equipamentos reduzidos e resistentes, para facilitar seu deslocamento em caso da presença de inimigos. Usavam botoques nos lábios inferiores e nos lóbulos das orelhas. Esses ornamentos eram feitos de madeira extraída da barriguda, pintada com urucum e jenipapo, e eram fabricados exclusivamente pelos homens. Os lábios e orelhas que receberiam os botoques eram furados em cerimônias rituais.

Eram guerreiros que praticavam combates ritualizados e se envolviam em constantes lutas internas, após as quais os grupos contendores se dividiam. Segundo Maria Hilda Paraíso, a acusação de antropofagia é duvidosa.<sup>58</sup>

## ACERVOS

### IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

*TOMBAMENTO: Federal, Processo nº 720-T-63, Insc. nº 511, Livro Belas Artes, fls. 93, de 14 de março de 1974*

*HISTÓRICO: A primitiva povoação de Água Suja tem suas origens ligadas à descoberta de ouro por bandeirantes paulistas em afluentes do Rio Araçuaí, na terceira década do 18. Embora a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Água Suja remonte a 1729, a matriz atual substituiu um templo anterior, de menores dimensões. A planta da igreja é composta por nave, capela-mor, sacristias e dois outros cômodos anexos, indicando modificações no partido original.*

*PROPRIETÁRIO: Arquidiocese de Araçuaí*

*FINALIDADE: Culto religioso*

### IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

*TOMBAMENTO: Federal, Processo nº 720-T, Insc. nº 512, Livro Belas Artes, de 14 de março de 1974*

*HISTÓRICO: Embora tombada pelo Iphan, a Igreja do Rosário, que era considerada uma das mais antigas da região, ruiu parcialmente em 1988 e foi demolida em 1991, quando já havia sido despojada por saque de seus valiosos bens artísticos e culturais.*

## BERILO - MG



O CASARÃO DE DOMINGOS DE ABREU

### CASA DO INCONFIDENTE DOMINGOS DE ABREU

*TOMBAMENTO: Estadual, tombamento provisório, de 18 de dezembro de 2000*

*HISTÓRICO: O antigo casarão pertenceu ao inconfidente Domingos de Abreu Vieira e foi seqüestrada após 1789, entre outros bens de sua propriedade, pelas autoridades portuguesas. A casa integrava a parte antiga do povoado, junto ao Rio Araçuaí, que foi quase totalmente destruída por uma grande inundação na primeira metade do século XX.*

*LOCALIZAÇÃO: Rua do Porto*

tentativas de ocupação luso-brasileira dessa região, o que colocará frente a frente forças militares e botocudos. Spix e Martius, partindo do ponto de vista etnocêntrico do século XIX, assim definiram o impasse:

Quanto mais premente se torna a necessidade de estabelecer a navegação do Rio Doce e a do Rio Belmonte [Jequitinhonha], a fim de comunicar o sertão com a costa, tanto mais importa pacificar os botocudos, empregá-los como remadores nesses cursos d'água, aliás desertos, e assim, pelo mais pacífico de todos os meios, o tráfego comercial, promover a sua civilização gradual.<sup>60</sup>

Em 1804, o capitão-mor de Porto Seguro, João da Silva Santos, cumprindo ordens do governador da Bahia, interna-se pelo Rio Jequitinhonha, levando armas e um morteiro para defender-se dos índios, com os quais teve efetivamente alguns recontros. Segundo Saint-Hilaire, foi apenas perto de Tocoios, lugar nas proximidades da foz do Vacaria, a montante da foz do Araçuaí, que o explorador encontrou pela primeira vez um colono português.

Em maio de 1808, a Coroa ordenou ao governador da capitania das Minas Gerais que iniciasse uma guerra ofensiva e duradoura contra os botocudos. Essa guerra deveria durar até que o território botocado fosse tomado e os seus ocupantes se rendessem. Os índios que reagissem seriam considerados prisioneiros de guerra e escravizados por um período renovável de dez anos.<sup>61</sup> Sete meses depois, supõe-se que significativas vitórias contra os índios já tinham sido alcançadas, pois nova carta régia determinou a redistribuição, entre os colonos, das terras tomadas aos botocudos, bem como o aldeamento dos índios capturados, que estariam obrigados ao trabalho escravo nas lavouras por um período de doze anos.<sup>62</sup>

Em 1811, é criada uma divisão militar nas margens do Jequitinhonha, para a qual foi designado como comandante o alferes gaúcho Julião Fernandes Leão. Saint-Hilaire explica o que eram essas divisões militares:

O posto de Passanha [sic] e as diversas guarnições militares aquarteladas pela fronteira da região dos Botocudos, ou mesmo da de outros índios, tem [sic] o nome de divisão, e de cada divisão depende uma certa extensão de território. Na órbita de sua divisão os comandantes gozam de imensa autoridade. São aí juízes de sesmarias; podem obrigar os habitantes a trabalhar nas estradas; e têm, em caso de necessidade, o direito de requisitá-los para o serviço

regio. Disse já [...] que toda pessoa que, na circunscrição de uma divisão militar se estabelece, com as formalidades prescritas, em um terreno devoluto, estava isenta de imposto durante o prazo de dez anos [...].<sup>63</sup>

À primeira divisão militar criada no Jequitinhonha deu-se o nome de Sétima Divisão Militar de São Miguel, em homenagem ao santo do dia em que Julião Fernandes Leão chegou à região.<sup>64</sup> Em torno dela, crescerá o povoado de São Miguel, que deu origem à atual cidade de Jequitinhonha. A igreja paroquial foi erguida em 1818, por iniciativa do vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Água Suja. Em 1837, já havia dois quartéis instalados no povoado.

Uma das principais ações do comandante, que constava já entre as primeiras ordens que recebeu, foi a abertura de um caminho mais ou menos paralelo ao rio, que passou a ligar o Rio Piauí, afluente pela margem direita do Jequitinhonha, à Belmonte, no litoral.

Ao longo desse caminho, nos anos seguintes, seriam criados os postos de Bonfim dos Quartéis, São João da Vigia e do Salto Grande, todos eles pertencentes à Sétima Divisão Militar, sediada em São Miguel. Em torno desses quartéis, cresceram povoados que dariam origem, respectivamente, às atuais cidades de Joáima, Almenara e Salto da Divisa. Quando Saint-Hilaire visitou o vale, em 1817, pelo menos o quartel de Vigia já estava instalado. Por sua vez, o povoado de Santo Antônio da Barra do Itinga formou-se também às margens do rio e da estrada aberta por Julião Fernandes Leão, dando origem à atual cidade de Itinga.

A guerra contra os botocudos foi implacável. A tática incluía o cerco da aldeia durante a noite e o assalto durante a madrugada. No primeiro lance, eram tomados os arcos e flechas dos sitiados, que eram guardados amontoados próximos ao fogo. Os adultos eram então trucidados, separando-se as crianças, para serem vendidas como trabalhadores escravos, e as mulheres jovens, para a escravização sexual. Índios cooptados pelos militares serviam de guias. "Matar uma aldeia" era a expressão comumente utilizada para designar esses assaltos.

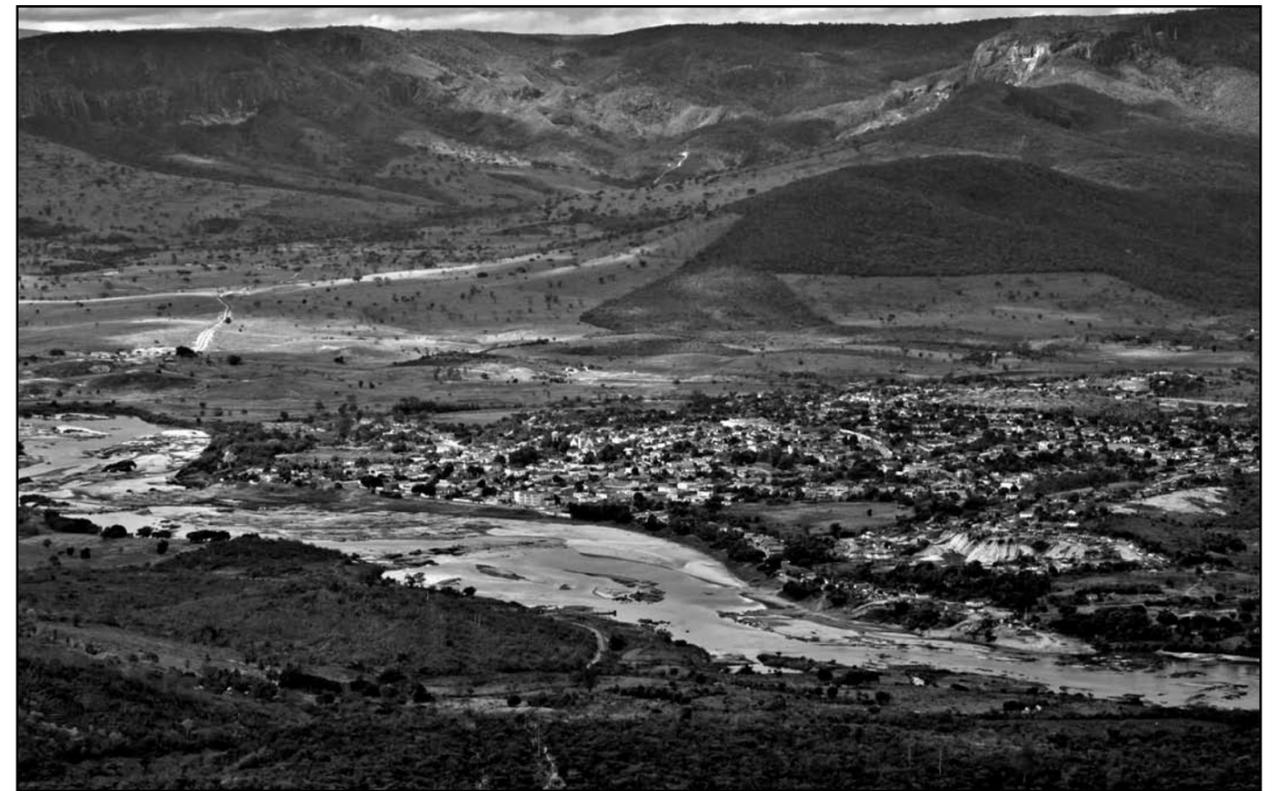
60. SPIX, op. cit., p. 56.

61. CARTA RÉGIA DE 13 MAIO DE 1808 apud TAVARES, César Moreno. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha em Minas Gerais, no século XIX: a guerra contra os índios*. 1998.

62. MATOS, op. cit., v. 2, p. 62-63.

63. SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 179.

64. As seis primeiras divisões militares, identificadas de Primeira a Sexta Divisão, haviam sido estabelecidas no Rio Doce.



NA CIDADE DE JEQUITINHONHA, NÃO RESTARAM VESTÍGIOS DO PASSADO DE OCUPAÇÃO MILITAR

Segundo Teófilo Otoni, que descreveu minuciosamente o morticínio de várias aldeias botocudas, "[...]matavam-se aldeias no Jequitinhonha, no Mucuri, e no Rio Doce, em Minas, e no Espírito Santo".<sup>65</sup> Na comarca de São Mateus, no Espírito Santo, o autor ouviu o relato de que um comandante militar trouxera de uma dessas matanças, como despojo de guerra, 300 orelhas amputadas de índios mortos. Houve até casos de doação de roupas de pessoas sabidamente infectadas por doenças contagiosas para grupos indígenas, com o propósito de matá-los pelo contágio. Saint-Hilaire e Spix e Martius elogiam o "trato bondoso" do comandante Julião Fernandes Leão para com os índios, mas, segundo Otoni, o militar foi o responsável pela guerra contra os botocudos "[...]em toda a extensão do Jequitinhonha, do Calhau até Belmonte".<sup>66</sup>

A estratégia de "limpeza" dos sertões do leste foi bem sucedida. Em meados do século XIX, salienta-se a ocupação agrícola e a circulação mercantil entre o quartel de São Miguel e o litoral. Nessa região, já se cultivavam algodão, cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz, mandioca, legumes, melão e melancia.<sup>67</sup> Por seu turno, a nova estrada permitia o escoamento dessa produção para os portos de Belmonte, Canavieiras, Porto Seguro e Mucuri.

Parte dos botocudos tinha sido aldeada. Entre seiscentos e setecentos índios foram remetidos para as vilas de Bom Sucesso (Minas Novas), Santa Cruz da Chapada (Chapada do Norte) e São Domingos (Virgem da Lapa), onde estavam obrigados ao trabalho escravo por dez anos, no caso dos adultos, e vinte, no caso das crianças. Cumpria então treinar os botocudos para trabalharem como lavradores e canoieiros.<sup>68</sup>

O médio Jequitinhonha tornara-se, portanto, franqueado à navegação mercantil. O trecho navegável iniciava-se em Tocoios (Coronel Murta). Esse povoado, existente pelo menos desde 1778,

quando figura no texto e nos mapas de José Joaquim da Rocha,<sup>69</sup> se tornaria importante no início do século XIX por conectar o caminho terrestre que chegava dos núcleos mineradores do Vale do Araçuaí com o início da rota fluvial do Jequitinhonha.

Em Tocoios, cargas de algodão eram embarcadas em canoas compridas e estreitas, que levavam até 64 arrobas, ou 940 quilogramas. De São Miguel até o litoral, as canoas tinham que ser esvaziadas e a carga era transportada por terra, em três pontos encachoeirados do rio: na Cachoeira do Inferno, no Salto Grande e na Cachoeirinha. Algumas ilhas de maior superfície se destacavam no trajeto: a ilha Alegre, abaixo da foz do Araçuaí, e a ilha do Pão, entre São Miguel e Vigia. Segundo Saint-Hilaire, a viagem de São Miguel até a costa levava oito dias; no sentido inverso, contra a corrente, o tempo gasto era de 18 a 20 dias. De Belmonte, o carregamento seguia por mar para Salvador; o que se podia fazer em 24 horas.<sup>70</sup>

Muito pouco remanesce, na atualidade, desse passado dinâmico e conflituoso de ocupação militar e expansão comercial ao longo do médio Jequitinhonha. Nas cidades originárias dos quartéis – Jequitinhonha, Joáima, Almenara, Salto da Divisa – não há registros do antigo papel que desempenharam como postos avançados da colonização luso-brasileira. A cidade de Jequitinho-

65. OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 48.

66. *ibid.*, p. 91.

67. MEMÓRIAS..., op. cit.

68. *ibid.*

69. O lugar teria sido uma guarda, na margem direita do Jequitinhonha. O autor grafa "Tocaió" ou "Tocaiós". Saint-Hilaire grafa "Tocoios" sem acento e Spix e Martius escrevem "Tocaios". ROCHA, op. cit., p. 145. SAINT-HILAIRE, op. cit., p. 260. SPIX, op. cit., p. 56.

70. SAINT-HILAIRE, op. cit.

## ACERVOS

## JEQUITINHONHA - MG

### RESERVA BIOLÓGICA DA MATA ESCURA

**TOMBAMENTO:** Federal, Decreto de 5 de junho de 2003

**CARACTERÍSTICAS:** A reserva, que abrange também o município de Almenara, protege os últimos remanescentes de mata atlântica, que até a primeira metade do século XIX era dominante em todo o baixo e médio Jequitinhonha. Em 1808, a Coroa Portuguesa declarou "guerra ofensiva e justa" contra os habitantes primitivos da região, denominados botocudos – os Aimoré, ramo não tupi, do tronco macro-jê. Conhecidos pela sua hostilidade aos colonizadores, os índios foram massacrados, tendo início a substituição das matas nativas pelas pastagens.

**LOCALIZAÇÃO:** Jequitinhonha e Almenara

**PROPRIETÁRIO:** A reserva não está implantada

**ÁREA:** 50.000 hectares

## CONJUNTO PAISAGÍSTICO DAS CACHOEIRAS DO TOMBO DA FUMAÇA

*TOMBAMENTO: Estadual, tombamento aprovado pelo Conselho Curador do Iepha/MG, de 11 de agosto de 1999*

*CARACTERÍSTICAS: Apesar de protegido pelo Iepha/MG, grande parte do conjunto de cachoeiras desapareceu com a inundação provocada pela represa da Usina Hidrelétrica de Itapebi, construída pela Coelba na cidade de Itapebi, na Bahia. O conjunto constituiu histórica referência dos viajantes, já que as cachoeiras tinham que ser transpostas, por terra, pelas canoas que faziam a navegação entre Araçuaí e Belmonte.*

*LOCALIZAÇÃO – Salto da Divisa*

nha, originária do primeiro povoado luso-brasileiro assentado no médio Jequitinhonha, possui edificações do início do século XX, algumas delas de grande beleza arquitetônica e em excelente estado de preservação, mas não há sinais da antiga posição de sede da Sétima Divisão Militar. É possível que nisso tenha influído a trasladação do centro da cidade para a sua parte mais alta, longe do rio, devido à enchente de 1979.

A igreja matriz da cidade, erguida na década de 50 do século XX, foi construída, segundo moradores, em estilo holandês. Há referências locais à influência holandesa em Jequitinhonha e Almenara. Segundo Joelita Mares, coordenadora de projeto de capacitação de professores em Almenara, quando da visita da equipe de pesquisa, essa influência deveu-se à chegada de freiras holandesas para a fundação do Colégio Nazaré, antes da década de 40 do século XX.

Em Itinga, existem edificações de interesse histórico e becos com calçamento antigo, mas esses bens encontram-se bastante degradados e modificados. Há um sobrado em razoável estado de conservação na praça principal da cidade, mas uma reforma recente alterou a estrutura original do prédio, acrescentando-lhe dois alpendres. No município encontra-se um dos dois registros da presença indígena que nos foram referidos no médio Jequitinhonha. Trata-se da chamada Toca dos Índios, localizada a 14 quilômetros da cidade, na qual foram encontradas inscrições rupestres.

Em frente a Itinga, o Jequitinhonha, depois de receber a contribuição do grande tributário Araçuaí, forma uma bela paisagem natural. O rio se alarga e se espraia, atingindo, na estação seca, 190 metros de largura. Durante a nossa visita, uma balsa e algumas canoas faziam a travessia entre as duas margens. Segundo depoimentos dos canoeiros colhidos à época, as águas nunca tinham alcançado níveis tão baixos. Em todo o trecho, não se encontram profundidades maiores do que dois metros.

Na cidade, visitamos a oficina de artesanato de Ulisses Mendes, que produz estatuetas em argila de grande valor artístico e forte simbologia cultural. O artista mescla elementos da tradição católica com a cultura sertaneja, produzindo peças como o Cristo Lavrador, um sertanejo crucificado, lavadeiras, canoeiros, cantadores e retirantes. Segundo Ulisses, as suas obras de arte são inspiradas em familiares, amigos, vizinhos e moradores das redondezas. A figura do sertanejo crucificado, pela expressividade artística e pela carga de denúncia social, é especialmente impressionante.

A extinção de antigos ofícios e ocupações tem levado, no Vale do Jequitinhonha, à criação de novas atividades econômicas. Práticas tradicionais, como o artesanato, tornam-se alternativas

viáveis de subsistência para a população. A criação de canais de circulação comercial entre as cidades do vale e os grandes centros urbanos do país e, em alguns casos, do exterior tem possibilitado que produtos tradicionais deixem a região e atinjam mercados externos.

Em Pasmado, no município de Itaobim, há produção de peças em argila, entre elas, potes, jarros, panelas, pratos e objetos decorativos. Na passagem da Expedição Jequitinhonha pela localidade, em 2003, dez oleiras confeccionavam 30 peças por dia, que eram vendidas por camelôs na beira da rodovia BR-367. É de se registrar, no entanto, que as artesãs trabalhavam em instalações precárias, produzindo peças relativamente simples, de baixo valor agregado.

Exemplares dos trabalhos artesanais mais elaborados da região estão reunidos em Minas Novas, no Sobradão. Tais obras foram confeccionadas por artistas de diversas cidades do Vale do Jequitinhonha, como Ana Baú, Maria Pires, Noemiza Batista Santos, Ulisses Pereira e o próprio Ulisses Mendes. Há estatuetas de grupos de pessoas em diferentes situações, como nas festas, no trabalho, em casa; réplicas de monumentos históricos, como igrejas, casas e o próprio Sobradão; tambores e outros instrumentos musicais. Segundo Lindocélio Vieira, já referido, a maioria dos artesãos cujos trabalhos estavam expostos no Sobradão não se encontrava mais em atividade, constituindo o acervo uma memória da produção cultural do Vale do Jequitinhonha.

Também a tradicional cultura musical e poética do vale tem sido divulgada fora da região, por músicos como Paulinho Pedra Azul, Pereira da Viola, Rubinho do Vale, Saulo Laranjeira e o Coral Trovadores do Vale. Em Almenara, foi criado o Coral das Lavadeiras, um dos mais representativos exemplos de preservação da cultura popular pela via da sua incorporação ao circuito nacional e internacional. Nove mulheres, que têm por hábito cantar enquanto trabalham numa lavanderia comunitária instalada na cidade, se organizaram e formaram um coral. Com isso, canções populares que eram transmitidas por gerações e entoadas espontaneamente passaram a ser gravadas e apresentadas publicamente.

As primeiras apresentações do coral foram em Almenara e Jequitinhonha; posteriormente foram organizados eventos em Diamantina, São Paulo e até mesmo em Portugal. Dois CDs foram gravados; o segundo com a participação do músico Carlos Farias, que se juntou ao grupo. Segundo Juraci Lima da Silva, integrante do coral, o maior estímulo para a atividade musical foi a mudança do local em que trabalhavam. Originalmente a lavagem de roupas era feita nas pedras do Rio São Francisco, afluente local do Jequitinhonha, em condições precárias. As lavadeiras ficavam expostas



O CANTO DAS LAVADEIRAS FOI LEVADO ALÉM DAS FRONTEIRAS DO BRASIL

ao sol, à chuva, à areia quente das margens e às ameaças dos bovinos que pastavam no local. Com a mudança para a lavanderia comunitária - uma construção fechada e equipada com tanques e água canalizada -, a atividade tornou-se mais tranquila e possibilitou que as mulheres passassem a entoar as antigas canções que tinham aprendido com as suas mães.

Um dos artigos tradicionais do médio Jequitinhonha que conheceu, nas últimas décadas, forte incremento na produção é a cachaça. O maior pólo produtor do vale é a cidade de Salinas, onde existem dezenas de alambiques e pontos-de-venda. A fama da cachaça do município iniciou-se com a fabricação da Havana pelo produtor Anísio Santiago, que conseguiu, nas décadas de 70 e 80 do século XX, tornar a marca famosa. A bebida é produzida artesanalmente em alambiques de cobre e envelhecida em tonéis de bálsamo, umburana e ipê-amarelo. A baixa acidez e a salinidade do solo possibilitaram o cultivo de cana-de-açúcar de alta qualidade - a principal razão da grande demanda pelas cachaças produzidas no município.

Se a fama da cachaça salinense é relativamente recente, o cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar são práticas antigas, muitas vezes desenvolvidas com métodos tradicionais que pouco mudaram desde a sua implantação. Na Fazenda Bebedouro, situada na localidade de mesmo nome e visitada pela Expedição em 2003, a cana era moída num engenho de tração animal, puxado por dois bois. A garapa resultante era colocada num tacho de cobre e fervida por horas no fogão a lenha, sendo constantemente mexida e coada com uma grande escumadeira, para a retirada de impurezas. Depois de fervido, o líquido era colocado em formas de madeira e esfriado. Assim eram produzidas as rapaduras e os chamados tijolos - compotas de garapa e mamão -, que necessitam da adição de massas de polpa da fruta ao caldo fervente. A produção era então de 50 a 60 barras por semana, com o que a família do produtor, que residia numa casa centenária de pau-

pique ao lado da moenda, retirava o seu sustento.

O povoamento da região originou-se das expressivas reservas de sal-gema encontradas nas margens do Rio Salinas, afluente pela margem esquerda do Jequitinhonha. Formou-se na beira do rio, assim, o povoado de Santo Antônio de Salinas, que originou a cidade. Não obtivemos referências históricas precisas do movimento de ocupação da região, mas sabe-se que lá esteve o explorador paulista Antônio Luís dos Passos, nas primeiras décadas do século XVIII. A elevação do arraial a freguesia é de 1855; parece ter sido efetivamente em meados do século XIX que o povoado se firmou, pois não figura nos documentos e mapas setecentistas nem nas memórias históricas do início do Oitocentos.

Todas as edificações de interesse histórico que nos foram mostradas na cidade datam do século XX, a maioria da sua primeira metade. Havia imóveis conservados, que mantinham as características arquitetônicas originais, mas em alguns casos, como no da Igreja Matriz de Santo Antônio, reformas alteraram significativamente o estilo da construção. Duas urnas funerárias indígenas foram encontradas na cidade e, segundo Isínio Brito Júnior, presidente do Centro Cultural João Costa e secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Salinas à época da visita da equipe de pesquisa, tais peças foram identificadas cientificamente como de origem tupi e datadas de 1.300 anos. As urnas encontravam-se abrigadas no Centro Cultural.

Como as demais cidades do trecho médio, Pedra Azul formou-se no século XIX. A origem da povoação está ligada ao estabelecimento no local, em 1833, de uma fazenda, de propriedade do padre Manoel Fernandes da Costa. O padre mudara-se para a região atraído pela clareira aberta por uma grande queimada, que tornou aquele ano conhecido como o "Ano da Fumaça". Nas proximidades da sede da fazenda, foi construída uma capela, em torno da qual se formou o povoado. Nas décadas seguintes a localidade cresceria, segundo Santiago e Sousa, por estar situada

na via que, funcionando como alternativa à tradicional estrada do São Francisco, levava bovinos dos criatórios do sertão mineiro ao Recôncavo Baiano. O seu primeiro nome – Nossa Senhora da Conceição da Boca da Caatinga, ou simplesmente Boca da Caatinga – aludia ao fato de encontrar-se o lugarejo entre os últimos sinais de mata atlântica e o início da zona da caatinga.<sup>71</sup>

As edificações antigas da cidade, a maioria delas erguida na primeira metade do século XX, distribuem-se em torno das três praças centrais, entre as quais se destaca o Santuário Nossa Senhora da Conceição. O casario antigo, de características arquitetônicas apreciáveis, encontrava-se preservado durante a nossa passagem pela cidade e formava um conjunto harmônico com a paisagem natural. As obras de restauração das edificações antigas têm preservado o seu padrão construtivo e os detalhes arquitetônicos originais. Tivemos vagas referências da existência de inscrições rupestres na região, bem como de um cemitério indígena.

A cidade é circundada por três grandes pedras, conhecidas como Rocinha, Pedra da Conceição e Forno de Bolo. Essas formações rochosas são tombadas como patrimônio natural pelo município de Pedra Azul.

O itinerário entre Jequitinhonha e Pedra Azul corta uma das poucas áreas remanescentes da mata que se espalhava pela região antes da colonização. Trata-se da Reserva Biológica da Mata Escura, unidade de conservação criada pela União em 2003, em terras dos municípios de Jequitinhonha e Almenara. Entre as espécies vegetais preservadas, encontram-se o vinhático, o cedro, a peroba, o jequitibá, o pau d'arco, bromélias e orquídeas. A fauna inclui o macaco mono, a paca, o tatu, o catitu, o jacu, o macuco, a capoeira e o gavião. A mata é cortada por diversos cursos d'água, entre os quais se destacam os córregos Reboleiro, São Bento e Lavarinto (ou Labirinto), cujas nascentes estão situadas na área da unidade.

A reserva da Mata Escura localiza-se na Serra das Quatro Patacas, apresentando pontos de altitudes significativas, algumas delas de mais de 1000 metros. A altitude descortina paisagens de grande beleza, podendo-se ver do alto da serra o Rio Jequitinhonha correndo mansa e sinuosamente, tendo na sua margem direita a cidade de Jequitinhonha. Ao fundo, encontra-se uma chapada. Na chegada à cidade por este trajeto, cruza-se o rio no sopé da serra, o que pode ser feito na balsa disponível no local.

Hoje a navegação do médio Jequitinhonha resume-se a balsas, cuja atividade é limitada à travessia, de uma margem a outra, de veículos automotores, cavaleiros, bicicletas e pessoas a pé, e a pequenos barcos e canoas, voltados exclusivamente para a pesca. A opção pelo transporte rodoviário no Brasil foi determinante para o fim da navegação fluvial com objetivo comercial, atividade intensa nos séculos XVIII, XIX e em parte do XX. Mas não há dúvida que a redução do volume de água dos rios, provocada pela degradação ambiental, foi também uma das causas da extinção do tráfego mercantil pelas antigas hidrovias.

No médio Jequitinhonha, a poluição de afluentes, como o Rio Salinas, que recebe todo o esgoto da cidade homônima, contribuiu fortemente para esse estado de degradação. O corte das matas ciliares, que cederam lugar a pastagens, lavouras e eucaliptais, provocou situações como a do Rio Piauí, tributário pela margem direita, reduzido a uma lâmina de água no período seco do ano.

Mas o fim da navegação comercial no médio Jequitinhonha não é tão remoto quanto possa parecer. Há relatos locais de pessoas, como do artesão Ulisses Mendes, de Itinga, que participaram das chamadas *bandeiradas de canoa*. A atividade consistia no comércio de produtos carregados nos centros de abastecimento locais e vendidos nos sucessivos portos existentes ao longo do rio. Desse modo, eram comercializadas cargas de rapadura, feijão, arroz, sal, cachaça e outros artigos.

As canoas que faziam o transporte mediam entre 12 e 15 metros de comprimento por 60 a 80 centímetros de largura, construídas a partir de um único tronco. Cada embarcação, segundo Ulisses Mendes, podia carregar até duas toneladas.

Dois pilotos manejavam os remos e dois proeiros se encarregavam dos varejões que, apoiados no leito do rio, ajudavam na propulsão. As varas eram utilizadas também para ultrapassar, contra a corrente, pequenas cachoeiras. Com movimentos rápidos, o proeiro introduzia a vara num dos buracos formados pelas pedras da cachoeira, fixando-a momentaneamente e apoiando-se nela para empurrar a canoa rio acima, vencendo assim o trecho encachoeirado. As varas tinham uma ponta de aço, que ajudava, durante o movimento feito pelo proeiro, a prendê-la nos buracos ou no próprio leito do rio, melhorando o seu desempenho. O proeiro apoiava o varejão no próprio peito, o que provocava, com o atrito constante, o aparecimento de uma calosidade, da qual os homens se orgulhavam.

Essas bandeiradas de canoa eram constantes no médio e baixo Jequitinhonha. Empresários locais adquiriam frotas de canoas para alugá-las aos canoeiros, ou os próprios eram contratados pelos proprietários para conduzir as embarcações. Como no século XIX, o transporte fluvial era complementado com as tropas de muares, que levavam a carga por terra nos trechos intranponíveis do rio.

A maior cachoeira do rio era a do Salto Grande. Lá, tanto a carga quanto as próprias canoas tinham de ser retiradas do rio e levadas por terra, pois as águas caíam de uma altura que, no início do século XIX, fora avaliada em 200 palmos, ou 44 metros. Segundo Borges de Barros, o estrondo do Salto Grande podia ser ouvido a grande distância e a espuma produzida pela queda da água chegava a esfumar completamente o horizonte.<sup>72</sup>

A carga retirada das canoas para a transposição do Salto Grande era levada em lombos de burro dos portos que estavam acima da cachoeira para o Porto do Meio. Ali, era embarcada novamente para seguir viagem. Dessa rotina de descarregamento e recarregamento das embarcações, cresceu o povoado nascido em torno do antigo quartel, dando origem à atual cidade de Salto da Divisa, limite oriental do médio Jequitinhonha.

Em 2002, apesar de forte reação popular, o Salto Grande, ou Tombo da Fumaça, foi submerso no alagamento do reservatório que deu origem à represa da Usina Hidrelétrica de Itapebi, construída pela Companhia Elétrica da Bahia (Coelba). Nos anos anteriores, a movimentação contrária ao empreendimento incluiu a edição, pelo estado de Minas Gerais, da Lei 13370, de 1999, que declara a cachoeira patrimônio paisagístico e turístico do estado e cria a área de proteção ambiental do Tombo da Fumaça. Não obstante as ações da população e do governo de Minas Gerais, a cachoeira foi submersa e a usina inaugurada em novembro de 2003.

Juntamente com Irapé, Itapebi constitui uma das grandes intervenções tecnológicas no Vale do Jequitinhonha. A represa, além de alagar uma área de interesse paisagístico e de referência cultural para as comunidades locais, provocou inevitáveis alterações no regime do rio.

No trecho médio do rio, eram abundantes, no passado, a curimatã, a traíra, o piau, o cascudo e o camarão de água doce. O pintado, o surubim, a tilápia e a carpa são espécies de outros ecossistemas que foram introduzidas na bacia do Jequitinhonha e ali se adaptaram. As duas barragens certamente trarão alterações significativas na reprodução e distribuição dessas espécies.

<sup>71</sup> SANTIAGO, LUÍS; SOUZA, Maria das Graças Cordeiro de. *Pedra Azul: cinco visões de uma cidade*. Pedra Azul: Prefeitura, Setor de Cultura; Jornal Boca das Caatingas, 1996.

<sup>72</sup> BARROS, F. Borges de. O Jequitinhonha. *Anais do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia*, Salvador, v. 6/7, p. 275 - 282, 1920.



O ARTESANATO É A PRINCIPAL ATIVIDADE DA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE PASMADO, EM ITAOBIM

De Almenara, onde a nossa terceira base fora montada nas dependências de uma escola infantil, seguimos para Belmonte, que seria o nosso último ponto de parada. O trajeto incluiu uma passagem pela Usina Hidrelétrica de Itapebi, já em território baiano, e por uma localidade ribeirinha cujo sugestivo nome é Barrolândia. O temporal que caía no dia da viagem deixara enlameada a estrada de terra entre Itapebi e Belmonte, mais ou menos paralela ao Jequitinhonha, alternativa viária que preferimos ao longo desvio, por rodovia asfaltada, via Eunápolis e Porto Seguro.

Belmonte, a nossa última base, localiza-se na foz do Jequitinhonha e forma, juntamente com outras cidades do litoral baiano e capixaba, o conjunto de núcleos urbanos dinamizados pela circulação fluvial mercantil entre Minas Gerais e a costa. Paraíso registra as rotas mercantis que, com a decadência da mineração, se estabeleceram entre as novas regiões agropecuárias do nordeste mineiro e os portos litorâneos da Bahia e do Espírito Santo: entre São João do Paraíso e Canavieiras, pelo Rio Pardo; entre Filadélfia (Teófilo Otoni) e Nova Viçosa, pelo Mucuri; entre Peçanha e Regência, pelo Rio Doce; e entre Minas Novas e Belmonte, pelo Rio Jequitinhonha.<sup>73</sup> A formação das regiões agropecuárias e a abertura dos eixos de circulação implicaram a expulsão das populações indígenas que habitavam os novos territórios econômicos, processo do qual a repulsão dos botocudos do médio Jequitinhonha, anteriormente descrita, é um dos capítulos mais dramáticos.

<sup>73</sup> PARAÍSO, op. cit., p. 415.

O primeiro núcleo de povoamento luso-brasileiro de Belmonte originou-se do aldeamento, no início do século XVIII, das populações botocudas que habitavam a zona pelo jesuíta José de Araújo Ferraz. Entre 1708 e 1712, o padre ergueu a Capela de Nossa Senhora da Madre de Deus no arraial então conhecido como São Pedro do Rio Grande. Em 1718, foi criada na povoação a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo. O povoado foi elevado a vila em 1764, passando a denominar-se Nossa Senhora do Carmo de Belo Monte, por hipótese uma homenagem à localidade portuguesa de Belmonte, já que a brasileira está situada numa vasta planície, destituída de elevações.

Em 1788, contava a vila com uma população de 966 pessoas.<sup>74</sup> O príncipe Maximiano de Wied Neuwied, que visitou o Brasil entre 1815 e 1817, retratou Belmonte como “[...]uma vila pequena, mesquinha, e em parte arruinada”. As 600 pessoas que habitariam o lugar quando da visita do naturalista moravam em choupanas de sapê e dedicavam-se, na sua grande maioria, à pesca. Neuwied registrou ainda a presença de “uma raça particular de índios cristãos e civilizados que chamam Meniens, e que a si próprios dão o nome de *Camacans*[...]”,<sup>75</sup> sem dúvida descendentes aculturados dos grupos indígenas que habitavam a região um século antes.

O rio que banha Belmonte foi por muito tempo conhecido como Rio Grande. Não se sabia ainda ser o rio o mesmo que cortava a comarca do Serro do Frio, nas Minas Gerais. Somente em 1804, segundo Saint-Hilaire, soube-se que o Grande e o Jequitinhonha eram um rio só.<sup>76</sup>

A dinamização de Belmonte parte do estabelecimento da rota mercantil para o nordeste mineiro, ao longo do Jequitinhonha, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. No final desse século, à pujança adquirida com a circulação mercan-

til somou-se a riqueza trazida pela lavoura do cacau. Belmonte foi parte do processo de expansão da cultura do cacau, iniciada em São Jorge dos Ilhéus, pelo litoral meridional da Bahia, movimento econômico no qual foram determinantes as condições do solo e do clima da costa sul.

A cidade participou, assim, do *boom* da atividade, que se deu entre 1890 e 1930, quando o cacau se tornou o principal produto baiano de exportação. O crescimento de Belmonte nesse período, como o dos demais centros urbanos da região cacauífera, em especial Ilhéus, foi desencadeado pela demanda de infra-estruturas urbanas para o cultivo e a exportação do produto. Além de se tornar uma das sedes urbanas de uma extensa região de plantação de cacau, a cidade passou também a ser um dos portos de exportação do produto. Passadas as primeiras décadas do século XX, no entanto, a atividade entrou em declínio, o que atingiu os centros cacauífeiros, entre eles, Belmonte.

As marcas da pujança do cacau são ainda visíveis na cidade. Muitos dos casarões, construídos no auge da produção para servir de moradias urbanas para os fazendeiros de cacau, encontravam-se preservados como residências e estabelecimentos comerciais, durante a nossa visita à cidade. Nas ruas e praças antigas, podiam ser admiradas essas edificações, a maioria delas erguida entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, em estilo que varia do colonial ao neogótico, apresentando, em alguns casos, traços mouros.

Um desses casarões, localizado na Rua Dom Pedro II, foi visitado pela equipe. A edificação, em três níveis, erguida em 1900, em adobe com estrutura de madeira, serviu como residência de um dos diretores suíços de uma companhia de comércio de cacau. Já modificada por sucessivas reformas, pertencia a descendentes desse proprietário. Entre as expressivas peças de mobiliário existentes no interior do casarão, encontrava-se uma antiga arca de madeira, revestida com fibra natural, trazida da Suíça. Pertences pessoais eram acondicionados em baús como esse, transportados nos porões dos navios que traziam imigrantes da Europa para o Brasil. Segundo Sócrates Resende, técnico responsável pelo projeto de restauração do antigo casarão, a arca teria sido utilizada também em viagens pelo baixo Jequitinhonha. A edificação inclui uma capela, com imagem de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade.

Um outro casarão de destaque, situado na esquina das Avenidas Rio Mar e Dom Pedro II, abrigou a prefeitura da cidade e encontrava-se em reforma. A edificação, construída em adobe com estrutura de madeira, foi bastante danificada, com a retirada do antigo piso em jacarandá e das grossas vigas de madeira que sustentavam o prédio.

Na Avenida Dom Pedro II, encontrava-se, por sua vez, o prédio da filarmônica Lira Popular, construído em 1923. Segundo Eduardo Athayde, professor, historiador e diretor da biblioteca pública de Belmonte à época da passagem da expedição, a forte cultura musical da cidade foi incrementada pela disputa entre essa filarmônica, que tem mais de oitenta anos, e a filarmônica 15 de Setembro, já centenária. Em entrevista para a equipe, Eduardo destacou ainda, como manifestação cultural local, a festa do Boi Duro, que ocorre em janeiro, bastante semelhante à do Boi Bumbá.

74. MEMÓRIAS..., op. cit.

75. NEUWIED apud Saint-Hilaire, op. cit., p. 260.

76. *ibid.*, p. 249. “Rio Belmonte” era outro nome dado ao Jequitinhonha na faixa litorânea.

Na área urbana da cidade, está instalado o Farol de Belmonte, constituído por uma torre de ferro de 35 metros de altura e um aparelho luminoso com alcance de 18 milhas náuticas, ou 33 quilômetros. Essa estrutura de sinalização marítima foi inaugurada em 1901 e transferida, em 1907, para o local que hoje ocupa. Substituiu a antiga torre e farol, instalados na cidade desde 1885.<sup>77</sup>

Na avenida fronteira ao cais, destacam-se várias edificações antigas, todas elas em precário estado de conservação, nas quais funcionaram armazéns de comércio de cacau e outras mercadorias, como gêneros alimentícios, tecidos e material de construção. De muitos desses entrepostos saía o cacau exportado para a Europa. A decadência da cacauicultura levou ao fechamento desses estabelecimentos, restando somente um ainda em atividade, quando da visita da equipe de pesquisa.

Um antigo hotel, com três andares, construído em 1897, que estava abandonado e em ruínas em 2003, servia para o lazer dos coronéis do cacau, que ali dispunham de sala de jogos, restaurante, bar, barbearia e outras comodidades. Segundo informações locais, o hotel funcionou até a década de 80 do século XX. Também na avenida do cais, está instalado um antigo chafariz de ferro, fabricado em Glasgow, na Escócia, removido da Praça São João. Em que pese a importância do patrimônio edificado da cidade, nenhum dos bens imóveis de Belmonte é tombado pelo poder público.

As edificações do cais são uma reminiscência da intensa circulação mercantil que existiu no baixo Jequitinhonha. Os caucavais, que haviam subido o vale do rio, tinham nele a via de escoamento da produção para o litoral. Sacas de cacau eram embarcadas nas fazendas e desciam o rio com destino ao Porto de Belmonte.<sup>78</sup> No sentido contrário, subiam as canoas com cargas de mercadorias que chegavam pelo litoral. O Salto Grande era então transposto de baixo para cima, vencendo-se a corrente pelos métodos já referidos. As canoas eram conhecidas como “bois”, uma alusão a formato arredondado e volumoso que lhes davam as lonas colocadas como proteção das mercadorias.

Sinais dessa circulação ainda podem ser notados em Belmonte. Canoas feitas de um tronco só, de até 20 metros de comprimento, continuam a fazer o transporte de passageiros e mercadorias, entre elas o cacau, pelo rio. Segundo informações locais, essas embarcações, conhecidas como batelões, chegavam a carregar 70 sacas de cacau, com um peso total de 4.200 quilos. Batelões maiores, como o Minas Gerais, hoje desativado, chegaram a transportar 120 sacas de cacau, que pesavam 7.200 quilos.

Os passageiros transportados atualmente nos batelões são moradores ribeirinhos que descem a Belmonte para comprar gêneros alimentícios na feira e trabalhadores empregados nas fazendas. Os batelões continuam, assim, a fazer a conexão entre Belmonte e as povoações ribeirinhas, chegando até Itapebi. No trajeto, passam por Boca do Córrego e Barrolândia, povoados pertencentes ao município de Belmonte.

O processo de fabricação das canoas continua a ser o cavamento de um tronco único com facão, para produzir o vão que abrigará pessoas e mercadorias. Chapas de cobre e piche são utilizados para impermeabilizar o material. Mas, gradualmente, as antigas canoas vão sendo substituídas por embarcações motorizadas, como os “popopôs”, denominação popular alusiva ao barulho produzido pelo motor, movido a óleo diesel. Embarcações menores, de madeira, são conhecidas localmente como “cutias”.

A redução da profundidade do rio torna os bancos de areia um obstáculo à navegação – em alguns trechos mesmo as embarcações de calado mínimo, como as canoas, não conseguem pas-

sar, obrigando os passageiros a desembarcarem e empurrarem o veículo. Embarcações motorizadas podem ter o motor danificado pelo atrito com esses bancos de areia.

O desmatamento da região é a grande causa do assoreamento e da redução do volume de água do Jequitinhonha e dos seus afluentes locais. O abate da mata nativa, iniciado já na primeira fase da ocupação colonial da costa, intensificou-se com as economias do açúcar e do cacau. Paulo Ormino de Azevedo assim explica o processo:

A costa baiana, como de resto a maior parte do litoral brasileiro, era recoberta, originalmente, por uma faixa de Mata Perenifolia Higrófila Costeira com largura média de 200 km. Esta era a chamada Zona da Mata Costeira, ou Mata Atlântica, da qual restam poucos testemunhos. Sua destruição, iniciada com o ciclo do pau-brasil, foi intensificada durante toda a Colônia com o desmatamento, para dar lugar a culturas como a da cana-de-açúcar, fumo e mandioca, e para suprir de madeiras e lenha os engenhos e vilas. No século atual, a expansão da cacauicultura e a introdução de novas culturas e da pecuária, aliadas à abertura de estradas litorâneas, que deu novo alento à indústria madeireira, acabaram, praticamente, com as últimas reservas de mata que ainda restavam.<sup>79</sup>

Os efeitos do assoreamento são antigos e obrigaram, já no início do século XIX, o governo da Bahia a alargar o Rio da Salsa, braço natural de ligação entre o Jequitinhonha e o Pardo, para permitir a chegada das canoas carregadas ao oceano.<sup>80</sup> O Rio da Salsa permitia a circulação de embarcações de pequeno porte entre Canavieiras, na foz do Rio Pardo, e o Rio Jequitinhonha, o qual atingiam acima do trecho encachoeirado do Salto Grande. Uma opção mais restrita de contato entre os dois eixos fluviais, ainda hoje utilizada, é o pequeno Rio Passuí.

Como notou com perspicácia Saint-Hilaire, o Jequitinhonha pode, em razão da existência das ligações com o Rio Pardo, ser considerado como tendo pelo menos três embocaduras. A barra principal está a quatro quilômetros abaixo de Belmonte e pode ser atingida facilmente por meio das pequenas embarcações disponíveis no cais da cidade. A região da foz apresenta as características típicas da costa baiana.

A vegetação litorânea, que inclui os manguezais e as restingas, distribui-se pelos solos de vasa e pelas áreas sob a influência do oceano, que englobam braços de mar, lagunas e cursos baixos de rios, até onde se faz presente a salinidade.<sup>81</sup> Os mangues propiciam o crescimento dos peixes que povoam o baixo Jequitinhonha e alimentam as populações ribeirinhas: o robalo, o acari ou cascudo, o canguá, a carapeba, o bicudo e a tainha. São ainda muito comuns na região da foz os guaiamuns, caranguejos de carapaça azul que habitam os locais de barro frio, próximos à beira-mar, no interior de baías ou enseadas, onde cavam buracos de até quatro metros de profundidade. No Rio Passuí, são encontrados os maiores espécimes. É comum também a criação de guaiamuns em cativeiro. O crustáceo é bastante consumido

77. Ofício RT/EN/40/T. 23.5. 1995 do Capitão de - Mar - e Guerra e Vice-Diretor do Ministério da Marinha, Serviço e Documentação

78. Processo semelhante ocorreu nos Rios Pardo, Mucuri e de Contas, também eles ocupados nos trechos próximos ao litoral por fazendas de cacau. AZEVEDO, Paulo Ormino de. Monumentos e sítios do litoral sul. In: BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. [Salvador, 200 -].

79. *ibid.*

80. SPIX, op. cit., p. 56-58.

81. AZEVEDO, op. cit.



O CASARIO DE BELMONTE LEMBRA A ÉPOCA DE PUJANÇA ECONÔMICA

em Belmonte, tendo a prefeitura erguido uma estátua de um gigantesco guaiamum nas proximidades da praia. É também exportado para outras regiões.

Em Belmonte tivemos, mais uma vez, notícia da grande enchente de 1979. O evento, que provocou a trasladação das cidades de Araçuaí e Jequitinhonha, trouxe para a foz do Jequitinhonha um volume de água que o morador Eduardo Athayde qualificou como “de assombrar”. Não obstante os danos provocados, Eduardo relativizou os efeitos negativos causados pela enchente, lembrando que ela também trazia vida ao rio.

Assentada numa planície às margens do trecho mais baixo do Jequitinhonha, Belmonte conheceu, na verdade, sucessivas enchentes ameaçadoras. A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, erguida na beira de uma das curvas do leito original do rio, teve paredes derrubadas e a estrutura ameaçada por uma dessas cheias, também ocorrida na década de 70 do século XX. Eduardo, que testemunhou o evento, relatou o mutirão organizado para salvar o templo, que incluiu uma obra de sustentação do prédio, realizada às pressas pela população. Para os moradores da cidade, as águas chegavam de Minas Gerais como que concentradas, para se despejarem num volume espantoso sobre a foz do rio.

A chegada à foz tem o significado, para uma equipe que passara 22 dias viajando pelo vale, tanto de uma conquista quanto de uma condensação de tudo o que fora visto nesse período. Da mesma forma que as águas das enchentes, que os

moradores viam assombrados chegar a Belmonte vindas das Minas Gerais, para a faixa litorânea foram carreados, a partir dos trechos médio e alto do vale, muitos dos elementos históricos que contribuíram para a sua expansão econômica.

Como no delta de outro grande rio brasileiro, o São Francisco, na barra do Jequitinhonha reaparece, ainda que como um eco tímido do que foi no passado, a circulação fluvial. No século XIX, com o declínio da mineração, essa circulação foi intensa, fazendo do comércio de produtos agrícolas e pecuários o fator determinante do estreito contato entre as três grandes regiões do vale. A ocupação luso-brasileira do indevassado trecho médio possibilitou que se encontrassem, do ponto de vista das rotas mercantis, o antigo território minerador, centrado no Tijuco, na Vila do Príncipe e em Minas Novas, e a faixa litorânea. Surpreendentemente, foram, portanto, o declínio da mineração e a ascensão da agricultura, da pecuária e do comércio os fatores que consolidaram a unidade do rio.

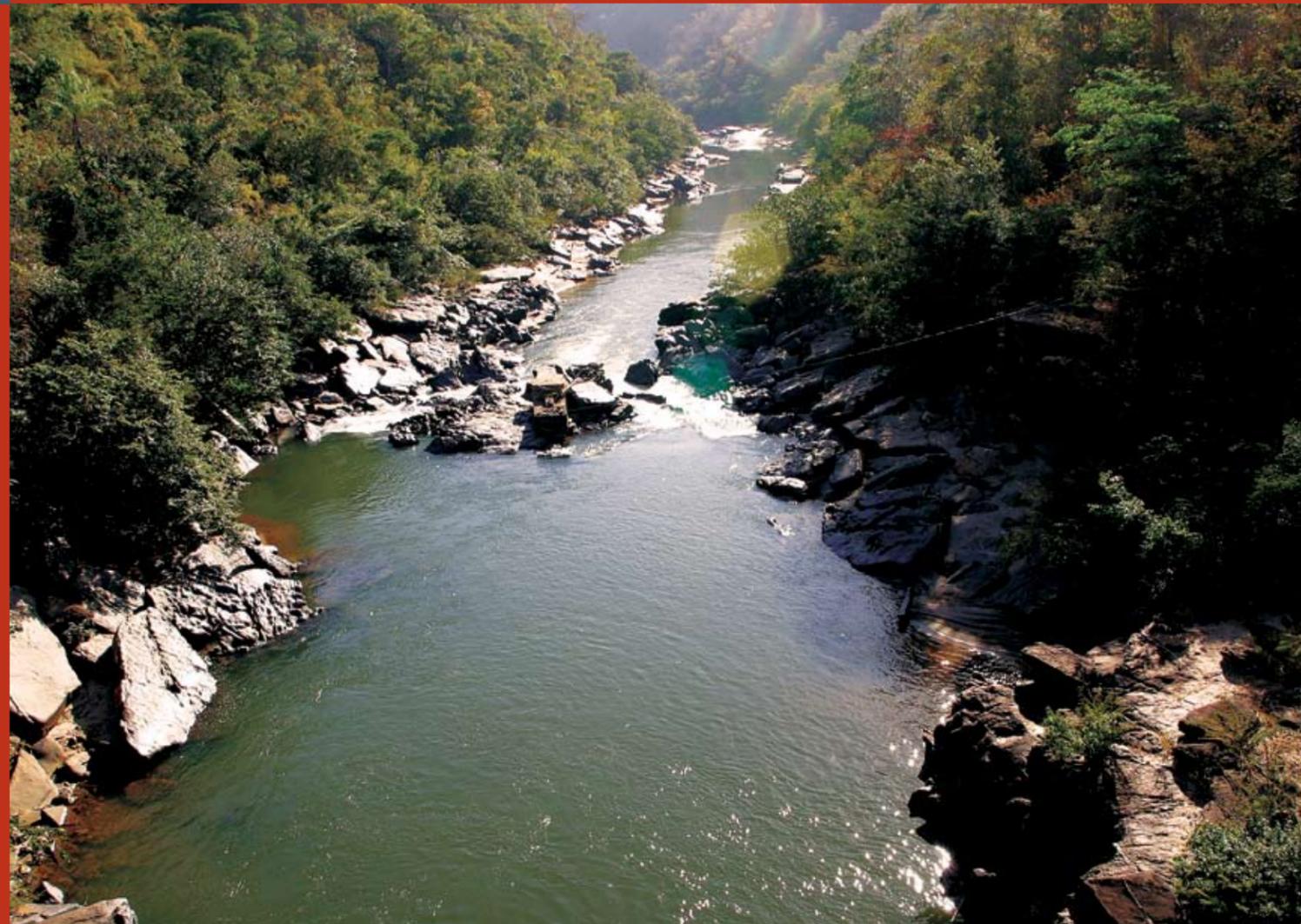
No presente, os sinais desse movimento histórico são visíveis nas paisagens urbanas e rurais do vale. O passado retorna, a cada passo, na arquitetura das cidades, nas técnicas tradicionais de cultivo, na persistência do garimpo de grande e pequena escala, na força econômica da criação de gado e, principalmente, no substrato cultural das populações. Muito do que se construiu no Jequitinhonha permanece vivo na sua paisagem contemporânea, revelando a dinâmica de transformação e de permanência que marcou a trajetória histórica das regiões banhadas pelo rio e pelos seus afluentes.

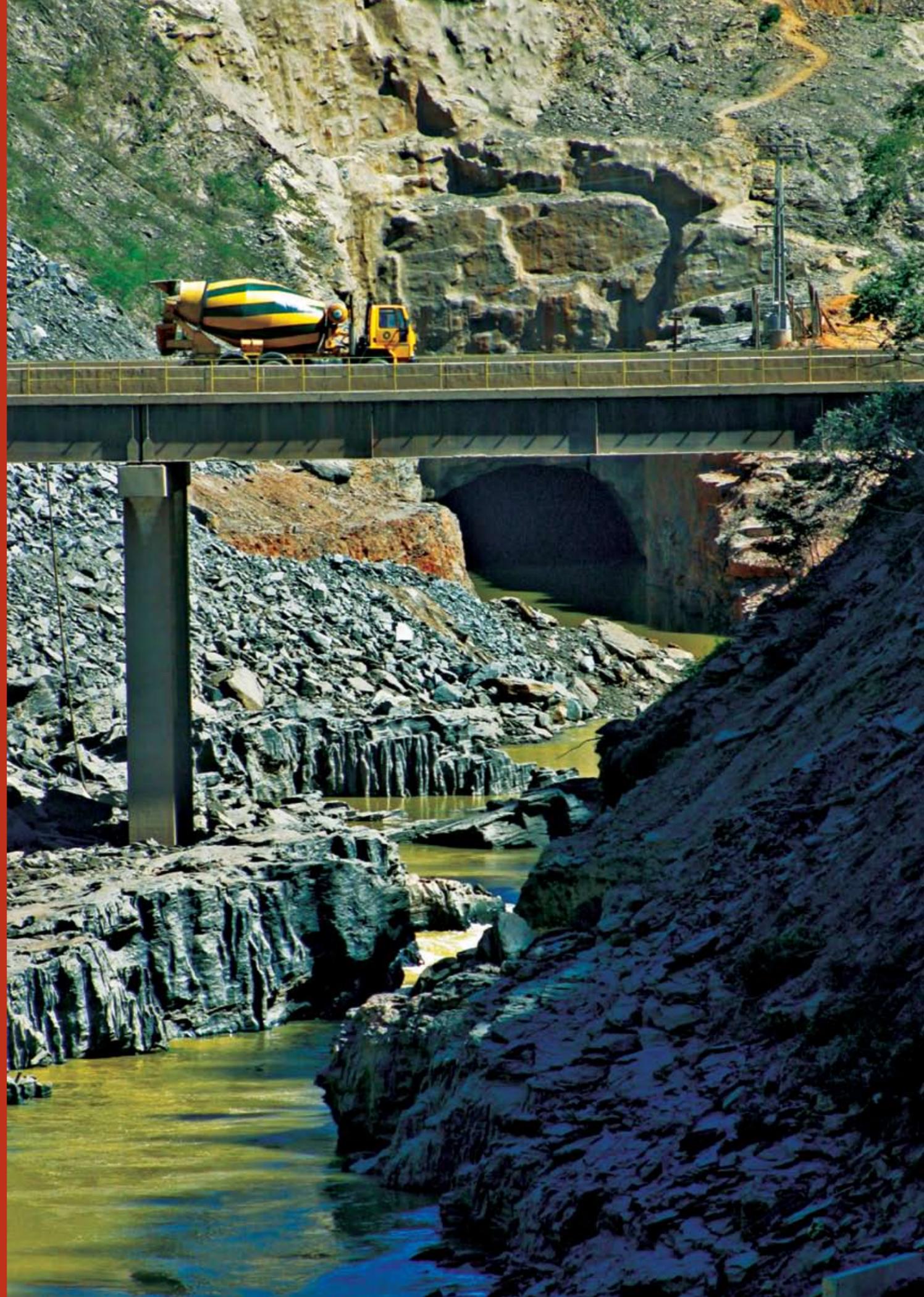
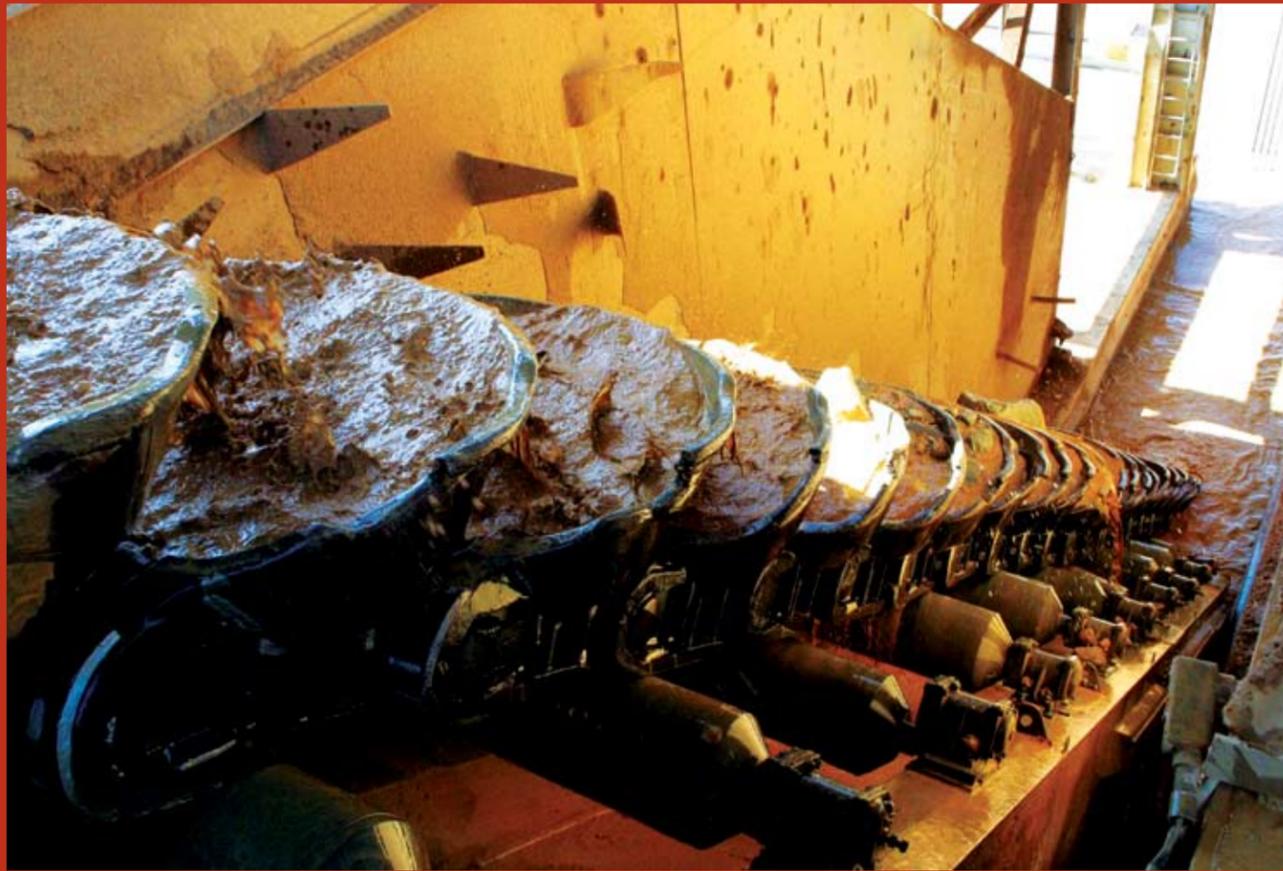


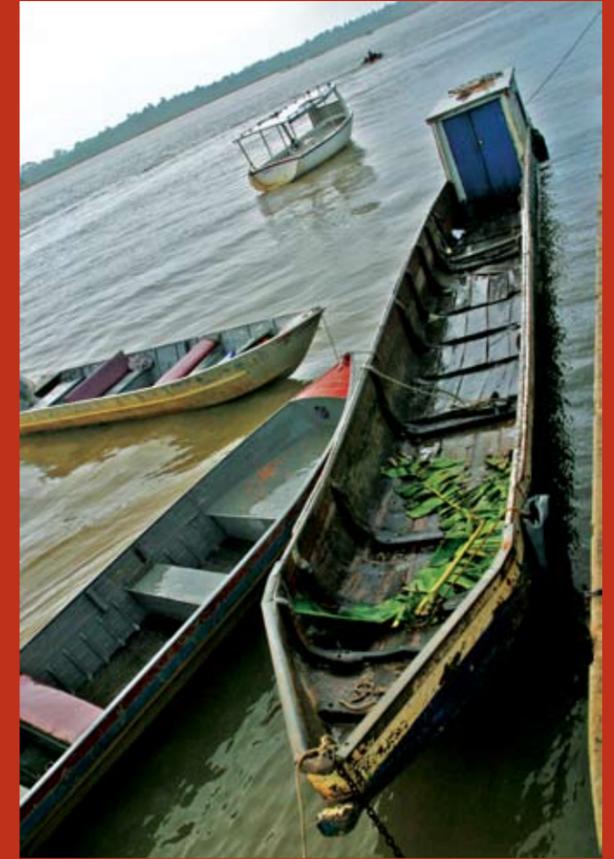
EM 1804, DESCOBRIU-SE SER O JEQUITINHONHA O RIO QUE BANHAVA BELMONTE

## FOTOGRAFIAS











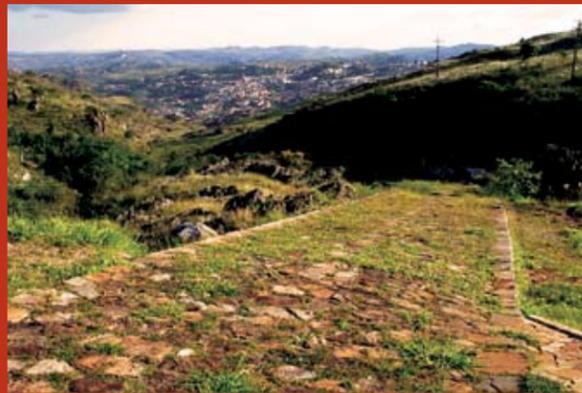
EM CADA TRECHO DO VALE,



IGREJA DE SANTA RITA, SERRO



CASARIO DO SERRO



CAMINHO DOS ESCRAVOS, DIAMANTINA FOTO: ACERVO TERRAZUL



IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO, SERRO



PASSADIÇO DO CONJUNTO DA GLÓRIA, EM DIAMANTINA FOTO: BUENO DO PRADO/TERRAZUL



MERCADO MUNICIPAL, DIAMANTINA FOTO: BUENO DO PRADO/TERRAZUL



LOCALIDADE DE BIRIBIRI, DIAMANTINA FOTO: ACERVO TERRAZUL



PONTE DO VAU, SOBRE O JEQUITINHONHA FOTO: ACERVO TERRAZUL



IG. DE BOM JESUS DO MATOZINHOS, COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS



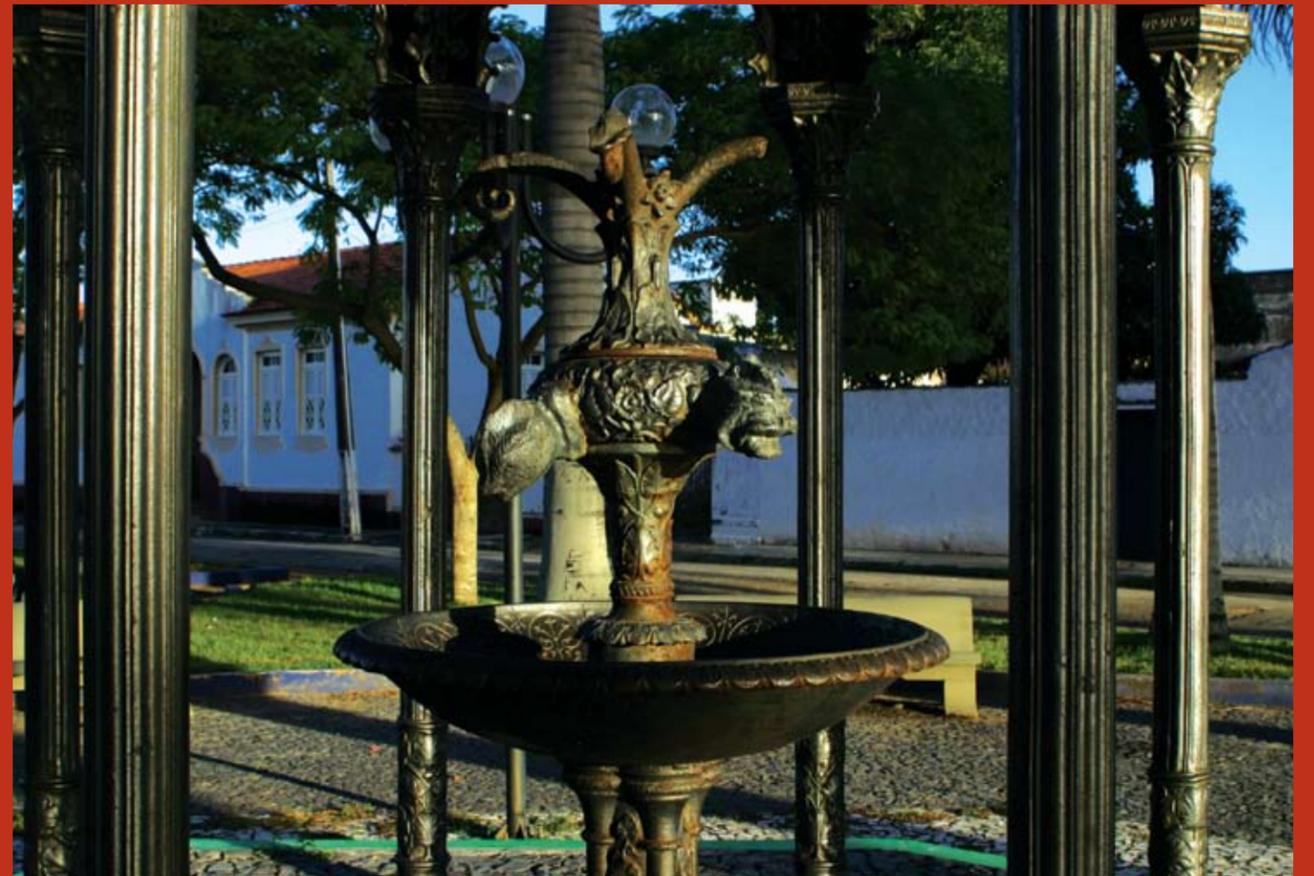
O CASARIO DE PEDRA AZUL



SÃO BENEDITO NA IGREJA DE N. S. DO ROSÁRIO, EM MINAS NOVAS



O SOBRADÃO, EM MINAS NOVAS



CHAFARIZ, EM BELMONTE



NA CULTURA,

















DIÁRIO DE BORDO

# EXPEDIÇÃO DEIXA NASCENTE DO JEQUITINHONHA JÁ CARREGADA DE HISTÓRIAS

26 DE JUNHO DE 2003



NASCENTE DO JEQUITINHONHA, NO SERRO/MG

Juntando os calcanhars e abrindo os pés, é possível represar as águas do Rio Jequitinhonha, que têm apenas quatro dedos de profundidade, tão logo ele nasce, no município do Serro, na Serra do Espinhaço, Minas Gerais. E foi depois de visitar esse ponto gerador de todo o processo do vale nascente que partiu ontem a equipe da Expedição Jequitinhonha, que vai percorrer toda a calha do rio até Belmonte, no litoral baiano. O trabalho tem previsão de 21 dias e pretende criar um banco de dados sobre todas as riquezas arquitetônicas, históricas, culturais, naturais e arqueológicas.

Na nascente do rio, as águas são cristalinas, geladas, e os pequenos filetes de água ganham força e sussurram por entre as pedras que formam o seu modesto leito. É possível, em alguns pontos, molhar os joelhos e até nadar, como fazia, quando criança, Maria Aparecida Xavier da Cruz, de 28 anos. Até hoje, ela mantém o seu cordão umbilical preso ao rio e à sua história, pelo menos à do nascimento do "Jequi." Hoje, Aparecida revive sua infância contando histórias para os cinco filhos. Para ela, a nascente do Rio Jequitinhonha é tão importante que serve de referência até para o seu endereço. Graças à nascente, ela recebe em casa, sem extravio, as encomendas que chegam da cidade e também correspondências. "Quando eu era menina, quase morri afogada num poço. Por isso, nunca quis aprender a nadar", lembra.

Aparecida chegou a se mudar da região, ficando dez anos fora, mas foi a única da família que não conseguiu cortar os seus laços de afetividade com o "Jequi." Há um ano e meio, ela voltou e agora

constrói a sua casa às margens da nascente, próxima à fazenda onde o marido é vaqueiro. "Já estou acostumada com esse movimento de gente visitando a nascente", conta. Para ela, a vida é sofrida. Trabalhando como cabeleireira em sítios vizinhos, costurando e cuidando de um casal de idosos, Aparecida reforça a renda da família, que não é muita, lamenta. "Não acredito nesse Fome Zero do governo. Tenho cinco filhos e nunca recebi o Bolsa-Escola nem o Bolsa-Gás. Já tem dois anos que fui cadastrada e nada", reclama.

Aparecida disse que nunca viu o Jequitinhonha sujo, também pudera, nasceu e foi criada onde o rio brota da terra, imune a qualquer poluição. Mas ela sabe que, "lá para baixo", quando o rio se encontra com outros e recebe esgoto das cidades, já não é possível enxergar o fundo, como sempre fez, podendo acompanhar o movimento ligeiro dos lambaris e dos girinos na água transparente.

"Esse rio está ficando cada vez mais famoso. Vou ter muitas histórias para contar para os meus filhos ainda. Pena que a água está baixando. Antigamente tinha mais água", constata Aparecida.

## CIDADE-NASCENTE

No Serro, a alguns quilômetros da nascente, o casario do século XVIII impressiona pela imponência, pela história e pelas lendas que se mantêm avivadas na memória de seu povo, passadas de geração para geração, ao longo de três séculos. A cidade-nascente do rio Jequitinhonha, como o Serro é conhecido, teve como ali-

cerce a extração de ouro e diamantes. Até hoje, é possível avaliar o poderio dos mais remediados daquela época nos beirais de suas casas, com eiras e beiras. A cidade do Serro teve origem a partir do Arraial das Lavras Novas, principal núcleo minerador de toda a região serrana. Depois, passou a se chamar Vila do Príncipe, em 1714. Em 1720, a Coroa Portuguesa criou a Comarca do Serro Frio para proteger e fiscalizar o seu produto valioso. O local foi elevado à condição de cidade em 1838, recebendo o nome de Serro. E foi o seu acervo urbano-paisagístico o primeiro a ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 8 de abril de 1938.

Entre as riquezas arquitetônicas do Serro, destaca-se o seu cartão-postal, a Igreja de Santa Rita, de 1745. Em estilo barroco, ela fica no topo de uma escadaria com 58 graus em calçamento pé-de-moleque e preserva no seu interior imagens de santos da época da construção, assim como a originalidade das paredes laterais, em madeira com pintura que se assemelha ao mármore. Além da vista panorâmica do centro histórico da cidade, da Igreja de Santa Rita é possível apreciar o Pico do Itambé, a 26 quilômetros dali, uma visão garantida graças aos seus 2.044 metros de altitude. Lá de cima, é possível enxergar nove cidades e distritos em seu entorno, embora não sendo pouca a distância. A Igreja de Santa Rita ficou sete anos fechada. Nos dois últimos, em reparos. Ela foi reaberta à visitação em março de 2002. As imagens de São Pedro, Nossa Senhora com o Menino Jesus, Santa Rita de Cássia, Santa Bárbara, Nossa Senhora do Rosário, São Gonçalo e Santa Quitéria preservam as características originais, todas da época da igreja.

Outro retrato da história da cidade é a Matriz Nossa Senhora da Conceição, edificada em 1713. Os seus entalhes em madeira e a pintura no teto impressionam pela beleza de uma época em que o

glamour era o espelho da riqueza e do bom gosto de seu povo. Sem muita ostentação, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a padroeira dos negros, não difere das demais, em se tratando da importância histórica, cultural e religiosa. Construída em 1759, ela não tem torre nem púlpito, mas até hoje mantém viva a tradição do passado quando vira palco de uma das festas mais populares do Serro, a Festa do Rosário, que acontece sempre na primeira semana de julho. Nessa celebração, que mistura religiosidade e folclore, destacam-se as cores das vestimentas e o canto dos Catopés, representando os negros; a musicalidade dos Marujos, simbolizando a marinha e a Esquadra Portuguesa na luta contra os Mouros; e os Caboclos, simbolizando os índios catequizados pelos padres jesuítas. Além das danças típicas do Congado do Serro, a Caixa de Assovios revive os gemidos dos negros no catifeiro e nas senzalas.

A edificação religiosa mais antiga do Serro é a Capela de São Miguel, datada do final do século XVII, com seus muros no entorno e a torre em pedra de cantaria. Isso porque a Igreja da Purificação foi consumida por um incêndio há mais de cem anos. Algumas poucas peças foram salvas e, segundo contam, levadas para Portugal e Inglaterra. Já na Igreja Nossa Senhora do Carmo, de 1768, encontram-se os restos mortais da família de Teófilo Ottoni, um dos políticos mais populares do Brasil, que ganhou fama por liderar a Revolução liberal de 1842. Abrindo as campas, que são os túmulos no piso em madeira, estão pequenas canastras com restos mortais de pessoas da irmandade, ali sepultadas. Cada campa é marcada com uma numeração romana, assim como a da família Ottoni. O pai de Teófilo Ottoni, por exemplo, Jorge Benedicto Ottoni, nasceu em 6 de fevereiro de 1782 e morreu em 2 de abril de 1851.

Um medalhão em madeira original da época da construção dessa igreja, que representa a entrega do escapulário, um pedaço de



O CASARIO DO SÉCULO XVIII PRESERVADO NO SERRO IMPRESSIONA PELA IMPONÊNCIA

pano com orações a São Simão de Stok, antes ficava na fachada da igreja. Hoje, o medalhão é mantido na parte interna para ser preservado da ação do tempo. Do lado de fora, uma réplica em resina e cera substituiu a original desde 1988.

A igreja, em estilo rococó, preserva as características arquitetônicas originais, mas está ameaçada pelas infiltrações, causando mofo e danificando o seu telhado. A igreja deve ser interditada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para restauração.

A rica história do Serro também é preservada no casarão onde hoje funciona a Pousada do Príncipe. Andar pelos corredores é entrar no túnel do tempo. Além de ser a casa onde nasceu o ministro do Supremo Tribunal Federal, Pedro Lessa (1859-1921), lá também se encontram móveis antigos, que são verdadeiras obras de arte, entalhados pelo bisavô do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Trata-se de João Alemão, como era conhecido Jan Nepomusky Kubitschek. Ele começou o ofício de marceneiro no Serro, em 1835, mudando-se para Diamantina em 1845. João Alemão teve três filhos: Carlos, João e Augusto Elias, esse último, pai de Dona Júlia e avô materno de JK. Assim como Pedro Lessa, no casarão também nasceu o mestre Valentim da Fonseca, um grande artista que chega a ser comparado ao Mestre Aleijadinho. E numa casa onde nasceram tantas celebridades, um detalhe que não foge aos olhares curiosos é o quarto escuro, sem janelas, cômodo indispensável na época para os labores do parto.

Na casa, cada móvel guarda uma história que, se juntando os capítulos, daria um livro. Magda Silva Clementino, moradora da cidade, mostra orgulhosa os móveis feitos pelo bisavô de JK, encomendados pelo bisavô dela, Doutor Antônio Tolentino, médico, outro personagem ilustre no passado do Serro. Ainda percorrendo o casarão antigo, uma grande bancada de queijo, de quase oito metros,

também aguça a atenção. Ela pertenceu a Maria do Ouro Fino, uma escrava que foi a tia de Padre Rolim. Muito bonita, ela trabalhava no garimpo e, no manuseio da bateia, sempre escondia pequenas pepitas de ouro no cabelo. Certa vez, no início do século XVIII, ela lavou os cabelos em uma bica e com o ouro acumulado comprou a sua liberdade, como também a dos negros por quem tinha afeição.

Também é imperdível no Serro a visita à chácara do Barão José Joaquim Ferreira Rabelo, construída na segunda metade do século XIX. No prédio, que foi comprado pelo Estado em 1976, funciona hoje uma escola. Os móveis originais, da época, estão espalhados pelos museus da cidade. Ao todo são 37 janelas na casa, um exagero, mas que representava o poderio econômico de quem ali viveu.

#### PATRIMÔNIO CULINÁRIO

E falar do Serro sem citar o seu queijo seria não apreciar uma outra fatia da sua história. O queijo do Serro tem três séculos de tradição, conquistando, inclusive, o título do primeiro patrimônio imaterial de Minas Gerais, concedido em agosto de 2002 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha). O presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais do Serro, Carlos Dumont, revela que o segredo do queijo da região é uma bactéria natural, associada aos fatores climáticos e ao tipo de pastagem. “O fermento usado é o próprio soro do queijo, que chamamos de pingão” disse Carlos. “O pingão dá uma fermentação positiva.”, acrescenta, ressaltando que a Universidade Federal de Viçosa conseguiu separar uma amostra desse fermento natural, na verdade a bactéria, o que é repassado a outros produtores para dar início à produção da preciosa massa. O queijo do Serro é fabricado em dez municípios da região, por cerca de 800 produtores. (Pedro Ferreira)



A Pousada do Príncipe guarda móveis talhados em madeira pelo bisavô de JK, o João Alemão

## SECA E GARIMPO MARCAM INÍCIO DA EXPEDIÇÃO

27 DE JUNHO DE 2003



NOS PERÍODOS DE SECA, O GARIMPO É AINDA MAIS FREQUENTE NOS ARREDORES DE DIAMANTINA

A menos de cinco quilômetros do distrito de Mendanha, município de Diamantina - onde o córrego do Carrapatinho encontra com o Jequitinhonha -, o primeiro barco da Expedição Jequitinhonha deu partida, na manhã do dia 26 de junho. Nas águas rasas do leito do rio, que nessa época do ano se mantém quase seco em vários trechos, quatro integrantes da equipe embarcaram rumo ao vilarejo de Maria Nunes, mais especificamente ao acampamento da antiga Mineração Tejuicana.

Durante a seca, a prática do garimpo na região é ainda mais frequente, já que, com a calha baixa, é mais fácil revirar o leito à procura de diamantes e ouro. De acordo com a geóloga da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc-Minas), Luciana Felício Pereira, as dragas e as bombas de sucção, utilizadas para cavar o solo e peneirar o cascalho, revolvem todo o fundo do leito do rio e devolvem os rejeitos, sem nenhum tratamento, provocando um estrago incalculável na qualidade das águas do rio. Fonte de renda de grande parte da população local durante séculos, desde a descoberta de pedras preciosas na região, ainda no século XVIII, o garimpo é também parte importante da história de Dona Luísa, moradora de Mendanha -um vilarejo que, apesar de guardar poucos traços da arquitetura colonial, serviu como posto de cobrança pela travessia do Rio Jequitinhonha. Prestes a completar cem anos de idade, Maria Luísa dos Santos é filha de Ramiro Amador dos Santos, segundo ela, um ex-escravo de Joaquim Felício dos Santos, autor do livro Memórias do Distrito Diamantino, obra considerada por especialistas como referência obrigatória para a compreensão da formação do Arraial do Tijuco. Ela conta que seu pai somente conseguiu a liberdade com a abolição da escravatura, em 1888, mas manteve o sobrenome de seu senhorio até a morte, mesmo para o registro de seus filhos, o que explica o nome completo de Dona Luísa. Seu Ramiro, conta ela, após sua libertação, passou a trabalhar em um garimpo próximo a Mendanha, onde permaneceu até seu último dia de vida, aos 120 anos. “Meu pai garimpava todos os dias e ainda trazia um apanhado de lenha para casa”, lembra. Certo dia, ao chegar do garimpo, Seu

Ramiro se desequilibrou e caiu, quebrando a espinha. “Ele foi levado para a Santa Casa, quando fui lá para ver se ele tinha melhorado, já tinha morrido. Nem me avisaram, enterraram meu pai e pronto”.

Dona Luísa, que passou sua juventude migrando entre Mendanha e Diamantina, devido à separação de seus pais, conheceu seu marido durante a Festa do Pão de Santo Antônio, em Sinhá Mota, e casou-se aos 25 anos. Trabalhando como estafeta, uma espécie de carteiro da época, que levava as encomendas no lombo de burros, o marido chegava a passar dez dias fora de casa, tempo que demorava em ir e voltar de Itamarandiba, a pé, acompanhando o animal de carga. Dona Luísa recorda que costumava vender doces que ela mesma preparava para completar a renda da família.

Teve três filhos e, quando o mais velho tinha nove anos e o mais novo quatro, perdeu o marido, assassinado em um garimpo de Maria Nunes, onde trabalhava na época. “Ele arrumou uma confusão por lá e mataram ele.” Viúva, Dona Luísa passou por muitas dificuldades financeiras. Despejada da casa onde morava, precisou da colaboração da comunidade de Mendanha para conseguir um novo lugar para morar. “O padre passou uma lista pelo povoado, pedindo dinheiro para as pessoas para eu construir minha casa. Todo mundo ajudou”, se orgulha.

Outra lembrança da centenária moradora de Mendanha é a história do casal de amantes Willian Spangler e Quita Spangler. Vindo da Inglaterra, na década de 30 do século passado, para explorar diamantes na região, Willian conheceu a negra Quita. Longe da família, que havia ficado em sua terra natal, ele se apaixonou por Quita. Muito rico, encheu a amante de presentes como jóias e roupas finas, conta Dona Luísa. Conhecida na vila como Chica da Silva de Mendanha, Quita desfilava pelas ruas ostentando riqueza. No entanto, segundo relata Laércio Lages, morador e comerciante da região, com a chegada da família legítima de Willian, Quita foi abandonada. Ele afirma que toda a elegância e o todo o glamour de Quita Spangler foram substituídos por uma miséria que a acompanhou até o fim de sua vida. Ela morreu, conta ele, mendigando na cidade de Diamantina. (Marina Rattes)

Localizado no município de São Gonçalo do Rio Preto, o Parque Estadual do Rio Preto guarda, além de mananciais e nascentes de rios, grande riqueza ambiental refletida em uma variedade de fauna e flora. O parque reúne espécies endêmicas de plantas e animais, espalhadas por seus 10755 hectares de uma vegetação que mistura cerrados, campos rupestres, campos limpos, matas de galeria e matas de encosta. De acordo com o gerente da unidade, Antônio Augusto Tonhão de Almeida, algumas espécies de fauna, que pareciam estar extintas na região, como a anta, o veado campeiro e o tatu, estão hoje preservadas no local. Além disso, acrescenta, a vegetação, que antes da criação do parque, em 1994, havia sido depredada, atualmente encontra-se em regeneração. “O estado de conservação do parque é muito bom”, avalia.

Com nove anos de existência e cerca de 1/3 de sua área ainda em situação irregular, o Parque Estadual do Rio Preto somente foi aberto ao público em abril de 2002. O gerente conta que a procura dos turistas pelo local ainda é pequena e argumenta que isso ocorre principalmente devido à falta de divulgação da riqueza ambiental do lugar. “Ainda não temos um folder apropriado ou outra forma de mostrar o parque. No entanto, a visitação vem aumentando”, conta Tonhão.

O parque já conta com uma boa infra-estrutura para receber os turistas. São 12 apartamentos, com suíte, área de camping com capacidade para 15 barracas e, ainda, um restaurante e um centro de visitantes. Além disso, as principais atrações são sinalizadas com placas de madeira espalhadas pelas trilhas. Destaque para a Cachoeira do Crioulo, com queda d’água de 30 metros de altitude; para a forquilha, onde o Rio Vau das Éguas encontra-se com o Rio Preto; e para a prainha que, como o nome diz, é uma praia de água doce e límpida, às margens do Rio Preto.

A comunidade de São Gonçalo do Rio Preto é parte fundamental dos esforços para a preservação ambiental da região. Exemplo disso é a brigada voluntária contra incêndios florestais, formada por 30 moradores da cidade para atuar em toda a área do município. Estudantes, professores e funcionários públicos se inscreveram para participar, sem

nenhum tipo de remuneração, com objetivo de proteger o patrimônio natural da região onde vivem. “Nós nos interessamos porque amamos o Rio Preto”, orgulha-se José Vicente Soares, fiscal de obras da Prefeitura de São Gonçalo do Rio Preto.

Atuando há cerca de quatro anos, o grupo é treinado anualmente para atualização e reciclagem por uma equipe do Corpo de Bombeiros designada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). O curso tem duração de três dias e prepara os brigadistas, teórica e praticamente, para a utilização de técnicas de primeiros socorros e de controle do fogo. O IEF fornece, ao final do treinamento, o material necessário para o trabalho e a proteção individual, incluindo uniforme e instrumentos, como enxada e foice.

Ainda em São Gonçalo, um tipo de artesanato local, feito com barro, chama a atenção pela beleza e técnica utilizada. Walter Jesus Araújo, o Tim, nascido em Diamantina e criado em São Gonçalo, coleta, trata e molda a matéria-prima, transformando-a nos mais variados objetos, com destaque para as máscaras modeladas em sua própria perna. O processo é similar ao usado pelos escravos para a fabricação de telhas cumbucas, também moldadas dessa forma.

Há cinco meses, Tim conta que se cansou de consertar pneus de tratores agrícolas. E foi aí que teve a idéia de produzir um tipo de artesanato até então inexistente no local. As máquinas e equipamentos que utiliza ele mesmo construiu, desde o moinho que revolve o barro até o “forno de queimar artesanato”. Outro invento do artista foi um torno, feito com um motor elétrico, uma roda de bicicleta acionada por uma correia que, por sua vez, gira uma calota de veículo, em que ele molda a sua arte, deslizando as mãos. Tim explica que “a peça precisa ficar dois dias na sombra e 15 dias no sol, antes de ir para o forno. Se não secar direito, ela pode estourar, por isso demora tanto”.

As primeiras máscaras estão sendo expostas há apenas três dias, na loja Arte Rio, no centro da cidade. A proprietária, Alessandra Moura Pires, conhecida como Preta, além de vender, é responsável pelo acabamento do artesanato. “Quando já está tudo seco, o Tim me entrega e passo a cera e o neutrol, um produto que a gente usa para dar envelhecimento e polimento”, conta. (Marina Rattes)



A BRIGADA VOLUNTÁRIA DE SÃO GONÇALO

## PARAÍSO ECOLÓGICO E CAMINHO DOS ESCRAVOS SÃO ATRATIVOS NO JEQUITINHONHA — 29 DE JUNHO DE 2003



A LAGOA DE ÁGUA SANTA, EM COUTO MAGALHÃES, É UM PARAÍSO ECOLÓGICO AINDA IMUNE À AÇÃO DAS MINERADORAS

Um paraíso ecológico, aparentemente virgem à ação do homem, contrasta com a degradação provocada pelas mineradoras no Rio Jequitinhonha. O local foi visitado pela equipe da Expedição Jequitinhonha, em passagem pelo município de Couto Magalhães de Minas. Trata-se da Lagoa de Água Santa, que fica encravada aos pés de um paredão de pedra de 20 metros de altura. Suas águas frescas têm seis metros de profundidade, são transparentes, de tom azulado, sendo possível avistar com nitidez as pedras em seu fundo. O local é cercado de mata atlântica com transição para o cerrado. Frondosas árvores no topo da pedra ganham sustentação com as raízes incrustadas no paredão. De acordo com a geóloga Luciana Felício Pereira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc-Minas), o poço faz parte da bacia hidrográfica do Jequitinhonha, que alimenta o rio subterraneamente, através de falhas geológicas.

A história da lagoa é alimentada por várias lendas. Contam os mais antigos que nela existe um imenso sapo que se alimenta das folhas das árvores que caem no espelho da água, o que justificaria a sua limpeza. A população local também acredita que essa água tem o poder curativo. Por isso, o nome de Água Santa. Muitos a buscam para beber e, de vez em quando, é possível encontrar oferendas com velas acesas nos arredores da lagoa.

Outro atrativo na região, que vem despertando a atenção de pesquisadores, estudantes e turistas, é o Caminho dos Escravos, construído em pedras, nos séculos XVIII e XIX, para ligar Diamantina a Mendanha. São 22 quilômetros de extensão, e o mato já toma conta de quase todo o percurso.

Ao longo da caminhada, é possível encontrar uma cruz em

madeira antiga, que pode ser uma homenagem a alguém ali sepultado. A estrada é toda feita em pedras justapostas, “de forma a prover um calçamento durável que pudesse suportar os cascos dos mares que por ali passavam levando mercadorias para os núcleos mineradores da região e escoando as riquezas minerais lá produzidas”, explica o pesquisador Márcio Santos. Uma obra de engenharia da época são as canaletas, também em pedras, que possibilitavam o escoamento lateral da água para não estragar o leito do caminho, uma extensão do Caminho dos Diamantes da Estrada Real.

As estradas reais eram as vias autorizadas pela Coroa Portuguesa para a circulação de pessoas, mercadorias, animais e minerais preciosos. Alguns empreendedores da região estão tentando tornar o Caminho dos Escravos uma atração turística. Um deles, o hoteleiro Bueno do Prado Filho, já sinalizou uma parte com placas. Outra parte está quase inacessível, cerca de 15 quilômetros de descida de serra, já chegando a Mendanha. Para Márcio Santos, é fundamental incentivar ações como essa, voltadas para a pesquisa e a dinamização do potencial turístico dos antigos caminhos. É a partir desses movimentos e projetos locais, acrescenta o pesquisador, que as comunidades que habitam as regiões cortadas pelas antigas vias coloniais se envolverão no Programa Estrada Real da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg).

“Quem pesquisa e percorre os caminhos antigos sabe que sem o apoio das populações locais pouco se conseguirá em termos de preservação do patrimônio cultural e da operação turística da Estrada Real”, conclui Márcio Santos. (Pedro Ferreira)

Ao som de trombetas, clarinetes, trombones e tubas, a imagem de Nossa Senhora do Sagrado Coração de Maria desce da modesta capela, no alto do morro, conduzida pelos fiéis segurando velas e cantando "Maria de Nazaré", música de Padre Zezinho. No céu, fogos de artifício homenageiam o dia da padroeira da comunidade de Boa Vista de Inhaí, distrito de Diamantina, por onde passou a Expedição Jequitinhonha. A procissão é uma das várias manifestações religiosas que alimentam a fé do povo do Vale.

Ontem à noite, houve o levantamento do mastro com a bandeira do Sagrado Coração de Maria, acompanhado por duas mil pessoas do lugarejo. Para a procissão, que aconteceu no entardecer, o padre viajou de Diamantina, sendo aguardado por muitos fiéis ansiosos pela confissão dos pecados. No percurso da viagem dos expedicionários, que começou na nascente do rio e vai até a sua foz, em Belmonte, na Bahia, a Igreja de Sant'Ana, do século XVIII, foi visitada em Inhaí. Ela ainda preserva os traços arquitetônicos e artísticos de quando o lugar era um dos principais centros mineradores do então Arraial do Tijuco, hoje cidade de Diamantina.

Embora conservando os forros originais do altar-mor e da nave, a igreja já sofre com os danos provocados pela ação do tempo. Os afrescos no teto já começam a ser consumidos pelos cupins. Mas o prejuízo maior foi provocado pelos ladrões, que ao longo dos anos levaram várias imagens antigas de santos de valores inestimáveis. A própria imagem de Sant'Ana, em madeira, foi furtada há três anos e hoje foi substituída por outra em gesso. As imagens de São José e de Nossa Senhora da Conceição e um turíbulo, que é um vaso para queima de incenso, foram furtados e recuperados. O mesmo não aconteceu com um crucifixo em marfim, lamenta a zeladora Maria da Conceição Ribeiro de Oliveira, de 63 anos.

"Os roubos aconteceram na mesma época que em Mariana. A gente suspeita que sejam os mesmos ladrões", acredita a zeladora.

Outra peça que chama a atenção de quem visita a igreja é uma pia batismal, esculpida em madeira na mesma época da construção da igreja, assim como uma imensa cômoda feita para guardar as toalhas

do altar e vestimentas de santos. Duas imagens, a de São José e a de São Joaquim, são guardadas fora da igreja para evitar o furto. Elas são os "santos do pau oco" por causa da cavidade que têm em seu corpo, usada no passado para o contrabando de ouro. A de São Joaquim já furtada, foi recuperada depois, mas com as suas botas, folheadas em ouro, raspadas.

Os moradores do distrito têm o maior zelo pela igreja, uma das últimas lembranças do passado que culminou na origem do local. E depois do segundo arrombamento, a igreja recebeu grades nas janelas laterais sobre o telhado da sacristia, onde o forro em madeira também foi reforçado, substituído por outro que preserva as características do original.

Quem chega em Inhaí pode estranhar a posição da igreja, de costas para quem chega, o que não era comum na época de sua construção. A moradora Lélia Rabelo Ferreira, de 40 anos, explica que a expectativa era que o povoado fosse desenvolvido na frente da igreja, o que não aconteceu. Pelo menos é essa a versão dos mais antigos, conta ela. Outra explicação, esta não muito confiável, segundo Lélia, seria que o contratador João Fernandes, marido da famosa escrava Chica da Silva, era dono de uma fazenda nas imediações, a Fazenda do Engenho, e a posição da igreja iria facilitar o acesso da sua companheira.

Mas o aposentado Levi José Rabelo, de 87 anos, conta a história como sendo verdadeira. Ele diz, inclusive, que conheceu os esteios do casarão da Fazenda do Engenho, peças que segundo o aposentado foram apanhadas pelos moradores da região. "Contam que na fazenda tem até hoje um tesouro enterrado por João Fernandes, um cacho de banana em ouro que ele mandou fazer. Depois, ele teria matado o escravo que fez a peça para garantir segredo", conta Levi, entusiasmado com a história.

E assim como Boa Vista, os moradores de Inhaí já se preparam para a festa de Sant'Ana, sua padroeira, que acontece sempre em julho. A festa é tradicional na cidade, assim como uma outra comum em várias regiões de Minas: a Folia de Reis, que acontece em janeiro. (Pedro Ferreira)



PROCISSÃO COMEMORA O DIA DA PADROEIRA EM INHAÍ

Além das histórias, das lendas e das riquezas culturais e arquitetônicas que a Expedição Jequitinhonha vem colhendo, os pesquisadores estão degustando literalmente um outro sabor do passado: o da culinária dos tropeiros de 300 anos atrás. E o cardápio se deve à experiência do cozinheiro Geraldo Conceição de Oliveira, 41 anos, especialista em comida de rancho e responsável pela alimentação dos integrantes da equipe da expedição. Dinho, como Geraldo é conhecido, conta que a comida de tropeiro é mais seca, como a carne de sol, na época chamada "carne serenada". "Usavam muito fazer a mistura dessa carne com o torresmo e a farinha, o que gerou o feijão tropeiro, incrementado hoje com mais coisas para ser levado para os restaurantes", informou.

Outra comida da época é a paçoca de carne seca, feita com carne frita, pimenta, temperos verdes e farinha, tudo socado em pilão. "Era um prato de sustentação", acrescenta Dinho, lembrando que era colocado em latas e transportado em embornais de couro, em meio às cargas, nos lombos das mulas. "Os tropeiros tinham as paradas certas. Para ganhar tempo, já vinham com as comidas preparadas", disse.

Os tropeiros, segundo Dinho, usavam a comida alternativa quando a viagem era muito prolongada. "Hoje, ainda são essas as comidas do cerrado, como a palma do inferno, que é um cacto levado ao fogo para tirar os espinhos. Depois, é raspado e refogado com carne seca." Outro prato é a malanguena, conta, uma planta de cerrado, comum na região de Diamantina e que tem as propriedades do quiabo. "Você a raspa e usa na carne. Sua consistência é babosa e é muito usada com angu em época de frio", ensina.

No cardápio dos tropeiros, também está o quiabo da lapa, recolhido no mato nas suas andanças. Trata-se de um cacto espinhoso, que serve de alimento também para os roedores do cerrado. "O quiabo da lapa é muito usado hoje na comida alternativa. Através de pesquisas, de grandes trabalhos, hoje também é um prato que levamos para os grandes restaurantes", informa o cozinheiro. Uma comida de tropeiros que está no cardápio dos franceses, segundo Dinho, é o umbigo de bananeira. "Os tropeiros cortavam o umbigo de banana, ferventavam quatro vezes, picavam como couve e faziam o refogado. Como não tinham bacon defumado, usavam a barriguinha salgada de porco frita", acrescenta o especialista.

Hoje, Dinho prepara o umbigo de bananeira com lingüiça, bacon, abusando do cheiro verde, como cebolinha, salsinha, alho de folha e alho picadinho. "Depois de refogar isso tudo, você mistura o cozido do umbigo de banana e leva para a mesa. Um prato básico e muito delicioso", acrescenta Dinho, lembrando que, assim como na época dos tropeiros, os expedicionários do Jequitinhonha andam muito e queimam muita caloria. "Tem que ser uma comida rápida de ser preparada, prática. Tem que ser forte. Estou usando muito os defumados, o feijão e o arroz. Nessa nossa andança, vamos intercalar o cardápio também com a comida alternativa", antecipou o cozinheiro.

Na sábado passado, o cardápio dos expedicionários foi um leitão assado à pururuca, preso a uma forquilha improvisada com galhos de árvore, na fogueira, bem ao estilo dos tropeiros de antigamente. O tempero teve como incremento ervas catadas no mato, como o alecrim do mato, a alfavaca e outras ervas aromáticas. E os expedicionários, de boa boca, agradecem. (Pedro Ferreira)



A CULINÁRIA "TROPEIRA" FEZ PARTE DA ROTINA DOS EXPEDICIONÁRIOS



O RIO INHACICA, NO PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS

Com água no pescoço, em pé sobre as pedras do Rio Inhacica, é possível enxergar os pés no fundo, como se os enxergasse com uma lente fotográfica, com filtro dourado. Um paraíso ecológico, bem diferente da penúria de quatro quilômetros abaixo, onde ele desemboca no Jequitinhonha, como se ouro, de repente, fosse transformado em latão enferrujado. O Inhacica é cercado por uma área de 124 mil hectares de terra, transformados no Parque Nacional das Sempre-Vivas pelo governo federal, em 13 de dezembro de 2002. De barco, os pesquisadores começaram o percurso do Inhacica pela foz. Ele ainda se encontra imune à ação do homem, e a sua mata ciliar tem um verde avivado de impressionar. A beleza do local é realçada por uma gigantesca cadeia de formações rochosas, semelhante a uma concha abraçando o que o rio tem de mais belo: uma cachoeira que desce em degraus para alimentar um imenso poço, envolto por uma praia de areia alva feito sal.

Longe do barulho das dragas, que revolvem o leito do Jequitinhonha em busca de diamante, a cachoeira por si só já é uma meditação, uma reza, já que, até para os menos sensíveis, com certeza, a primeira reação é de agradecimento a Deus,

por tamanha beleza. O som da cachoeira se integra à sinfonia dos pássaros, que parecem demonstrar felicidade em seus vãos rasantes no espelho d'água, fazendo revoadas sobre a vegetação nativa de mata de cerrado, matas e campos de altitude. As garças dão vida ao cenário. Um tesouro ecológico até de olhos fechados.

No lampejo dourado de fim de tarde, o sol morno leva luz aos paredões de pedra, luz essa refletida pela água, como se projetasse um filme em uma tela, com imagens sincronizadas, feito as pequenas ondas provocadas pela cachoeira. A água morna é irresistível, e o mergulho é certo. Nas partes mais rasas, o leito é arenoso. Nas mais fundas, as pedras mais parecem as laterais de uma imensa piscina natural, onde se vê ao fundo minúsculos lambaris em cardumes, nadando ao ritmo de uma valsa.

Apesar de criado por decreto federal, o parque depende ainda da regularização de sua área para ser implantado, assim como a elaboração de um plano de manejo, através do estudo da flora e da fauna locais, para determinar a sua gestão. As propriedades rurais deverão ser desapropriadas. (Pedro Ferreira)

Devido à exaustão dos recursos minerais no trecho do rio, o vilarejo de Maria Nunes, pertencente ao município de Diamantina - que nasceu e sobreviveu, durante muito tempo, em torno do garimpo às margens do Jequitinhonha -, foi obrigado a achar uma nova alternativa para sua economia. O Projeto de Fruticultura Comunitária, presente no lugar há quatro anos e mantido pelas moradoras de Maria Nunes, vem se constituindo como fonte de renda de cerca de 30 famílias, além de colaborar para a merenda da creche e do grupo escolar da vila.

Resultado de um convênio firmado entre a Prefeitura de Diamantina e o Grupo Fundo Cristão - que repassa recursos doados a meninos carentes de 17 comunidades, através de um sistema de apadrinhamento -, o projeto visa desenvolver o cultivo de frutas como atividade econômica sustentável. Com os recursos, já foram comprados diversos equipamentos agrícolas, como enxadas, luvas e botas. São 70 mil pés de abacaxi, 600 de acerola e 1,5 mil de maracujá, plantados em uma área que equivale aproximadamente ao tamanho de Maria Nunes. Os frutos são coletados e vendidos pelas mães das crianças apadri-

nhadas. "Enquanto nossos maridos vão para o garimpo tentar achar alguma coisa, a gente vem trabalhar no pomar", orgulha-se Joaquina Maria Santos Seixas, moradora da vila e integrante do Projeto. "A gente vem para cá, conversa, dá risada. É bom demais!", conta.

As frutas, coletadas cerca de duas vezes por ano, são levadas para as cidades vizinhas para serem vendidas; parte delas é transformada em polpa. "Nós usamos o liquidificador da creche para bater as frutas e colocamos em saquinhos de 'chupe-chupe'", revela Joaquina. A equipe encarregada da venda "pega carona nos ônibus", explica, por isso não há custos com transporte. "As meninas ganham uma comissão de 5% sobre tudo que conseguem vender." Uma parte do dinheiro é repassada para as famílias cadastradas e a outra vai para um fundo de manutenção do pomar. Um dos objetivos do fundo, atualmente, é a construção de um espaço para o estoque da produção. "Até hoje, a gente guarda tudo na casa da Maria de Jesus", relata, referindo-se a uma moradora que também participa do projeto. (Marina Rattes)



A FRUTICULTURA SUBSTITUI O GARIMPO NO POVOADO DE MARIA NUNES

# TRÊS SÉCULOS DE HISTÓRIA INUNDADOS NO JEQUITINHONHA

4 DE JULHO DE 2003



PEIXE CRU E OUTROS 46 POVOADOS FORAM SUBMERSOS POR IRAPÉ

A história e a cultura do vilarejo de Peixe Cru, localizado no município de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, vão, literalmente, para debaixo d'água, dentro de aproximadamente um ano. Com cerca de cem habitantes distribuídos em 28 casas, Peixe Cru é apenas um dos lugares que serão inundados para a construção da Hidrelétrica de Irapé, pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que é a maior barragem em altura do Brasil, com 205 metros, reservatório de 134 quilômetros quadrados e capacidade de 360 megawatts. Para isso, três mil famílias, - moradoras de áreas rurais dos municípios de Berilo, Grão Mogol, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Cristália, Botumirim e Turmalina -, serão retiradas de suas casas e transferidas para outras regiões.

Peixe Cru, que, de acordo com os moradores, surgiu ainda no século XVIII, é uma pequena vila que sobrevive do garimpo manual, às margens do Jequitinhonha. A prática da agricultura também é comum, mas a produção é voltada apenas para a subsistência da comunidade. Diferente da maioria dos trechos do rio visitados pela equipe da Expedição, o "Jequi" em Peixe Cru ainda possui diamantes. "Não tem ninguém aqui que conseguiu alguma coisa que não veio do garimpo. A roça só dá na época de chuva e é só pra gente mesmo, não dá pra vender

nada", conta João Ferreira Noronha, de 66 anos, nascido e criado em Peixe Cru.

Por estar situado em meio às montanhas do Complexo do Espinhaço, o lugarejo possui terreno acidentado, o que dificulta o plantio. "O garimpo substitui a falta de roça", explica. João conta que consegue achar faíscas de diamantes praticamente todos os dias. Duas vezes por mês, os compradores de pedras vão a Peixe Cru negociar o produto. "Eu tiro uns 250 reais. Quando acho uma pedra maior consigo 500, às vezes até mil reais."

Acostumados com a calma e a tranquilidade do vilarejo, os moradores, que têm que percorrer 40 quilômetros de estrada de terra até a cidade mais próxima, não estão muito satisfeitos em ter que abandonar Peixe Cru. No entanto, parecem conformados com a situação. "A gente gosta é daqui, mas agora não tem jeito mais não, o pessoal já largou pra lá", lamenta João. Entre as principais preocupações, estão o receio de perder os laços de confiança e amizade, passados de geração para geração, e o medo de que não sejam cumpridas as promessas feitas pela Cemig. Isael Teotoni Ferreira, presidente da Associação de Moradores de Peixe Cru, relata que foram oferecidas à população local três opções para a realocação das famílias. "Duas terras no

município de Turmalina e uma em Minas Novas. No começo, a gente tinha resolvido ir para essa terceira opção, mas pensamos melhor e resolvemos que não queríamos sair de Turmalina. A gente é daqui e tem que continuar aqui, são nossas raízes", lembra Isael.

Ele afirma que a Cemig garantiu uma casa e 40 hectares em terra a cada proprietário, além de dez hectares a cada jovem maior de 18 anos. A Cemig se comprometeu ainda a fornecer todo o equipamento e o material necessários para o início da produção agrícola. "A gente fica com medo deles não fazerem o que estão falando e deixarem a gente lá, sem apoio", desabafa.

Sobrevivendo em torno da extração de diamantes há séculos, os moradores da vila não acreditam que a roça possa substituir o garimpo. "A gente vive mesmo é do garimpo, e isso eles não levam em conta. Na nova Peixe Cru, não vai ter garimpo, mas explicaram que a gente não ganha indenização por isso", revela.

Abandonar as margens do Jequitinhonha entristece os moradores, não só pela questão do garimpo, mas pela convivência cotidiana com o leito do rio e pela abundância das águas no trecho. "Todas as mulheres daqui lavam roupa no rio. A água é boa, limpa. Além disso, tem as pedras que elas usam para bater a roupa. Até isso nós vamos perder", lamenta João. "Aqui pra mim cheira rosas. Eu não queria sair, estou velho, minha raiz está velha", acrescenta.

No alto do vilarejo, a Capela de Bom Jesus do Peixe Cru zela pelos moradores. O sino antigo ainda bate, todas as tar-

des, e as imagens antigas expostas no altar, apesar de um pouco deterioradas pela ação do tempo, guardam suas características originais. Devido à sua riqueza histórica e importância para os moradores, a capela será desmontada e levada para a "nova Peixe Cru." Apesar da remoção do lugarejo ainda não ter data confirmada, os moradores já discutem o nome que vão dar à nova localidade. "Sabemos que vai começar com Bom Jesus, que é o padroeiro de Peixe Cru e o nome da Capela", conta João.

Também o cemitério, localizado no ponto mais alto da vila, a mais de 500 metros de altitude, será removido. "Eu acho que tem que levar os ossos para a gente ter a lembrança e poder visitar os nossos parentes que estão enterrados", defende Isael.

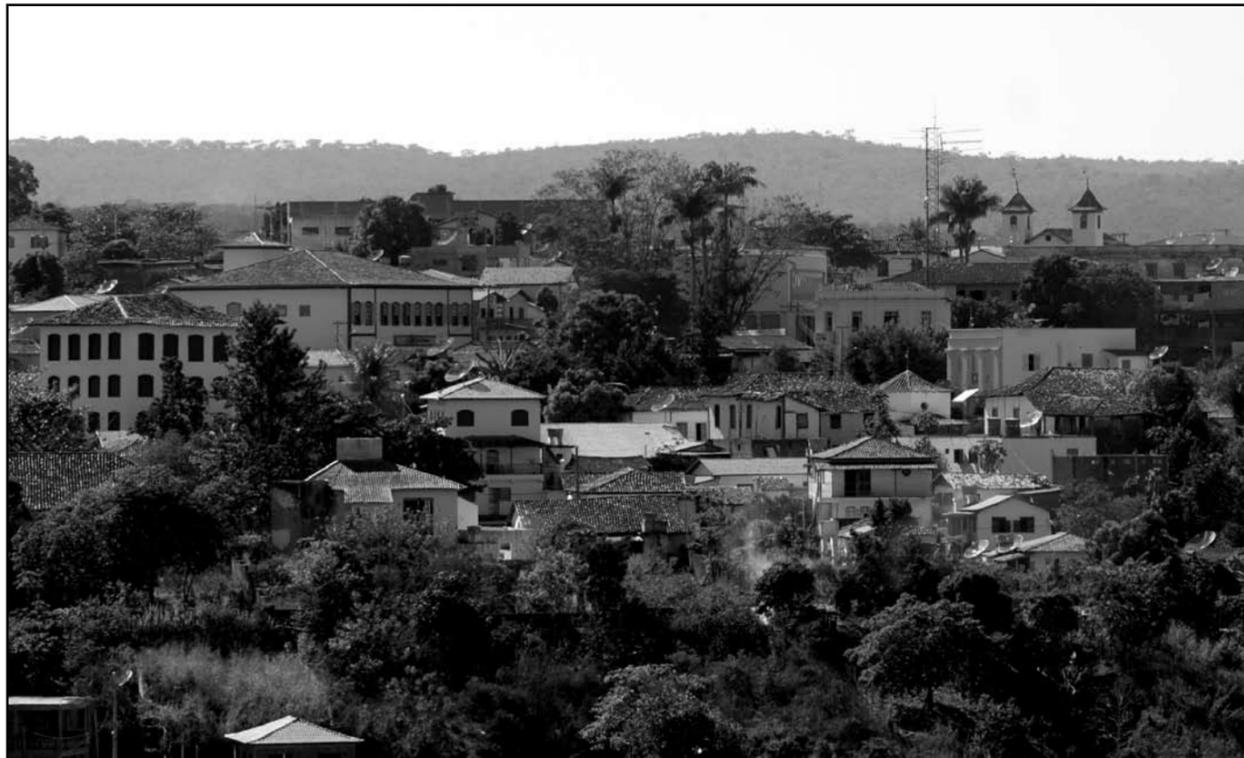
O patrimônio imaterial também é rico em Peixe Cru. A festa de Bom Jesus, realizada sempre na primeira semana de agosto, mobiliza, além dos moradores locais, pessoas das cidades vizinhas que se deslocam até o vilarejo para acompanhar a celebração. Para pagar os custos da festa, a comunidade se reúne e monta uma mesa de leilão de comidas típicas. Além disso, uma procissão percorre o pequeno lugarejo, e uma farofa de carne, preparada com um boi comprado pela comunidade, é distribuída para todos os participantes.

Este ano a festa terá um clima de despedida. "Como devemos mudar no ano que vem, achamos que esta será a última comemoração de Bom Jesus aqui", explica Isael. Ele afirma que, por esse motivo, a Prefeitura de Turmalina e empresários da região se uniram para financiar a festa. "Desta vez, é ainda mais especial", lembra. (Marina Rattes)



A IGREJINHA LOCAL FOI TRANSFERIDA COM A COMUNIDADE

# MINAS NOVAS GUARDA HISTÓRIAS DE OURO DE SEU PASSADO DE “BOM SUCESSO” — 5 DE JULHO DE 2003



A CIDADE DE MINAS NOVAS - RETRATO DO PASSADO COLONIAL

O ouro já não existe em abundância como em 1727, mas a cidade de Minas Novas guarda vários tesouros que enriquecem a história da colonização do Vale do Jequitinhonha. O ribeirão Bom Sucesso, que ganhou esse nome devido à boa sorte dos bandeirantes, já não existe mais, secou completamente, mas o retrato do passado ainda pode ser apreciado em suas igrejas e casario antigo, onde a sensação de quem os visita é de entrar em um túnel do tempo.

Quem chega a Minas Novas já avista ao longe o Sobradão, construído em 1821, e que ainda hoje é um exemplo da arquitetura colonial. O prédio, de quatro andares, 59 janelas e oito portas, em estilo barroco, é todo feito de pau-a-pique, com estrutura em madeira e taipa e amarrações em couro cru. Há informações de que seja o prédio mais alto do Brasil nesse sistema de construção. A porta principal tem 3,60 metros.

O Sobradão, onde já funcionou o fórum da comarca, foi indicado para ser o Palácio do Governo quando cogitaram a criação da Província do Jequitinhonha - sendo Minas Novas a capital -, mas a lembrança de muitos dos antigos é de quando lá funcionou o educandário, onde moças e rapazes se flertavam respeitosamente nas escadarias, durante os intervalos das aulas. As moças, contam, deixavam maliciosamente à mostra os seus tornozelos para o deleite dos rapazes.

Hoje o prédio abriga a Secretaria Municipal da Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, além de ser um espaço para a exposição de outra riqueza do Vale: o artesanato. Os bonecos, em cerâmica,

têm olhares expressivos que parecem fitar diretamente quem os observa. Nas peças, a reprodução do cotidiano de quem tem a arte nas mãos, o fogão a lenha, o forró e, até eles próprios, os artistas trabalhando.

Em 1959, o Sobradão foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 1980, o prédio ganhou novo piso nos andares superiores, mas imitando as suas características originais, em tábua corrida. Por muito tempo, os andares ficaram sem piso, só com os barrotes, conta o chefe do Departamento de Turismo e Cultura, Lyndon Célio Vieira.

Um novo projeto de restauração do Sobradão está sendo elaborado, orçado em 570 mil reais, e dependerá de parcerias para o início das obras. No térreo, onde funciona a biblioteca pública, a madeira do piso foi carcomida pelos produtos agropecuários de uma loja que ali funcionou.

Na Rua São José, entristece a situação de alguns casarões do século XVIII que, a qualquer hora, podem desabar. Um deles é tombado pelo patrimônio municipal. Os donos do outro, conta Lyndon Célio, anseiam pelo seu desabamento para a construção de um prédio moderno no local. O calçamento da rua, em lapa, leva ainda à pequena Capela de São José, de traçado octogonal, única no Brasil. Uma outra semelhante teria existido na França, já demolida. No município vizinho de Chapada do Norte, os expedicionários visitaram edificação semelhante, porém hexagonal.

A Capela de São José é da segunda metade do século XVIII e teria sido construída por uma senhora francesa que morava em

frente. Com problemas de saúde, ela podia acompanhar as missas da sacada de sua casa. Em 27 de julho de 1967, a capela foi tombada pelo Iphan.

Já a Capela de São Gonçalo, tombada pelo patrimônio estadual em 1980, é a segunda edificação religiosa construída na cidade, mas se encontra em estado deplorável de conservação, interdita pelo município por haver risco de desabamento. A edificação, que seria de meados de 1731, tem nos entalhes de suas portas os indícios do requinte em seu interior. “Foi feito um projeto de restauração, aprovado pela Lei de Incentivo Federal, mas aguardamos captação de recursos”, conta Lyndon Célio. Diante do risco de desabamento, até o tráfego de veículos pesados está proibido nas imediações. Ela seria a segunda construção religiosa mais antiga da cidade porque a primeira, a Capela de São Pedro, foi demolida em 1740. Em seu local, hoje, foi construída a estação rodoviária.

A igreja Nossa Senhora do Rosário, construída por volta de 1810, também está em estado periclitante. O teto em madeira ameaça desabar, e o piso, também em madeira, foi retirado e substituído por cimento grosseiro. As imagens de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santo Antônio de Lisboa são originais da época. Na sacristia, fica a de Santo Antônio de Catagerona, que é negro e seria o verdadeiro casamenteiro.

O altar, com entalhes rebuscados, preserva um pouco dos afrescos, que já sumiram quase por completo do teto com a retirada de tábuas apodrecidas. A Igreja Nossa Senhora do Rosário não é tombada nem na esfera municipal, nem na estadual, nem na federal.

## PARAMENTOS CENTENÁRIOS

Na Igreja Matriz de São Francisco, do século XVIII, os expedicionários conheceram preciosidades, como os paramentos usados nas exéquias (honras fúnebres) a Dona Maria I, a Louca, mãe de Dom João VI. São vários os paramentos, já inventariados pelo



O ALTAR DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO

Iphan. Lá também se encontram missais antigos, em latim, como um de 1744. As capas são em madeira, revestidas em couro trabalhado, com sistema de trava em ferro para fechamento. Os livros estão em estado precário, guardados em armário na sacristia. Tocheiros e varões em prata, usados nas procissões do Santíssimo e do Senhor Morto, ficam trancados em outro armário reforçado. Peças em ouro são mantidas no cofre de uma agência bancária.

A Matriz de São Francisco - local de batismo do Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, em 1924 - é tombada pelo Iphan. Ela teve o seu piso em madeira substituído por cerâmica. As lápides em pedra foram transferidas para o lado de fora, junto à entrada principal, uma delas de 1832. Os santos de roca (que têm cabeça e braços em um cavalete como estrutura, por debaixo das vestimentas) mostram o talento dos artistas da época.

Na Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a beleza morre aos poucos com a degradação. No forro do altar-mor, restam apenas algumas tábuas, com partes do brasão da santa, pintado em 1834. O piso agora é em cerâmica moderna, e o altar, em madeira original, está afundado com a podridão. As imagens de santos são guardadas em cofres para evitar a ação dos bandidos.

Se o patrimônio tombado se encontra em estado deplorável de conservação, algumas edificações antigas, particulares, estão em pior situação. É o caso do sobrado de Áurea da Conceição Ramos, de 82 anos, herança de várias gerações da família. As paredes estão desabando, para a tristeza da proprietária, que não tem recursos financeiros para mantê-las em pé. “Foi uma das primeiras construções da cidade, datada de cerca de 1768”, conta Áurea, que é um exemplo a ser seguido na luta pela preservação do patrimônio, mostrando algumas mobílias que sempre acompanharam a história do casarão. (Pedro Ferreira)

## ENCHENTE MUDA O CURSO DA HISTÓRIA DE BERILO, QUE HOJE SOFRE COM A SECA \_\_\_\_\_ 6 DE JULHO DE 2003



CASARÃO DE DOMINGOS DE ABREU

A cada 15 dias, dona Leozina Moreira de Souza, de 57 anos, junta as roupas sujas da família e fica à espera de um caminhão, à beira de uma estrada de poeira solta, debaixo de sol quente, tendo como paisagem uma vegetação esturricada pela seca, feito um cemitério, onde as árvores são esqueletos acinzentados. O caminhão chega, segue rápido, levando muitas outras lavadeiras, que às vezes não têm água em casa nem para beber, já que o caminhão-pipa só chega a cada 15 dias, ou 20, quando quebra.

Em sua passagem pela cidade de Berilo, a Expedição Jequitinhonha se surpreendeu com uma quantidade de mulheres lavando roupas às margens do Rio Araçuaí, cerca de 50, gente vinda de longe, na labuta, enquanto a criança se divertia com o banho sem água regradada. O Araçuaí mais parecia uma imensa colcha de retalhos com tantas roupas quarando em lajedos e gramados. Na hora do almoço, pausa das lavadeiras para matar a fome com seus "capitães", como chamam os bolos de comida que amassam com a mão para serem levados à boca. Perguntada se tem água na "roça" onde mora, dona Leozina até acha graça da pergunta: "Lá não tem nada, meu filho. Secou tudo. Tá igual àquela praia ali, nada", responde. "Quando não tem água para tomar, pelo menos um pouquinho a gente tem de correr atrás, senão morre."

O Rio Araçuaí, tão abençoado pelas lavadeiras, é o mesmo que durante uma enchente em 1928 levou embora quase todo o passado de Berilo. A cidade ficava às margens do rio e foi reconstruída no alto do morro. Do antigo arraial de Água Suja, posteriormente Água Limpa - nomes dados em função do córrego que já secou -, restam apenas a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, construída em 1729 pelos portugueses, e as ruínas de um imponente casarão onde morou o inconfidente Domingos de Abreu.

Acompanhados pela secretária municipal da Cultura, Haydée Almeida Murta, os pesquisadores da Expedição foram conhecer de perto o pouco que resta do patrimônio arquitetônico da cidade, a começar pela igreja. Os sinos são originais, com data de 1752. A fachada da igreja tem duas janelas laterais e porta almofadada. As paredes foram feitas em adobe, e a frente ameaça desabar diante das rachaduras. Os altares central e laterais foram retirados pelo patrimônio para restauração há cinco anos, segundo Haydée, e até hoje não foram devolvidos por falta de verbas para o trabalho. O teto, com afrescos originais, também foi levado e substituído por tábuas comuns, aponta a secretária. O piso foi substituído por outro de madeira. As campas, que são os alçapões onde eram se-

pultadas as pessoas ilustres, também foram levadas, com a identificação dos mortos escrita com pequenas tachas de metal. A pia batismal é original, em madeira.

E para preservar o que restou da ação dos bandidos ao longo dos anos, a igreja agora é protegida com alarme, por sinal danificado recentemente, em mais uma tentativa de furto de peças valiosas. Três imagens de santos em madeira, originais, também foram retiradas da igreja para restauração, mas o trabalho nem começou por falta de verbas. De outras peças antigas, como uma cômoda que ficava na sacristia, ninguém sabe o paradeiro. "Os paramentos devem ter sido vendidos", acredita a secretária. As capelas laterais estão sendo usadas para aulas de música para crianças carentes e a alfabetização de adultos. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi salva da enchente por ser construída na parte alta do antigo arraial, que só tinha uma rua bem às margens do rio.

Daquela época, restou ainda o casarão do inconfidente Domingos de Abreu, hoje em ruínas, sustentado por estacas, embora tombado pelo patrimônio estadual. No casarão, que fica na Rua do Porto, 204, nasceu a secretária Haydée, hoje com 76 anos, que disse lamentar o fim da história da cidade, como também uma par-

te da sua. No casarão abandonado, alguns afrescos ainda podem ser vistos em seu teto em madeira, mas que estão sendo apagados pelo tempo. No porão, encontra-se o quarto onde os escravos eram açoitados. Descendo a escadaria do salão principal da casa, Haydée mostra perfurações na parede com cerca de 40 centímetros de diâmetro, antigamente chamados de "óculos", que serviam de ventilação para a casa. "Tiradentes ficou hospedado nesta casa. Aqui eles tramavam os planos da Inconfidência Mineira. Inclusive, Domingos de Abreu contribuiu com 600 barris de pólvora no dia da derrama", conta a secretária.

Na cidade, a preocupação com o fim do patrimônio é de todos. "O fim vai ser cair tudo. Se estão deixando acabar com o patrimônio de Ouro Preto, por exemplo, pouco vai restar para a gente, que somos esquecidos do mundo", lamenta o comerciante Lázaro Neves, 40 anos.

A cidade de Berilo teve início no século XVIII a partir de vários arraiais que se formaram na região com o encontro de ouro no Rio Bom Sucesso, onde hoje é Minas Novas, município vizinho. Chamava-se Arraial da Água Suja, depois Água Limpa, tendo sido elevada à categoria de cidade em 1923. (Pedro Ferreira)

## CHAPADA DO NORTE E A IMPORTÂNCIA DO NEGRO NA FORMAÇÃO DE SUA SOCIEDADE \_\_\_\_\_ 6 DE JULHO DE 2003

Chapada do Norte, no Alto Jequitinhonha, tem explicação para ter recebido esse nome. A cidade tem 70% da população negra, e foi no passado ponto estratégico para o surgimento de quilombos formados por escravos fugitivos, que, do alto da planície, ficavam atentos à aproximação dos capitães-do-mato em busca da captura. Segundo a Fundação Palmares, Chapada do Norte é um dos poucos municípios do Brasil que possuem seis quilombos remanescentes, embora apenas um, o Gravatá/Quebra Bateia, seja reconhecido oficialmente pela instituição.

Em passagem por Chapada do Norte, a Expedição Jequitinhonha conferiu o patrimônio arquitetônico herdado dos primeiros anos da existência da cidade. São igrejas que ao longo dos anos perderam as suas características originais e outras, como a de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros, que ainda conservam detalhes do passado, mas são vítimas do desleixo dos órgãos responsáveis pela preservação. Os altares estão carcomidos pelos cupins.

A capela de Nossa Senhora do Rosário é do século XVIII e, assim como outras igrejas de Nossa Senhora do Rosário visitadas pelos pesquisadores em outros municípios, também é palco da tradicional Festa do Rosário. Na capela, encontra-se a imagem de São José de Botas. Segundo o chefe da Divisão de Cultura da cidade, Magno Vagner, só existem duas iguais no Brasil. A outra, segundo ele, fica em Ouro Preto. De tão deteriorada pelos cupins, a imagem não é mais deslocada do altar onde fica, senão "desmancha", disse Magno.

Outra igreja visitada é a Matriz de Santa Cruz, de 1728. Ela já sofreu dois saques, em 1996 e 1998, quando levaram várias peças em ouro e prata. Uma luminária em prata, doada à igreja por Dona Maria I, mãe de Dom João VI, também foi roubada. O piso em madeira foi substituído por cimento, e a diretora escolar aposentada Maria das Dores Soares, de 73 anos, vem arrecadando verba por meio de bingos e leilões para voltar com



CHAPADA DO NORTE

o piso em madeira. Ela já conseguiu adquirir 150 metros quadrados de tábua corrida, mas ainda faltam cem. A pia batismal, em madeira, teria sido vendida há muitos anos por um padre, lamentam os moradores. A igreja é tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG). Já a Capela do Bom Jesus da Lapa, da segunda metade do século XIX, e a Capela de Nossa Senhora da Saúde, do mesmo século, também foram visitadas pelos pesquisadores. As duas carecem de restauração.

Em Chapada do Norte, a cultura africana é manifestada pelo Congado, pelas festas religiosas e por festas populares que foram preservadas ao longo dos séculos, dentre elas, dança do nove, vilão, catira, guariba, mastro a cavalo, grupo de tambozeiros e quinta-feira do angu. (Pedro Ferreira)

A prática do garimpo no Alto Jequitinhonha, a partir do século XVIII, constitui-se na principal atividade econômica do Vale. Na segunda metade do século XX, no entanto, devido à escassez dos recursos minerais de aluvião, o garimpo manual foi perdendo lugar para as grandes mineradoras, que, por sua vez, dispunham da tecnologia necessária para revirar o leito à procura de diamante e ouro.

A primeira mineradora a atuar no Alto Jequitinhonha foi a Tejucana, presente na região durante quase 40 anos e desativada há cerca de sete. Cinco dragas trabalhavam 24 horas por dia operadas por aproximadamente 50 funcionários, substituídos a cada 12 horas. Atualmente, a Mineradora Rio Novo, do Grupo Andrade Gutierrez, é a única que atua na região. Inaugurada em 1988, a Rio Novo utiliza quatro dragas.

Divididas em duas categorias - sucção e alcatruz -, as dragas são máquinas enormes, de cerca de quatro andares, providas de caçambas, que recolhem o cascalho no fundo do rio, despejando-o em peneiras de diferentes espessuras para a apuração das pedras preciosas. O concentrado diamantífero, constituído pelas pedras com tamanhos entre oito e dez milímetros, é conseguido após três fases de peneiragem e levado para a Central de Apuração. O ouro, considerado subproduto por ser muito fino e menos freqüente, é também recolhido pelas dragas e passa por um processo similar.



AS DRAGAS INTEGRAM O CENÁRIO NO ALTO JEQUITINHONHA

Com uma concessão de lavra de 27 quilômetros, a Rio Novo entrou em operação no riacho Água Verde, situado no distrito de Diamantina, Senador Mourão. Durante 15 anos, a mineradora percorreu o rio no sentido da nascente, adaptando os trechos para a operação das dragas. Atualmente, a Rio Novo está presente em seu último trecho explorável, localizado a 70 quilômetros de Diamantina. Chamada de Saco de Otávio, a área foi formada pelo desvio do Rio Jequitinhonha. De acordo com o gerente de Produção e Meio Ambiente da mineradora, Luís Carlos da Silva Amorim, "foi construída uma alça na área do leito do Jequitinhonha, para a realização dos trabalhos. Enquanto isso, o rio passa por trás da barragem, o que possibilita a preservação das águas."

A imagem das dragas encravadas nas lagoas formadas pelas barragens, no entanto, mostra desolação e agressão ao meio ambiente. As águas turvas e marrons comprovam o impacto que a maquinaria provoca na natureza. As camadas do solo mais superficiais, chamadas de estéreis por não possuírem diamantes, são retiradas e depositadas nas margens, transformando-se em enormes amontoados de areia e cascalho.

Segundo Amorim, a mineradora toma todos os cuidados necessários para a preservação ambiental tanto do leito do rio quanto das matas ciliares. "A turbidez das águas na área é operacional e ocorre porque o solo é revolvido; não são jogados rejeitos ou qualquer tipo de substância química. Quando os trabalhos são finalizados e a draga se afasta do local dois quilômetros, as condições voltam ao normal." Sobre as matas ciliares, o gerente afirma que todo o desmatamento é realizado com a autorização prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ele explica ainda que o solo removido, ao final das operações, é devolvido ao seu lugar de origem.

## COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Como forma de amenizar os danos ambientais provocados pela mineração, a Rio Novo desenvolveu um programa de reabilitação das áreas afetadas, chamadas de aluvião. O Projeto Alternativo da Mineradora Rio Novo existe há 16 anos e promove o reflorestamento das matas ciliares, utilizando espécies nativas cultivadas em um viveiro. O trabalho, afirma Armando Ramos das Mercês, funcionário do programa, é iniciado assim que a draga abandona o trecho desmatado.

Com capacidade para cem mil mudas de plantas, o viveiro disponibiliza, a cada estação chuvosa, cerca de 70 mil mudas para serem plantadas nas margens do Jequitinhonha. Sementes de jatobá, imbiricu, jabuticaba, pau-brasil e outras são recolhidas e depositadas em pequenos recipientes com terra tratada e adubada. Após cerca de seis meses, as mudas estão prontas para ser transplantadas nos locais escolhidos. "Normalmente em dezembro, um caminhão vem aqui e leva tudo. Uma equipe de mais ou menos oito pessoas fica responsável pelo plantio", conta Armando.

Apesar de a compensação dos danos ambientais parecer impossível somente através do reflorestamento dessas espécies, o jardineiro acredita que a prática é capaz de restaurar, por completo, as matas ciliares. "Com o tempo, é suficiente para recuperar o estrago." (Marina Rattes)

Acostumada com a vida tranqüila que leva escondida às margens do Rio Jequitinhonha, a comunidade de Porto Coris, no município de Leme do Prado, vem se preparando para uma profunda mudança no estilo de vida de seus moradores. Com a construção da Usina de Irapé, pela Cemig, essas famílias serão removidas, deixando a terra natal para trás. De seus 86 habitantes, 84 são descendentes do escravo Germano Coelho que, segundo conta a moradora Maria de Lourdes Borges de Souza, fundou a vila, após fugir do seu senhor, no século XIX. Germano usou o lugar para se esconder, relata Maria, mas foi achado, sendo obrigado a continuar prestando serviços a seu dono. No entanto, por meio de um acordo entre um fazendeiro da região e o senhor, o escravo foi autorizado a continuar morando nas terras e a trabalhar para o latifundiário. Com o salário, Germano conseguiu comprar a área, para onde se mudou, por definitivo, com a família.

Passados cerca de 150 anos, a vila, que hoje possui 25 casas, continua isolada, encravada no Vale do Jequitinhonha, acessível apenas por estrada de terra. Todos os dias, a Prefeitura de Leme do Prado envia um carro a Porto Coris para servir de transporte às crianças que estudam no distrito de Posse, uma vez que a escola da vila só dispõe do ensino de primeira a quarta série. Vivendo da agricultura de subsistência, os moradores reconhecem a importância do Jequitinhonha não só para a irrigação da lavoura, como também para a pesca e o lazer da comunidade. No entanto, já percebem os efeitos do garimpo e de outras práticas predatórias realizadas no leito do rio.

"Eu fui criada tomando água do rio. Hoje não dá mais pra fazer isso, mas a gente continua lavando roupa e tomando banho lá", relata Maria. Ela afirma ainda que o volume de água e de peixes no Jequitinhonha vem diminuindo significativamente de alguns anos para cá. Mas a versão de Pedro de Souza Coelho, de 83 anos, morador mais antigo da vila, é outra. "Aqui tem tanto peixe que nós não damos conta de comer tudo."

Em Porto Coris, quando se fala na remoção do vilarejo para outras terras, é perceptível a insatisfação dos moradores. "Se não me tirassem daqui, meus ossos ficariam onde nasci", garante Seu Pedro. Triste por ser obrigada a deixar para trás o lugar que guarda suas raízes e suas lembranças, a comunidade vem se conformando com a situação e começa a sentir as mudanças provocadas já na espera pelo reassentamento.

Uma das principais questões levantadas por Maria, que representa a vila na Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé, é o desemprego provocado pelo deslocamento das famílias para outra região. "Muita gente aqui trabalha como pedreiro, marceneiro, pintor. Como nós devemos mudar no ano que vem, ninguém quer gastar dinheiro consertando as casas", explica. O problema é agravado pelo fato da Cemig ter estabelecido que os moradores não receberão indenização pelo que for construído depois de 31 de outubro de 2002, o que, segundo Maria, afeta ainda a realização de

casamentos na comunidade. "Como que o pessoal vai casar sem ter lugar para morar? Os planos da Cemig congelaram nossos planos", queixa-se.

A insegurança e o medo de uma mudança brusca no estilo de vida incomodam a população desde a assinatura do termo de acordo entre a comunidade e a Cemig, há cerca um ano. Apesar de terem sido oferecidos 40 hectares de terra, casa e indenização pelas propriedades de Porto Coris, os moradores não acreditam em melhora na qualidade de vida. "Aqui é o lugar da gente, nunca saí daqui", conta Maria. Ela diz temer que a Companhia não cumpra as promessas feitas. "Se a gente pudesse confiar que tudo ia ser do jeito que eles prometem, ficaria tudo bem", desabafa.

Situação parecida é vivida por outra comunidade, distante cerca de 70 quilômetros de Porto Coris, mas ainda às margens do Jequitinhonha. Cana-Brava, um lugarejo que acolhe 15 famílias no município de Turmalina, também será inundado. A comunidade, que sobrevive do garimpo e da lavoura, desfruta dos últimos meses que poderá passar no lugarejo, aguardando a remoção. "É o lugar que a gente nasceu e foi criado. O pessoal de fora que vem aqui pode achar ruim, mas a gente acha bom", diz José Antônio dos Santos, de 73 anos, nascido e criado em Cana-Brava. Ele conta que os moradores ainda não escolheram a área para o reassentamento, mas garante que vão permanecer no município. "A Cemig ficou de demonstrar algumas terras este mês, estamos esperando."

No último dia 15 de junho, a comunidade celebrou o dia de São Pedro. Tradicional no vilarejo, o evento reuniu, além das famílias locais, visitantes de cidades próximas que se deslocaram para acompanhar os festejos que iniciaram às quatro horas da tarde e se estenderam noite à fora. Uma farofa de frango preparada pelos moradores foi distribuída aos participantes, logo após o leilão de bebidas, realizado para pagar os custos da festa. (Marina Rattes)



PORTO CORIS, COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO SUBMERSA POR IRAPÉ



EM VARGEM DA ESTIVA, OS REGISTROS DOS PRIMEIROS MORADORES

Em uma paisagem desenhada por montanhas de rocha escura, buritis, orquídeas e sempre-vivas, estão guardadas pinturas rupestres que impressionam pela quantidade e nitidez. Cerca de 30 quilômetros do distrito de Caçaratiba, a região ficou conhecida pelo nome de Vargem da Estiva por já ter sido formada por um pantanal que, de tão úmido, obrigava os visitantes a utilizarem pedaços de madeira, ou estivas, como ponte. Imagens de animais e plantas, pintadas em vermelho no interior da Pedra do Bugre, formam um tesouro arqueológico escondido no Vale do Jequitinhonha. Ao lado da rocha, erguida como um arco, amontoados de rocha funcionam como escada de acesso às pinturas.

Apesar da obra guardar suas características perfeitas, como se tivesse sido feita no dia anterior, já se percebem rastros da ação predatória do homem. Em cima das imagens, foram riscados datas e nomes de pessoas que passaram por lá. “Já falei com eles que não pode escrever, que aqui é um abrigo de muito respeito”, relata Antônio Chaves dos Santos, de 56 anos, morador da região há 34 anos.

A fauna na Vargem da Estiva também surpreende. São perdizes, codornas, mocós e até jacarés. Os mocós, que, de acordo com Antônio, são um tipo de rato, grande, que se assemelha ao coelho, servem de alimento para a população das redondezas. Ele afirma que a carne é afrodisíaca. “É por isso que as famílias são tão grandes, o pessoal come o mocó e faz muitos filhos.”

Um pequeno sítio, em meio às montanhas rochosas da Vargem da Estiva, chamou a atenção da equipe pela simplicidade e pelo isolamento. O dono, Antônio Felipe Barbosa, de 70 anos, mora no local com a família há 36 anos. De seus 16 filhos, apenas três continuam no local. Rodeado pelos porcos que cria para a venda e para o próprio

consumo, ele garante que não trocaria sua tranquilidade por nenhum outro lugar. “Eu gosto é daqui. Não tem nada aborrecendo a gente.” A lavoura onde planta arroz, milho, feijão e andu é distante da casa cerca de três quilômetros. No entanto, ele percorre todo o trajeto, a pé, diariamente. “Se eu não tenho minha rocinha, tinha morrido de fome”, afirma. Apesar das dificuldades, Felipe aprecia seu cotidiano. “A vida da gente é sofrida, mas a gente está satisfeito.”

Caminhando por cima de estruturas de pedra, de onde saem canelas de ema de todos os lados, é possível chegar a mais um sítio arqueológico no Vale do Jequitinhonha. Dessa vez, o lugar escolhido leva o nome de Água Preta. Escondidas atrás de cactos de mais de três metros de altura e enclavadas em um paredão de pedra, a equipe encontrou pinturas rupestres, também com imagens de animais, porém bem menos nítidas que aquelas situadas na Vargem da Estiva.

Um pouco adiante, uma lapa serve de abrigo para garimpeiros de cristal. Cerca de cinco homens passam a semana acampados, escavando o solo da região à procura de cristais. No sábado, caminham durante mais de uma hora até Caçaratiba, onde moram, ou pegam carona em ônibus e caminhões. “A gente sempre dá um jeito de ir embora. Se não consegue nada, vai a pé mesmo”, relata o garimpeiro Luís Antônio Andrade. As pedras retiradas são vendidas nas cidades próximas por cerca de dez reais o quilo.

Vivendo tão perto da natureza, não é de se estranhar que Luís já tenha passado por experiências interessantes. Ele garante, por exemplo, que existem onças na região, apesar de nunca tê-las visto. “A gente sabe quando elas passam por aqui porque deixam seu rastro. Mas as onças não se aproximam de nós, acho que têm mais medo da gente, do que a gente delas”, explica. (Marina Rattes)

Era por volta de 1778 quando Luciana Teixeira resolveu deixar a prostituição na Bahia, pegou sua canoa, remou contra a correnteza do Jequitinhonha e encantou os homens com o seu chamego apimentado na foz do Rio Araçuaí, onde aportou no médio Jequitinhonha, Minas Gerais. Mal sabia Luciana que os seus préstimos ficariam para a história da cidade que mais tarde ela iria fundar: Araçuaí, terra das araras grandes, na língua dos índios tupis-guaranis, por onde passou a Expedição Jequitinhonha.

E falar de Araçuaí sem falar de Luciana Teixeira é o mesmo que falar de prostituição sem falar de Maria Cheirosa, uma senhora de 63 anos, residente na cidade, que ainda chegou a desfrutar do glamour da sua atividade em épocas não tão remotas como a de Luciana.

Da mesma forma, falar de Maria Cheirosa sem falar em patrimônio arquitetônico é o mesmo que visitar a zona boêmia de Araçuaí sem prestar atenção no seu centro histórico. Lá vive e trabalha essa simpática senhora que, embora rodeada pela decadência do lugar, e também da profissão, não perde o vigor de suas sucessivas gargalhadas.

Mas aí vem a parte triste da história: Araçuaí ocupa o terceiro lugar em prostituição infantil no Jequitinhonha, perdendo apenas para os municípios vizinhos de Itaobim e Itinga. Quem afirma é a funcionária do Conselho Tutelar de Itinga, Maria Aparecida Lages Duarte, de 50 anos. De acordo com ela, meninas de até 11 anos são forçadas pelos pais à prostituição. Em Itinga, acrescentou, as meninas são atravessadas pelas mães em canoas e deixadas às margens da rodovia para atrair caminhoneiros. Ainda sem a formação dos seios, e algumas que nem chegaram à menstruação, essas crianças estariam cobrando de dois a cinco reais por um relacionamento sexual.

“As meninas têm que voltar para casa nem que seja com um pacote de biscoito. Muitas fogem com os caminhoneiros, e a gente tem que buscá-las em prostíbulos da Bahia, em Salvador, Vitória da Conquista e Itabuna. Em Minas, elas fogem para Araçuaí, Itaobim e Belo Horizonte, levadas por caminhoneiros, já que ônibus não transportam menores nem as pessoas de carro dão carona”, revela Aparecida, defendendo severas penalidades da Justiça aos pais que comercializam sexualmente as suas filhas.

#### BORDADO E BORDEL

A fundação de Araçuaí, segundo o secretário municipal de Cultura, José Pereira, começou a partir do povoado de Barra do Pontal, hoje Itira, onde os rios Jequitinhonha e Araçuaí se encontram. Quando Luciana chegou à Barra do Pontal, segundo ele, por lá ela se instalou diante da grande movimentação de canoaiiros. Eles chegavam ao local transportando sal e querosene da Bahia e voltavam com farinha e rapadura, essa usada como açúcar na época. Tendo à vista um negócio lucrativo, Luciana buscou várias prostitutas na Bahia e montou o seu bordel na Barra do Pontal, dando pouso aos viajantes e fazendo algazaras que varavam a noite toda. Isso, até ela ser expulsa do lugar pelo padre Carlos Antônio de Moura Murta, da tradicional família que deu nome à cidade vizinha de Coronel Murta.

“A história oral diz que Luciana tinha um caso amoroso com o padre. Ele a teria expulsado com medo de que ela abrisse a boca”, conta José Pereira, lembrando que a Igreja Nosso Senhor da Boa Vida, restaurada pela prefeitura, já existia no Pontal da Barra. Expul-

sa, Luciana e suas “meninas” teriam subido a remo o Rio Araçuaí, instalando-se onde hoje é a cidade de Araçuaí. “Como Luciana era uma mulher de muitas posses, comprou muitas terras. Os canoaiiros do Barra do Pontal foram atrás dela, e daí começou a cidade”, informa José Pereira. Mas alguns anos depois, acrescenta, Luciana sofreu perseguição dos coronéis da cidade e acabou indo embora.

Nos escritos do naturalista francês Auguste Saint-Hilaire, em passagem pela cidade na época, ele conta que, durante a sua expedição histórica, ficou hospedado na casa de Luciana Teixeira. Ele escreveu que viu um grupo de mulheres que teciam e bordavam durante o dia, mas que à noite o local era uma completa diversão. “A gente acredita que Luciana era uma mulher muito inteligente e tinha o hábito de escrever. Saint-Hilaire relatou que, ao perguntar sobre as suas despesas, na hora de ir embora, ela pediu-lhe tinta para escrever”, afirma José Pereira.

Hoje, a Prefeitura de Araçuaí homenageia Luciana dando o seu nome a uma escola e a uma clínica para mulheres. Na periferia já existia, há muitos anos, uma singela rua com o nome da prostituta.

#### PATRIMÔNIO TOMBADO

No centro histórico de Araçuaí, onde o patrimônio municipal tombou oito ruas e quatro becos - somando 144 edificações do final do século XIX e início do século XX -, os expedicionários conheceram o prostíbulo de Maria Cheirosa. Trata-se de Maria das Dores Ribeiro Lopes, de 63 anos, famosa na cidade por desfilar nos carnavais, em cima de carros alegóricos, abusando das plumas e paetês para reviver a prostituta Luciana Teixeira, negra como ela. “Sou Maria Cheirosa porque eu gostava muito de perfume”, explica a prostituta, dando gostosas gargalhadas ao lembrar de suas épocas de “atividade”.

O casarão da prostituta está sendo vendido para a prefeitura para ser o Centro do Artesão. Hoje, dos nove quartos existentes, apenas um é ocupado pela única “menina” que não fugiu da decadência do local. No lugar de muitas meninas, hoje Maria Cheirosa tem a companhia de mais de dez pássaros da fauna silvestre. O garboso Quem-Quem já conhece a sua dona, fazendo até pose na gaiola para ser fotografado junto a ela.

O centro histórico se encontra em ruínas, como se vítima de um bombardeio, no entanto completamente habitado. A prefeitura informou que foi feita uma parceria com o governo francês, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Iepha para a restauração e a revitalização.

Nos arredores da casa de Maria Cheirosa, ainda estão de pé casarões, casas e sobrados antigos em estilo eclético e colonial mineiro. Os do Beco do Sola reúnem vários artesãos que trabalham o couro cru na fabricação de arreios para cavalo, chapéus e outras utilidades do homem do campo. O ofício, passado de pai para filho há várias gerações, encontra-se em extinção, já que os cavalos são trocados por motocicletas e carros.

No prédio do antigo Clube Iguazu, freqüentado pela classe média na década de 20, ainda é possível perceber no segundo andar as marcas da enchente que arrasou a cidade em 1979. Isso, depois dela ter sido praticamente reconstruída após outra enchente, em 1929, quando uma história da cidade, mais antiga ainda, foi levada pelas águas. (Pedro Ferreira)



SEPULTURAS SOB O PISO DA IGREJA MATRIZ DE SANTO ANTÔNIO

Foi a Serra Geral, chamada pelos bandeirantes no século XVIII de Serra Resplandecente, que trouxe Fernão Dias Paes Leme à região onde hoje está localizado o município de Itacambira. O reflexo do sol nas lagoas das montanhas fazia os viajantes que por ali passavam acreditarem que o lugar era abençoado por esmeraldas. Após a comprovação de que as terras, apesar de belas, não guardavam pedras preciosas, o arraial que havia se formado para abrigar os caçadores de esmeralda firmou-se e, com o passar dos anos, deu origem a Itacambira.

A cidade já perdeu muito de seus traços e características originais, no entanto ainda hoje é possível encontrar relíquias e histórias interessantes, principalmente, no interior da Igreja Matriz de Santo Antônio, datada do século XVIII. Tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), em 1998, a edificação religiosa mantém cinco imagens e diversos adornos e objetos originais da época da construção.

Feitas em argila, as imagens de Santo Antônio, Nossa Senhora dos Passos, São Sebastião, São Gabriel e Santo Agostinho foram todas restauradas em 1988, segundo relata o zelador, Geraldo Crisóstomo Ferreira Leão. O altar-mor, em madeira trabalhada, e todo o piso da igreja, em madeira e pedra, não foram modificados, permanecendo em bom estado de conservação. Mas, o teto, que ainda é original, necessita de reparos, já que, por ser antigo e de material

frágil, não contém a água das chuvas, o que provoca goteiras e infiltrações. Também uma cômoda de cerca de um metro de altura e quatro de comprimento e a pia batismal, localizada na entrada da igreja, permanecem com suas características inalteradas.

Uma curiosidade verificada pela equipe da Expedição Jequitinhonha, em sua passagem pela cidade, são os ossos humanos depositados no subsolo da Matriz. Apesar de não haver registros de quando os ossos foram colocados no local, Geraldo afirma que eles já estão lá há mais de um século. “Na época da minha avó, os ossos já estavam aqui”, relata.

O zelador diz que antigamente existiam mais de 500 crânios embaixo do piso da sacristia e do altar-mor da Igreja. “Dava para ficar em pé lá embaixo e, em cinco minutos, juntar tudo, de tantos que eram”, explica. Atualmente, não é possível ver todos os ossos. Isso porque, de acordo com Geraldo, um padre da região mandou soterrá-los.

Ele conta ainda que, até meados do século passado, no mesmo local estavam guardadas quatro “múmias”. O que Geraldo chama de múmias eram corpos com osso e pele que ele afirma terem aparência perfeita. “Alguns tinham até cabelos. Acho que eles passavam um produto para conservar a pele.” Na década de 50, foram levados para Montes Claros pelo historiador Simião Ribeiro, relata o zelador. (Marina Rattes)



PROCESSO ARTESANAL PARA A PRODUÇÃO DE RAPADURA E CACHAÇA

Algumas fazendas de Salinas, no Norte de Minas, ainda conseguem preservar uma tradição do Brasil Colônia na produção de rapadura. Os moinhos de cana são movidos à tração animal, com ajuda de bois presos a uma canga, e o “açúcar mascavo coagulado e em forma de tijolo”, que é a rapadura, é feito nos mesmos métodos de antigamente. E foi para conhecer esse ofício em extinção que os pesquisadores da Expedição Jequitinhonha passaram pelo município, onde outras tradições estão morrendo com o passar dos anos.

O tear, herança de várias gerações de mulheres da região, está deixando de ter serventia. Na cidade, a única fiandeira que fornecia linha de algodão artesanal, feito em roca, morreu recentemente, aos 90 anos. O tear de Arcanja Pereira da Silva, de 73 anos, que pertenceu à sua bisavó, agora está encostado. Sua filha Hilda, de 42 anos, embora tenha aprendido o ofício aos 13 anos, não tem como dar seqüência à corrente. Ela não se casou, não tem filhos e não acha quem esteja interessado em aprender a arte.

Outra dificuldade é que não existe mais o plantio de algodão. O industrializado não serve para a roca. “Tem de pegar algodão no pé e desencaroçar”, ensina Arcanja. Para fazer uma colcha de solteiro, são necessários dez novelos de linha artesanal, cinco no tamanho de uma laranja, com fio mais fino, e

cinco do tamanho de um melão, com linha de puxada, mais grossa.

## CACHAÇA CONQUISTA O MUNDO

Em Salinas, outra riqueza atrai olhares do mundo inteiro. Trata-se da cachaça, bebida que mais tem a cara do Brasil. E em Salinas ela não fica só em prateleiras de boteco, mas ganha espaço exclusivo nas vitrines de lojas especialmente decoradas para expô-la. Por ano, Salinas produz dois milhões de litros de cachaça. No município, ela é comercializada também pelo telemarketing, adotado por empresas maiores, e algumas chegam a vender 1,5 mil dúzias por mês.

Na cidade, são 80 alambiques com produção artesanal de cachaça. A mais valorizada é a “Anísio Santiago” - antiga Havana -, que ganhou o nome de seu produtor em função de uma batalha judicial com uma fabricante de rum cubano. De acordo com Arnaldo Santiago, genro e sobrinho de Anísio, a produção está parada há dois anos por imposição do Ministério da Agricultura. Isso, explicou, para haver adaptações no processo de fabricação.

Uma garrafa da antiga Havana, que antes era vendida por 85 reais, agora é uma preciosidade e chega a custar 250. Há,



A FAMOSA CACHAÇA DE SALINAS

inclusive, falsificações, disse Arnaldo, “mas o sabor logo denuncia.” O pai da antiga Havana, Anísio Santiago, morreu em 22 de dezembro de 2002, aos 91 anos, deixando sete filhos no comando dos negócios.

O segredo da cachaça de Salinas, segundo contam, é que ela é produzida em alambiques de cobre e o processo de envelhecimento ocorre em tonéis de bálsamo e umburana. Algumas ficam nos tonéis por no mínimo dois anos. Por isso, a acidez é menor e queima menos a garganta quando ingerida.

A salinidade do solo também teria influência na qualidade da cana-de-açúcar, matéria-prima da cachaça. Além disso, algumas marcas ganham um tempero adicional com ervas ou frutas na garrafa. E numa cidade em que a economia gira em torno da cachaça, o índice de alcoolismo também é alto, informa o presidente do Centro Cultural, Sízínio Brito Júnior.

Anísio Santiago, segundo seu genro, produziu cachaça por 50 anos. A bebida chegava a ficar até 20 anos nos tonéis antes de ser presenteada aos amigos dele. Poucas eram vendidas. “Meu sogro não tinha usura nem pressa para vender a cachaça”, informou Arnaldo. “A cachaça Anísio Santiago tem um teor alcoólico maior, mas muitos garantem que ela não dá ressaca.”

Anísio gostava de levar uma vida humilde, morando com a família na fazenda. Ele nunca aceitou publicidade dos seus negócios nem mesmo gostava de ser fotografado. “Ele vendia só para ter o que necessitava. Mas o dinheiro do ‘desaforo’ ele falava que todo mundo precisava ter. Quando morreu, tinha meio milhão depositado no banco”, conta o genro.

Para pagar uma promessa, Anísio levava todo anoromeiros a Virgem da Lapa, no Alto Jequitinhonha, em seu caminhão

ano 1947. O veículo, só para essa utilidade, tinha as suas peças retiradas e conservadas no óleo enquanto parado. O modelo, um Chevrolet, seria o único ainda existente no mundo. Embora recebesse várias ofertas de compra, para o dono o veículo não tinha preço. O carro continua com a família.

A Expedição também conheceu o processo de fabricação dos tonéis de madeira: para cada gosto, um tipo de madeira diferente. A cachaça Seleta, por exemplo, é curtida no tonel de umburana ou cerejeira para ter gosto mais suave. A Boazinha vai para o tonel de bálsamo para ficar mais forte. Já a Saliboa, de sabor intermediário, é curtida no tonel de ipê. Alguns tonéis têm capacidade para até 20 mil litros. As tábuas não são coladas e são unidas só com a pressão dos arcos de ferro, envolvidos nos recipientes.

A coordenadora de Cultura de Salinas, Eleonora das Neves Sarmento, disse que a fama da cachaça de Salinas começou na década de 70, mas que foi nos anos 80 que ela conquistou o mercado brasileiro. Hoje, o município realiza todos os anos o Festival Mundial da Cachaça, com a presença de compradores de várias partes do mundo. “Na Alemanha, uma dose da nossa cachaça custa o equivalente a 20 reais”, informou. Em Salinas, a cachaça também empresta o seu sabor a bolos, sorvetes, licores. Lógico, proibidos para menores, informa Eleonora.

#### MOINHOS A TRACÇÃO ANIMAL

Viajando pelas propriedades rurais de Salinas, os expedicionários depararam com uma cena inusitada na fazenda de Aldenir Mendes de Oliveira. A sua produção de rapadura e “tijolo” - que é um doce também em barra, porém mais macio que a rapadura e com sabor de frutas - é feita aos moldes do Brasil Colônia. O engenho de cana-de-açúcar é movimentado com a ajuda de dois bois presos a uma canga, que são tocados para andar em círculo e girar a caçamba do moinho.

A lida na fazenda começa às 7 horas e vai até as 23 horas. Os bois só têm descanso e tempo para comer quando enchem um tacho de cobre de garapa. A mulher de Aldenir, Elza Gomes, passa o dia a mexer a garapa, acostumada ao calor da fôrnalha, à lenha que a faz suar em bicas. São 80 rapaduras e 30 tijolos por semana, vendidos no mercado de Salinas. Aldenir planta, corta a cana e prepara garapa, além de tocar os bois. “Preciso de dois tambores de 50 litros para encher um tacho”, informa. (Pedro Ferreira)



ENGENHO AINDA MOVIDO POR TRACÇÃO ANIMAL

## LAVADEIRAS DE ALMENARA “REMAM” A VIDA A CANTAR O JEQUITINHONHA

14 DE JULHO DE 2003

“Eu vou procurar as águas que deixei no meu sertão. O rio da minha vida corre no meu coração...” Ouvir o canto das lavadeiras de Almenara é sentir o Jequitinhonha correndo pelas veias, entranhando pela alma e nos fazendo sentir como se em um batismo pela vez primeira. É sentir emoção escorrendo nos olhos pela cantoria de nove senhoras humildes, que cresceram esfregando e quarando roupa no lajedo, fugindo das vacas paridas, pulando cercas de arame farpado. E embora todas as dificuldades, elas afinaram as suas vozes na labuta, uma peleja que as tornou famosas, sucesso reconhecido até na Europa.

Para sentir essa emoção contagiante, a Expedição Jequitinhonha aportou em Almenara. E a lavanderia comunitária tornou-se palco para um “Batukim Brasileiro”, nome do CD que é sucesso também em Portugal, onde as mulheres foram mostrar a riqueza do Vale do Jequitinhonha, e será trilha sonora de um filme a ser gravado. O idealizador do projeto das lavadeiras, o compositor Carlos Farias, conta que o Vale do Jequitinhonha é um baú de riquezas. Em 1991, ele começou a pesquisar as cantigas de domínio público das lavadeiras da região. “Elas são guardiãs dessas cantigas, que foram sendo esquecidas ao longo dos anos. São cantigas de influências portuguesa, africana e indígena”, informou.

A descoberta de tanto talento se deu após a prefeitura local criar a Lavanderia Comunitária Tereza Cristina, onde a voz de Juraci Lima da Silva, de 59 anos, chamou a atenção de todos por ser bem afinada. Ela cantava “feito papagaio”, como a própria se define. “Aí a gente começou a cantar juntas. Criamos o coral para cantar no aniversário da cidade e em outras festas”, lembra a lavadeira. O primeiro grande show do Coral das Lavadeiras aconteceu no mercado da cidade, em 1992, e hoje já são dois CDs gravados. “E a gente vai remando a vida assim, a cantar.”

Para as lavadeiras, ter cantado em Portugal ainda parece um sonho. “Tem hora que penso assim: Mas será que foi Juraci mesmo que foi lá, ou foi a alma”, se questiona a lavadeira. “Comecei na beira do rio, lavando roupa. Eu tinha duas meninas, depois apareceu outra. Eu ia lavando, secando roupa e botando a maiorzinha para ir levando a trouxa e jogando pela janela, dentro do quarto, forrado com um pano no chão”, disse.

Na beira do rio, a vida era tomar sol quente e chuva e ficar com a pele empolada com a areia quente, onde sentavam, lembra Juraci. “Às vezes, vinha a vaca, ‘enrabava’, e a gente corria, passava por debaixo da cerca de arame, e até o cabelo embaraçava. Aquela roupa ficava para trás. Cansei de lavar roupa duas vezes”, recorda.

Daquela época, Juraci lembra ainda do sabão de coada, que ela fazia com muita destreza, conta. “Já fiz sabão de coada de qualidade”, garante, falando do pinhão branco que botava para pubar (amolecer de molho na água), colocava cinza e outros ingredientes. “Eu fazia as bolas pretas e enrolava nas palhas de banana”, ensina Juraci, que também usava a barrigada de boi para fazer o sabão.



O CORAL DAS LAVADEIRAS DE ALMENARA

Da infância, Juraci lembra da “dança de passagem”, quando alguém “batia” uma viola e ela “sapecava” o pé. “Eles batiam palma e um sapateava de cá e o outro de lá, indo perto do outro e voltando para trás. É assim a passagem. Tudo mudou”, disse.

Sim, mudou, tudo mudou, inclusive na vida das lavadeiras, conta Adélia Barbosa da Silva, de 63 anos. “Agora lavo roupa na lavanderia e nunca adoeci como no córrego. Agora me sinto bem, cantando. Eu achava que a gente lavando roupa não tinha mudança, que ficava só ali, naquele dinheirinho. Mas, não, Deus tinha um plano na minha vida e na vida dessas mulheres também”, acredita Adélia.

Cantar, para Ana Isabel da Conceição, de 54 anos, é expressar o sentimento. “No fundo do coração, a gente lembra de muita coisa. E eu aprendi a cantar com minha avó, e as músicas dela eu cantava com meu pai. Daí surgiu a lavanderia, e a gente continua com a tradição.”

Teresa Fernandes de Souza Novais, 48 anos, garante ser verdadeira a máxima de que “quem canta os males espanta.” E acrescenta: “Às vezes, a gente está assim, preocupada, e cantando se esquece de alguma coisa. Pensar que não, já fez todo o serviço. Eu nunca pensava ir fora do Brasil, e fui”, conta Teresa, revelando outros sonhos realizados. “Minha vida mudou com a música. Comprei até um pedaço de terra ao lado da minha casa.”

Um dos sucessos do coral é a música “Avião avuador”. A letra foi herdada da mãe de Valdênia, de 59 anos. “Minha mãe trabalhava na roça e cantava. Cantava quando fazia farinha e quando botava as crianças para dormir. Já cansei de acordar de madrugada vendo ela cantando. E quando a gente perdia o sono, no outro dia amanhecia com aquela música na cabeça”, relata a lavadeira. “Minha mãe já é morta. Se eu estou no palco, sinto saudade dela. É como se eu estivesse dormindo e escutando ela cantar. Estou velha, com cinquenta e tantos anos, mas parece que estou voltando a ser criança.” (Pedro Ferreira)

## TRABALHADORES MIGRAM TODOS OS ANOS EM BUSCA DE SALÁRIO

15 DE JULHO DE 2003

Para fugir do desemprego que castiga o Jequitinhonha, os trabalhadores rurais do Vale passaram, a partir da década de 70, a procurar alternativas de renda em outras regiões do país. A demanda por mão-de-obra barata, em lugares com maior desenvolvimento econômico, com destaque para o estado de São Paulo, provocou uma espécie de febre entre os moradores do Vale, que abandonam temporariamente suas famílias para perseguir o sonho de um salário garantido no final do mês. A grande maioria dos casos, no entanto, mostra condições precárias ou até subumanas de trabalho.

No interior, são canaviais e fazendas de café. No litoral, sorveterias e lanchonetes. Os fazendeiros e comerciantes encomendam a mão-de-obra aos "gatos", que são os responsáveis por toda a negociação com os trabalhadores. Eles vão aos lugarejos e vilas das zonas rurais oferecendo oportunidades de emprego. Combinam os salários, o tempo de permanência e a data de partida. A duração do trabalho varia entre três e seis meses. Enquanto estão fora, os homens mandam, periodicamente, algum dinheiro para a manutenção de suas famílias. Por ficarem sozinhas durante tanto tempo, as esposas dos trabalhadores ficaram conhecidas na região como "viúvas de maridos vivos", já que, mesmo sendo casadas, elas são obrigadas a passar até metade do ano desacompanhadas.

De acordo com o secretário de Governo do município de Virgem da Lapa, Jorge Hudson Ramos, as condições oferecidas aos migrantes, na maioria das vezes, deixam a desejar. Mas ele revela que de alguns anos para cá a situação tem melhorado. "Antes, eles não assinavam carteira, pagavam extremamente mal e não forneciam infra-estrutura decente aos trabalhadores. Atualmente, devido à pressão que o Ministério do Trabalho vem exercendo, pode-se dizer que a situação mudou um pouco. As condições melhoraram."

Edmilson Alves da Silva, de 16 anos, "foi capturado por um gato" pela primeira vez, em dezembro do ano passado. Morador de Capim Branco, distrito de Virgem da Lapa, o garoto foi chamado por um comerciante para passar três meses vendendo sorvetes em Santos, em São Paulo. Ele conta que, só na comunidade, que é formada por 60 famílias, outras sete



AGRICULTORES MIGRAM À PROCURA DE EMPREGO

pessoas saíram de suas casas rumo ao litoral paulista no último verão. O dinheiro que ganhou gastou por lá, lamenta Edmilson. "Eu tirava uns trinta reais por dia. Para comer, o dinheiro era suficiente, mas não consegui guardar nada." Ele explica que o dono da sorveteria não fornecia alimentação aos contratados, apenas moradia e um botijão de gás. "Eram quatorze pessoas no mesmo quarto. De tão apertado, não dava para dois andarem lá dentro ao mesmo tempo." Edmilson relata que foram colocadas, no cômodo, beliches de três camas, sendo que a do topo quase alcançava o teto. "A de cima era tão perto do teto que a gente não agüentava de calor."

### ALTERNATIVAS LOCAIS

Em março deste ano, oito famílias de Capim Branco encontraram uma alternativa para evitar o desemprego. Dessa vez, o trabalho fica a poucos metros de casa, e os patrões são os próprios trabalhadores. Em uma área de um hectare cedida pelas próprias, utilizando infra-estrutura fornecida pela Prefeitura de Virgem da Lapa, oito famílias produzem, por semana, cerca de 800 quilos de alface, 100 quilos de couve, 45 quilos de beterraba e 45 quilos de cenoura para abastecer a empresa GR - Eurest Support Service, responsável pela alimentação dos funcionários da Usina de Irapé.

O Projeto Folha Verde surgiu em um momento em que era fundamental uma maior oferta de alimentos na região para suprir o aumento de demanda provocado pelas obras da Usina. Foram investidos oito mil reais, sendo que, durante os dois primeiros meses de plantio, as famílias receberam cestas básicas da GR para compensar o tempo necessário para o início da produção. "As cestas serviram como forma de remuneração pelo trabalho, já que ainda não era possível vender as hortaliças", argumenta o secretário.

Com a primeira colheita, no início do mês de junho, os trabalhadores começaram a vender, o que vem possibilitando uma renda de aproximadamente dois salários mínimos ao final de cada mês. "O nosso principal objetivo é promover a inclusão social. Queremos que essas famílias tenham acesso aos bens de consumo e possam melhorar sua qualidade de vida", explica Ramos. Constituindo uma fonte segura de trabalho, o projeto tem agradado aos moradores de Capim Branco, que não precisam mais abandonar suas famílias à procura de emprego em outros estados. "Eu estou achando bom porque não tenho mais que ir para São Paulo para conseguir dinheiro. Enquanto eu tiver mexendo na horta, eu não saio mais daqui", afirma Edson Alves de Souza, um dos proprietários da lavoura.

Para que o projeto não morra com o fim das obras em Irapé, os agricultores, com a ajuda da Prefeitura, já estão fixando outros pontos-de-venda para a produção. "Todos os sábados, o pessoal expõe na feira livre de Virgem da Lapa. Estamos também fazendo contato com outros municípios da região para garantir mercado consumidor após o final das obras", garante o secretário. (Marina Rattes)

## GRÃO MOGOL GUARDA LENDAS DO DIAMANTE

16 DE JULHO DE 2003

Lapas, grutas, cachoeiras, sítios arqueológicos e caminhos coloniais enchem os olhos de quem visita Grão Mogol. Já nas ruas das cidades, capelas, igrejas e edificações do século XIX revivem a história da ocupação do Vale do Jequitinhonha. Apesar de não haver registros que confirmem as informações sobre a construção do casario de Grão Mogol, os moradores locais relatam histórias passadas de geração para geração. Foi somente na segunda metade do século XVIII que os primeiros diamantes foram encontrados na região de Grão Mogol, na época conhecida como Serra do Santo Antônio do Itacambiraçu. Por algum tempo, conta o morador Geraldo Ramos Froes, a fiscalização da Coroa Portuguesa não foi ostensiva, já que não se acreditava no potencial de exploração do local. O fato da produção de pedras preciosas na região não ser tão visada quanto a de centros coloniais, como Diamantina e Ouro Preto, incentivou a atuação dos garimpeiros ilegais, que não prestavam conta à Coroa Portuguesa.

De acordo com Geraldo, um ex-escravo encontrou um diamante de grande valor nas proximidades e presenteou uma escrava. O senhorio dela, impressionado, propôs sociedade ao garimpeiro, que não aceitou, relata o morador. Revoltado, o fazendeiro fez uma denúncia e provocou a primeira intervenção da Coroa em Grão Mogol. Na ocasião, o líder dos garimpeiros, João da Costa, responsável por muitas vitórias contra as forças oficiais, foi preso e levado para Vila Rica.

O arraial, que se formou e cresceu em torno da exploração de diamantes, apenas em 1840 foi elevado à categoria de vila e, 20 anos depois, reconhecido como cidade. Atualmente, o município sobrevive da agropecuária e do comércio. No entanto, a prefeitura vem apostando no turismo ambiental e cultural como alternativa para o desenvolvimento econômico. Para isso, já foram tombados 42 bens, entre patrimônio natural, arqueológico, cultural e histórico. Apesar da grande maioria das edificações ter sofrido alterações ao longo dos anos, muito ainda resta em Grão Mogol. O que mais chama a atenção é a rua Cristiano Relo. As casas geminadas guardam características originais, com destaque para o prédio da antiga Intendência de Diamantes, em ótimo estado, onde hoje funciona um açougue.

Em frente a algumas edificações, o desenho de um sol, feito em pedra, marca a presença dos maçons na região, durante o século XIX. O calçamento da rua, no entanto, foi todo alterado na década de 70 do século passado. O motivo, explica o secretário municipal de Turismo, Paulo Eugênio Ferreira Paulino, foi o seu formato curvo, que impossibilitava o escoamento da água das chuvas.

Construída em pedras justapostas, a Igreja Matriz de Santo Antônio, primeiro bem tombado no município, em 1997, está sendo reformada. A obra, realizada pela prefeitura, com acompanhamento técnico do Iepha, foi iniciada em abril de 2003 e deve ser concluída dentro de aproximadamente três meses. Estão sendo recuperados o piso, com material similar ao original, e toda a estrutura em pedra. As



EM GRÃO MOGOL, RELATOS DOS MORADORES SUBSTITUEM REGISTROS HISTÓRICOS

quatro imagens originais da igreja, Santo Antônio, São José, Nossa Senhora do Rosário e São Sebastião, estão guardadas na casa paroquial até o término das obras.

O Caminho do Barão, que levou este nome por fazer a ligação entre a cidade e a fazenda do Barão de Grão Mogol, Walter Martins Pereira, foi construído pelos escravos, utilizando calçamento em lapa, em meados do século XIX. Com 23 quilômetros de extensão, a rota, que atravessa a Serra Geral, está inserida nos 33 mil hectares do Parque Estadual de Grão Mogol, criado em 1998, por possuir espécies endêmicas de fauna e flora. (Marina Rattes)



A PAISAGEM ENCANTADORA DA RESERVA BIOLÓGICA DA MATA ESCURA

A Reserva Biológica da Mata Escura, que, em seus 50.980 hectares, guarda as mais diferentes espécies endêmicas de fauna e flora, é uma imensidão de rochas e montanhas que se encaixam para formar uma paisagem encantadora. Criada em 5 de junho de 2003 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a reserva, que está localizada no município de Jequitinhonha, vem causando apreensão aos moradores, que ainda não sabem se poderão permanecer em suas terras. Cerca de 30 nascentes de rios e córregos alimentam a vegetação, que mistura mata atlântica e cerrado, dando vida a bromélias, orquídeas e canelas de ema, entre outras espécies. O solo em areia quartzosa, presente em quase toda a área da unidade de conservação, dá características especiais à mata densa e escura, que se estende por toda parte.

O paisagista Burle Max visitou a Mata Escura, na década de 90, onde recolheu espécies raras de orquídeas e cactos, segundo relatou o advogado José Porto Botelho, que o acompanhou em algumas dessas visitas. Por identificar a singularidade do patrimônio natural, o paisagista, já naquela época, previa a criação de uma reserva ecológica na área de Jataí, que hoje está englobada na Mata Escura.

Para a proteção efetiva de toda essa beleza e riqueza, o governo federal deverá promover a desocupação humana da área. Dilmário Pereira da Silva, de 42 anos, morador da Mata Escura há sete, defende a implantação da reserva e a retirada das famílias do local. "Se é para preservar, eu concordo", afirma. No entanto, ele se diz inseguro com a situação, que continua indefinida. Um dos agravantes é a falta de diálogo entre o poder público e os moradores, que ainda não foram procurados pelo órgão responsável, o Ibama, para esclarecimentos sobre a desapropriação das terras. "Eu já escuto falar desse parque há uns cinco anos, mas ninguém nunca veio aqui falar comigo", relata.

Dono de uma área de 63 hectares, onde planta milho, mandioca, feijão e laranja para o consumo da família e cria e vende gado para garantir o dinheiro da alimentação dos animais, Dilmário teme não receber a indenização e perder sua fonte de renda. "Se o trabalhador perde seu lugar de trabalho ele está ferrado. Eu não tenho estudos, não sei fazer outra coisa, mas se me pagarem o que mereço, estou pronto para sair. Procuo outras terras e começo tudo de novo", garante.

Mesmo percebendo a importância da preservação ambiental, Oriall Justiniano da Cruz, fazendeiro da Mata Escura, vem pas-

sando por dificuldades devido à criação da reserva. Desde que comprou sua fazenda de 633 hectares, há dois anos, Oriall já investiu muito dinheiro, conta ele. Construiu uma barragem e uma estrada de acesso, reformou a casa e instalou energia elétrica. No entanto, vai ter de deixar tudo para trás. Mesmo com a indenização, explica, ele vai ter prejuízo. "O preço de tabela que eles usam para pagar a gente é muito baixo, não é o preço de mercado."

A venda das terras também se tornou praticamente impossível. "Já tentei vender, mas é claro que ninguém quer, sabem que

vão ter que sair mais cedo ou mais tarde. "Além disso, a exploração da área está proibida. "Recebi ofertas de vários empresários para produção de carvão e plantio de eucalipto, mas o IEF falou que eu não posso mexer em nada", lamenta.

Oriall define a situação como sendo caótica. "O pior é que a gente não tem a quem recorrer. Já procurei vários órgãos ambientais e ninguém dá uma posição definida. Isso tira o sono da gente." Ele conta que já foi obrigado a vender um carro e uma fazenda para conseguir manter as terras improdutivas, até que seja resolvida a questão. (Marina Rattes)

## HARMONIA PRESERVADA

Em Pedra Azul, no Baixo Jequitinhonha, a riqueza histórica e cultural é levada a sério pela comunidade. O casario do início do século XX foi todo tombado pelo município, constituindo um harmônico conjunto arquitetônico de 60 bens espalhados por três grandes logradouros. Por causa dessa preocupação, Pedra Azul é a quinta colocada entre as cidades mineiras que mais preservam seu patrimônio histórico, segundo conta Amélia Lúcia Leite Botelho, chefe do setor de Ensino da Secretaria de Educação da Prefeitura.

Terra natal de músicos consagrados, como Paulinho Pedra Azul e Saulo Laranjeira, a cidade estimula a continuação dessa tradição por meio da criação de bandas de música. O grupo de coral Raízes da Vida, que reúne 30 moradores de terceira idade, há cerca de um ano vem resgatando a tradição das Pastorinhas, fazendo apresentações públicas com o apoio da prefeitura. "O grupo funciona como terapia para essas pessoas. Antes, muitos sofriam de depressão e solidão, agora estão todos satisfeitos", conta Amélia. Além disso, relata, a cidade tem ainda com vários grupos de seresta e bandas formadas por jovens.

Em Pedra Azul, o artesanato também é rico. As matérias-primas utilizadas são fartas na região, com destaque para as águas marinhas, pedras azuis que inspiraram o nome da cidade. Botões de granito e ametistas lapidadas dividem espaço com outros tipos de arte, como a cestaria, o bordado e a pintura. Para fortalecer a prática como fonte garantida de renda, foi criada a Associação Cooperativista dos Artesãos de Pedra Azul (Acapa). Pagando uma mensalidade de dez reais, os 60 artesãos se reúnem periodicamente e promovem exposições para a venda das peças.

Este ano, três artesãos do município foram aprovados pelo projeto Mãos de Minas, que leva para Belo Horizonte a arte do interior do estado a fim de incentivar e valorizar esse tipo de trabalho. "Eles estão preparando o material e devem enviá-lo ainda este semestre para a capital", relata Amélia.

A Secretaria de Educação está iniciando ainda um trabalho de resgate da história e da cultura da região, com a ajuda dos moradores locais. O objetivo é a criação de um memorial. "Estamos convocando as famílias da cidade para que possamos catalogar o acervo pessoal de cada um. Queremos conhecer a história de cada família", explica Amélia.

É em Pedra Azul que está localizada a maior jazida de grafite do mundo. Com uma reserva de 300 milhões de toneladas, a jazida é explorada, desde a década de 70, pela Nacional de Grafite Ltda., que exporta o minério para diversos países. Com a recente descoberta de reservas de mármore na região, a empresa deverá também realizar a pesquisa e a exploração da pedra.

O granito do Baixo Jequitinhonha, por sua vez, é símbolo de qualidade reconhecido internacionalmente. Para a exploração da pedra, que é vendida por até 750 dólares o metro cúbico no mercado mundial, 70 mineradoras e sete empresas de beneficiamento atuam na região. A produção é escoada para países como a França, os Estados Unidos e a Itália. (Marina Rattes)



O REQUINTE DO CASARIO DE PEDRA AZUL

# PESQUISADORES ENFRENTAM PERCALÇOS DA NAVEGAÇÃO NO ALTO E MÉDIO JEQUITINHONHA

16 DE JULHO DE 2003



VIAJANTES ENCONTRAM OBSTÁCULOS NA NAVEGAÇÃO EM UM ASSOREADO JEQUITINHONHA

Chegando a Itinga, cidade dividida pelo Rio Jequitinhonha, uma cena despertou a atenção dos pesquisadores da expedição: a cidade foi o primeiro local, depois de centenas de quilômetros da nascente, onde se depararam com algum tipo de navegação. Até então, as dragas eram um pesadelo, pois reviravam o leito do rio e tornavam as suas águas sujas, com crateras no entorno. Em Itinga, ao contrário, as águas já são claras, e os únicos meios de transporte entre a cidade dividida são as canoas e uma balsa, essa para o transporte de veículos. No rio, crianças se divertem pulando das pedras enquanto as mães lavam roupas.

A partir de Araçuaí, o Jequitinhonha começa a ganhar vida, com bois pastando às suas margens, deixando de ser inóspito, testemunha o navegador da expedição, Luiz Eduardo Corrêa. "As pessoas aqui já bebem da água. O rio deixa também de ser tomado só pelas pedras como no Alto Jequitinhonha, já tendo areia em suas margens", informa Luiz. Além do garimpo e das pedras, ele lembrou que, na época do Brasil Colônia, a Coroa Portuguesa proibiu também o povoamento ao longo do rio no trecho anterior, para manter sob seu controle direto a extração de ouro e diamantes, o que explica o isolamento da região por quase três séculos.

Luiz Eduardo, o mecânico e fabricante de barcos Sérgio José de Jesus e o engenheiro florestal do Instituto Estadual de Florestas

de Minas Gerais (IEF), Valdir de Castro, tentaram navegar o Jequitinhonha desde Mendanha, distrito de Diamantina. Luiz Eduardo prepara, inclusive, uma nova Carta Fluvial de Navegação para o rio, adaptando algumas já existentes para proporcionar uma navegação prática. "Eu não esperava tanta aspereza do rio. Tivemos de saltar mais de 300 quilômetros em função das dificuldades de informação sobre o trecho", reclama o navegante. De Mendanha a Caçaratiba, acrescenta Luiz Eduardo, o rio é um garimpo só. "É seco, inóspito, poeirento, muito frio durante a noite, muito quente durante o dia. É impressionante a pobreza e o abandono das pessoas que vivem isoladas em locais inóspitos", lamenta acrescentando que o Jequitinhonha "já perdeu o seu curso natural em uma extensão muito grande por causa das mineradoras, que fazem os desvios para exploração do leito."

No vilarejo de Terra Branca, distrito de Turmalina, os navegadores foram consultar sobre a conveniência de colocar ou não o barco de volta ao rio, já que em muitos pontos eles passaram apertado com as canaletas de concreto que, construídas pelas mineradoras para desviar o curso das águas, criaram fortes corredeiras em meio a vergalhões de ferro. Em outros trechos, cabos de aço são esticados sobre o rio para segurar as dragas, um risco para os navegantes mais ousados, que podem ser apanhados de surpresa

pelo pescoço. Isso sem falar nas pedras, que chegaram a quebrar a hélice de um dos barcos da expedição. Às margens do rio, os navegadores pararam um caminhão para pedir informações ao motorista, que os alertou das cachoeiras perigosas adiante. Depois, para a surpresa de todos, engatou a marcha de seu carro e atravessou o rio, tranqüilamente. Luiz conta que ficou boquiaberto com a situação, por imaginar que o rio seria um pouco mais fundo naquele trecho.

Outro perigo é que as águas escondem sucatas de ferro, de dragas abandonadas, canos de diâmetros variados, considerados verdadeiras armadilhas. "Tudo herança do garimpo", lamenta Luiz Eduardo.

Diante dessas dificuldades, a equipe embarcada teve de ser constantemente monitorada por rádios-comunicadores e por GPS pelo ambientalista Henrique Candeias Cavalcante, do Centro de Conservação da Natureza de Minas Gerais, que os acompanhou de carro. No início da viagem, a equipe do barco precisou ser resgatada à noite, em local de difícil acesso, pois o rio não oferecia condições de navegabilidade. Em outra ocasião, os navegantes se intoxicaram com um frango adquirido em restaurante da região, o que novamente forçou o resgate. Os três, após quatro horas passando mal à beira do rio, sem contato com o resgate, por estarem fora da área de abrangência do rádio, acabaram internados com desidratação no Hospital de Diamantina.

Com as águas de outros afluentes do Jequitinhonha - como o Rio Araçuaí -, Luiz Eduardo acreditava que a situação pudesse melhorar com o rio mais cheio. Enganou-se. Até Almenara, a situação ainda era crítica, já que o rio constantemente se ramifica, feito uma "saia" aberta dividindo as suas águas em vários e pequenos cursos d'água. Por inúmeras vezes, o barco, que é de alumínio, com cinco metros de comprimento e um de largura, precisou ser carregado.

## CANOA-ESCOLAR

Na cidade de Itinga, dividida ao meio pelo Jequitinhonha, quem precisa ir de um lado para outro só tem um meio de transporte: as canoas, se não quiser ir a nado. O rio é mais caudaloso, com profundidade que pode chegar a um metro e meio e largura de 190 metros, medidos pelo GPS. As praias são de areia branca,

o que torna a paisagem mais bonita, apesar da pobreza econômica do lugar. A expectativa dos moradores é que a tão sonhada ponte seja finalmente uma realidade, já que foi essa a promessa do presidente Lula quando visitou a cidade em janeiro. A obra está orçada em sete milhões de reais.

De um lado da cidade, fica a escola do ensino fundamental. Do outro, a do ensino básico. Para o transporte dos alunos, a Prefeitura criou a Canoa-Escolar, além de outra para o transporte de funcionários públicos. Ao todo são 25 canoas circulando de um lado para outro do rio, cobrando cinquenta centavos por pessoa. Na balsa para veículos, o preço é de um real por carro. Alessandro de Oliveira, 18 anos, já ganhou muque fazendo 15 travessias por dia com sua canoa. "O movimento vai até as 23 horas, quando acabam as aulas", disse. "Chega no final do dia, e os meus braços estão arrebentados", informa o rapaz, que começou o ofício aos oito anos de idade. "Faturei sete reais por dia. Trabalho sábado e domingo também", acrescenta. A travessia demora cinco minutos.

Mas a navegação já foi bem mais intensa naquela região, garante o artesão Ulisses Mendes, 48 anos, morador de Itinga. Seu pai foi canoeiro, disse, e participou de "bandeiradas" de canoa. "Eram 13 canoas, cargueiras, que pegavam até duas toneladas cada uma. Descarregavam feijão e rapadura em Itinga", conta Ulisses. "As canoas tinham até placas de suas cidades, de Almenara e Salto da Divisa, por exemplo. Faziam o que os caminhões fazem hoje." Em Itinga, segundo ele, a Rua das Sete Portas, onde funcionava o prostíbulo, às margens do rio, era local de pouso dos canoeiros. E no percurso do rio, onde havia cachoeira, os navegantes carregavam a embarcação nas costas e a mercadoria no lombo de burros. "As canoas tinham de 12 a 15 metros de comprimento e 80 centímetros de largura, feitas em um tronco só, de peroba", informa, ressaltando que ia um piloto atrás, comandando o leme, e dois na proa, com varas.

Ainda hoje, Ulisses garante que é possível observar marcas nas pedras do rio, chamadas de pegada da vara, nas quais os canoeiros batiam com a vara para desviar a embarcação das rochas. "As varas tinham a ponta de aço, e todo canoeiro já sabia o lugar certo na pedra onde bater", informa. "Hoje a navegação é zero no Jequitinhonha. Nem os pescadores se arriscam saindo de barco. O rio secou." (Pedro Ferreira)



O ARTESÃO ULISSES MENDES

# JEQUITINHONHA GANHA VIDA EM SUA CHEGADA AO MAR

16 DE JULHO DE 2003



O CACAU FOI A PRINCIPAL FONTE DE RIQUEZA DE BELMONTE/BA

Depois de 22 dias percorrendo o Rio Jequitinhonha e enfrentando os percalços da navegação devido ao baixo volume de água, a equipe da Expedição Jequitinhonha chegou ontem à foz do rio, em Belmonte, no litoral baiano. O trabalho de levantamento de todo o patrimônio histórico e cultural (material e imaterial) começou em 25 de junho, nas nascentes do rio, no município do Serro, no Alto Jequitinhonha.

Em Belmonte, o Jequitinhonha é navegável na cheia das marés, sendo a única via de acesso a várias fazendas localizadas em suas margens terra adentro. É grande a movimentação de canoas transportando cargas e pessoas por um trecho de cerca de cem quilômetros. No povoado de Boca do Córrego, a 48 quilômetros de Belmonte, o principal acesso é pelo rio. Por terra, o desvio chega a quase 200 quilômetros. Escaleres, como são chamadas as canoas esculpidas em um único tronco de madeira, aos moldes indígenas, circulam no rio como carros em rodovias.

As embarcações, embora rústicas, tiveram os remos aposentados e ganharam motores em suas popas. Os expedicionários, em barcos de alumínio, puderam apreciar uma paisagem que destoa completamente da degradação no Alto Jequitinhonha. Chegando à foz, as matas ciliares, nativas, são formadas por árvores frondosas que contornam as casas de fazendas a poucos metros do rio, todas elas com as suas embarcações ancoradas em frente. E, para a surpresa dos expedicionários, em Belmonte ainda é possível encontrar embarcações antigas, usadas até 1960 para abastecer o Norte de

Minas com mercadorias e mantimentos. As canoas têm até 21 metros de comprimento e quase dois de largura. As batelões, como são chamadas, eram cobertas de fora a fora por uma lona - chamada de boi - para proteger as mercadorias.

“Uma canoa dessas transportava a carga de uma caminhonete cheia. Carregava 150 sacos de cacau de 60 quilos cada um”, conta Eduardo Athayde, professor, historiador e diretor da Biblioteca Pública de Belmonte.

Essas canoas históricas, assim como os escaleres, também ganharam motores e circulam velozmente, transportando cargas e pessoas. Na época em que elas eram remadas até Almenara, os canoeiros eram obrigados a descarregar as mercadorias em Salto da Divisa, na fronteira de Minas com a Bahia, devido à existência do Tombo da Fumaça, cachoeiras que desapareceram há poucos meses com o enchimento da Usina Hidroelétrica de Itapebi, pertencente à Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba). No Tombo da Fumaça, conta Eduardo, as mercadorias eram transportadas em animais para a parte superior da cachoeira e a embarcação arrastada pela margem.

## RAÍZES NO CACAU

A ocupação da região de Belmonte se deu no início do século XVIII com os padres jesuítas catequizando os índios botocudos. Apesar de bastante ferozes, conforme conta a história da cidade,

os índios não foram empecilho para o início do povoamento, sob o comando do padre jesuíta Joseph de Araújo Ferraz. O nome da cidade foi uma homenagem à cidade de Belmonte existente em Portugal, onde nasceu Pedro Álvares Cabral.

No final do século XIX e início do século XX, ela serviu de moradia urbana e centro comercial aos fazendeiros de cacau. Como herança dessa época, conhecida como o apogeu econômico de Belmonte, ficou o casario histórico. A opulência das residências dos barões do cacau, o glamour dos cassinos e o charme dos armazéns à beira do rio remetem a um cotidiano bastante distinto da Belmonte atual que, apesar de estar a poucos quilômetros de um dos principais pólos turísticos do Brasil, Porto Seguro, permanece calma e preservada.

Preservadas também estão as edificações, o que é resultado da preocupação da comunidade em manter vivas as suas raízes culturais. No entanto, não há bens tombados em Belmonte, em nenhuma esfera de poder. O pesquisador da Expedição Jequitinhonha, Márcio Santos, constatou que os proprietários das casas antigas vem reformando as construções de forma a manter as características originais. O município, apesar de não ter reconhecido formalmente a importância histórica das edificações, por meio do tombamento, incentiva e promove a restauração do acervo.

Antiga residência de um barão do cacau, o casarão da avenida Presidente Vargas, datado de 1900, é um dos mais suntuosos de Belmonte. A capela localizada no interior da casa e grande parte do mobiliário, original da época de construção, com destaque para uma arca de 1940 utilizada para transportar mercadorias pelo Rio Jequitinhonha, estão sendo criteriosamente recuperadas segundo os padrões originais da construção. Para isso, os proprietários, que são herdeiros de fazendeiros de cacau, contrataram um restaurador de Salvador. Ainda outras edificações estão

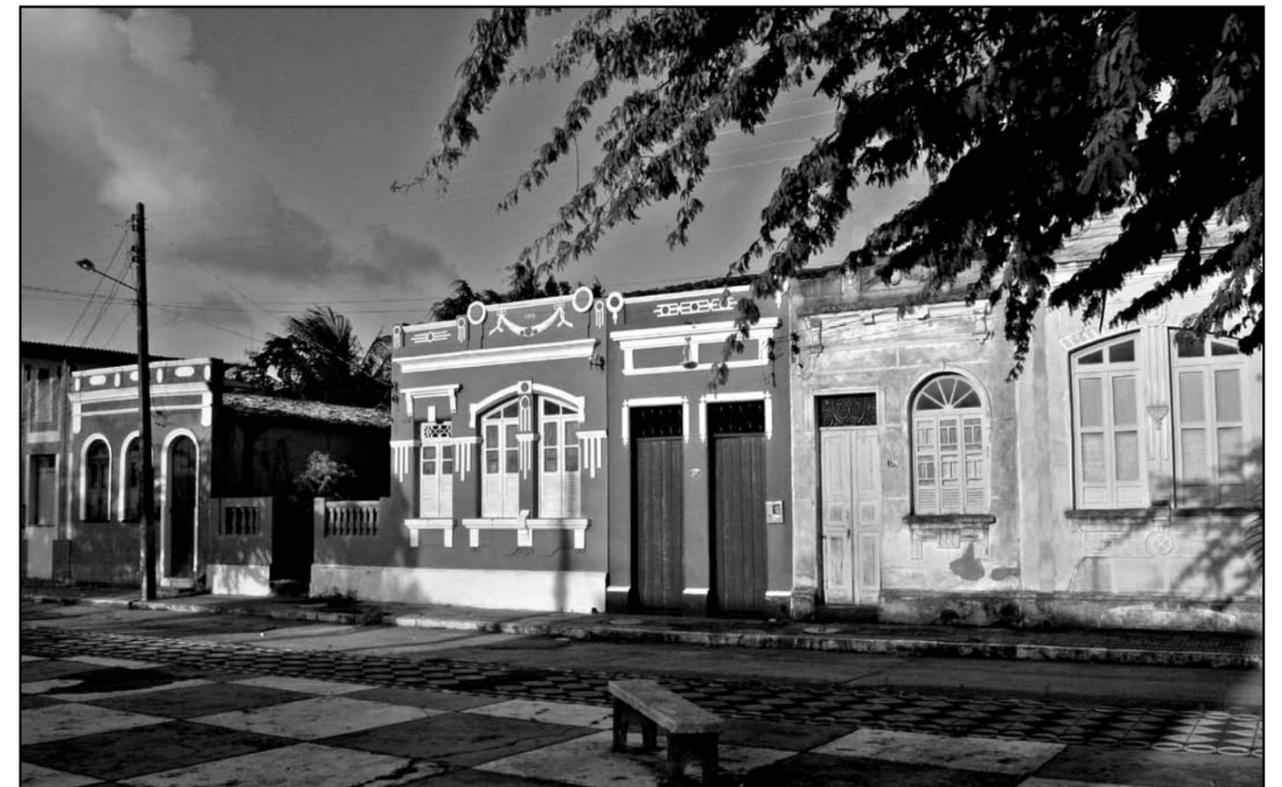
sendo reformadas, como os prédios antigos da Prefeitura e da Filarmônica Lyra Popular.

Rico em detalhes da arquitetura neocolonial, o prédio do Cassino e Hotel São Jorge impressiona pela riqueza e pelo abandono. De acordo com a vice-prefeita do município, Diná Martins Nascimento, a Prefeitura tem planos para a recuperação e a reativação do edifício. Ela afirma que, ainda este ano, serão iniciadas as obras que transformarão o casarão em um museu do cacau, um arquivo público e uma biblioteca.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, do início do século XX, é de grande importância para a comunidade, apesar de não guardar um grande volume de imagens e adornos originais. No último dia 30 de junho, esse quadro foi agravado. A imagem de Nossa Senhora do Carmo, feita em madeira na época da construção, teve sua coroa de ouro roubada, o que desfalcou ainda mais o acervo sacro da igreja. Apesar de sua arquitetura simples, a matriz é rica em histórias e comprova a união dos moradores locais para a preservação da memória de Belmonte.

Segundo conta a vice-prefeita, as águas do Jequitinhonha quase levaram a matriz em 1979. Naquele ano, uma enchente atingiu a cidade e o rio transbordou invadindo as casas. Para que a igreja não desabasse, a comunidade se mobilizou e trabalhou por dois meses colocando 1,6 mil sacas de cimento, doadas pelos fazendeiros, nas estruturas da construção. Algum tempo depois, parte do leito do rio foi desviada por um canal, a fim de evitar novas inundações.

Já o Farol de Belmonte, cartão-postal da cidade, é originário da França. Instalado em 1910 pela mesma equipe que montou a Torre Eiffel, é um dos poucos faróis remanescentes no mundo com toda a estrutura feita em metal. Com 36 metros de altura, é o segundo maior em sua categoria no continente americano. (Marina Rattes e Pedro Ferreira)



APESAR DE CONSERVADO, O CASARIO DA CIDADE NÃO TEM PROTEÇÃO LEGAL

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ALMANAQUE Abril. São Paulo: Abril, 2003. 1 CD-ROM.

ANDRADE, Soraia Maria de. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem*. 2002. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Monumentos e sítios do litoral sul. In: BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. [Salvador, 200 -]. CD-ROM

BADARÓ, Murilo. Sonho e realidade. *Estado de Minas*, 19 ago. 2003. p. 9.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. 3 v.

BARROS, F. Borges de. O Jequitinhonha. *Anais do Arquivo Público e do Museu do Estado da Bahia*, Salvador, v. 6/7. p. 275-282, 1920.

BRANCO, Samuel M.; ROCHA, Aristides A. *Poluição, proteção e usos múltiplos de represas*. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, 1983 apud ANDRADE, Soraia Maria de. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem*. 2002. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. Usina hidrelétrica de Irapé: plano de controle ambiental. [Belo Horizonte]. 5 t., 18 v.

COSTA, Hipólito da. *Miscellanea. Correio Braziliense*, Rio de Janeiro, out. 1808.

DESCOBRIMENTO de diamantes na comarca do Serro Frio. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 6, fase.1, p, 141-142, jan./mar. 1901

ESTADO da Bahia: *político, turístico, didático, regional, rodoviário*. São Paulo: Trieste, [entre 1999-200 - ].

ESTADO de Minas Gerais: *político, rodoviário e escolar*. Osasco: Geograf Didática Ltda., [entre 1999-200 - ].

GALIZONI, Flávia Maria. *A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Consequências de la modernidad*. Madrid: Alianza, 1990.

GUIA Rodoviário Quatro Rodas. São Paulo: Abril, 2001.

IBGE. Diretoria de Geociências, 1ª Divisão de Geociências do Nordeste. *Diagnóstico ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha: diretrizes gerais para a ordenação territorial*. Salvador, 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 fev. 2006

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; MINAS GERAIS. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. *As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Bens protegidos: bens tombados*. Belo Horizonte. [200 - ]. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Banco de dados: bens tombados, sítios urbanos, sítios arqueológicos*. Brasília: [200 - ]. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 6 fev. 2006.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais: 1837*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. v.1.1982. v. 2.

MEMÓRIAS históricas da província de Minas Gerais, [entre 1838 e 1851]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 13, p. 1909.

[M.R.]. *Mapa da Capitania de Minas Geraes*. [entre 1772 e 1790]. Acervo da Biblioteca Mário de Andrade. v981 1772-1790 B823 1-34. Mapa 8.

OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 413-430.

ROCHA, José Joaquim da. Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (Fundação João Pinheiro. Coleção Mineriana. Série Clássicos)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1817)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTIAGO, Luís; SOUZA, Maria das Graças Cordeiro de. *Pedra Azul: cinco visões de uma cidade*. Pedra Azul: Prefeitura, Setor de Cultura; Jornal Boca das Caatingas, 1996.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, Márcio. *Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Márcio. *Expedição Jequitinhonha: relatório*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/Monografias/Relatorio%20Jequitinhonha.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2005.

SANTOS, Márcio. Irapé: aatedral tecnológica e a supressão de uma paisagem. *ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, v. 62, 2005. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/11.shtml>>. Acesso em: 2 mar. 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA, João Valdir Alves de. História social da região do termo de Minas Novas. In: \_\_\_\_\_. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção / reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. 2000. 360 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SPIX, Johann Baptist von [e Martius]. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. v. 2.

TAVARES, César Moreno C. *A colonização e o povoamento do baixo Jequitinhonha em Minas Gerais, no século XIX: a guerra contra os índios*. 1998. 146 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais (1904)*. Belo Horizonte, Itatiaia; Brasília, INL, 1974. 2 v.

VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

AGRADECIMENTOS

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS – ELETROBRÁS  
CENTRO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA DE MINAS GERAIS  
COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG  
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE MINAS GERAIS – FEDERAMINAS  
FIAT DO BRASIL  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS – IEF/MG  
JORNAL HOJE EM DIA  
POUSADA DO GARIMPO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMENARA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELMONTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA

I N S T I T U T O  
**terrazul**  
CULTURA, COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

[www.terrazul.org.br](http://www.terrazul.org.br)

LEI DE  
INCENTIVO  
À CULTURA



MINISTÉRIO  
DA CULTURA

Eletrobrás

